

TAUANN FERNANDES FERREIRA DOMIS

ESPAÇO, REGIÃO E CORPORAÇÃO:

Uma análise do uso do território na produção de celulose de mercado pela Suzano S.A. no Brasil do século XXI

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Orientadora: Profa. Dra. Hipólita Siqueira de Oliveira

Rio de Janeiro
2024

CIP - Catalogação na Publicação

D671e Domis, Tauann Fernandes Ferreira
Espaço, região e corporação: uma análise do uso do território na produção de celulose de mercado pela Suzano S.A. no Brasil do século XXI / Tauann Fernandes Ferreira Domis. -- Rio de Janeiro, 2024. 150 f.

Orientadora: Hipólita Siqueira de Oliveira.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional, 2024.

1. Economia Política. 2. Geografia Regional. 3. Conflito Social. I. Oliveira, Hipólita Siqueira de, orient. II. Título.

TAUANN FERNANDES FERREIRA DOMIS

ESPAÇO, REGIÃO E CORPORAÇÃO:

Uma análise do uso do território na produção de celulose de mercado pela Suzano S.A. no Brasil do século XXI

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Aprovado em: 18 de novembro de 2024

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **HIPOLITA SIQUEIRA DE OLIVEIRA**
Data: 21/01/2025 16:13:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Hipólita Siqueira de Oliveira
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

Documento assinado digitalmente
 **CARLOS ANTONIO BRANDAO**
Data: 21/01/2025 14:45:02-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Carlos Antônio Brandão
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

Documento assinado digitalmente
 **CARLA HIRT**
Data: 21/01/2025 16:30:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Carla Hirt
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”.

“This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001”.

Com toda humildade, dedico este trabalho para todas e todos aqueles que me precederam, que direta e indiretamente serviram como fontes de inspiração para que eu tensionasse meus próprios limites e me tornasse quem sou. Especialmente, é para vocês e por vocês: mãe, pai e irmão.

AGRADECIMENTOS

Este passo, de certa forma, tornou-se possível pelo acúmulo e síntese de todas as escolhas, lugares e pessoas que atravessaram minha vida para que este Tauann pudesse escrever as palavras que aqui se encontram. Por isso, mesmo que alguns nomes não constem nestes agradecimentos, peço perdão pelo esquecimento da menção formal, assegurando que o significado da gratidão é ainda mais real do que a tinta ou projeção que meras letras podem simbolizar.

Primeiramente, agradeço a Deus, minha família e minha companheira Joyce pelo apoio e inspiração nos momentos em que minha autocobrança tenha superado minha autoconfiança. Agradeço, também, a todas e todos da Turma de Mestrado 2022 do IPPUR, em especial aqueles que compartilharam os muitos momentos eternizados na memória: almoços no Bandeirão, resenhas nos bares do Rio de Janeiro, mergulhos nos rios de Belém e Palmas... a lista de lugares e pessoas só não é tão grande quanto o carinho que tenho por todos vocês.

Agradeço a todos os servidores do IPPUR e da UFRJ que tornaram possível e/ou facilitaram, desde o início, meu tempo de aprendizado na instituição. Aqui, refiro-me à toda equipe de limpeza, alimentação e técnico-administrativa. Gratidão aos Professores do IPPUR, do CPDA da UFRJ, da Geografia da UFRJ, Unicamp, UnB etc., pelas provocações, estímulos e compartilhamento de parte de seus imensos conhecimentos, que tanto ajudaram este alguém vindo da Engenharia Florestal a enxergar criticamente o mundo e a sociedade além dos números e árvores. Em especial, agradeço à Professora Hipolita pela orientação, inúmeras instruções e, principalmente, pela confiança, tempo e liberdade para eu discutir, errar, consertar, buscar acertar e evoluir neste início da minha caminhada acadêmica. Espero que este seja somente o primeiro passo de uma bela maratona.

A todas e todos aqueles que, mesmo de longe, sempre me quiseram bem, meu sincero muito obrigado!

“Como lutar adequadamente para recuperar algo do comando da evolução, isto é, como refazer a planificação regional? Entre o que somos e o que desejamos ser, jamais o [ser humano] e as regiões necessitaram tanto do conhecimento. Tudo começa com o conhecimento do mundo e amplia-se com o conhecimento do lugar, tarefa conjunta que é hoje tanto mais possível porque cada lugar é o mundo. É daí que advém uma possibilidade de ação.”

(SANTOS, 2013a [1994])

RESUMO

Esta dissertação buscou interpretar criticamente o uso do território pela corporação Suzano S.A. para a produção de celulose de mercado no Brasil. A pesquisa objetivou uma contextualização histórica da evolução do setor de papel e celulose no país ao longo do século XX e, a partir de variáveis espaciais, econômicas e sociais obtidas de dados disponibilizados em fontes públicas e privadas, objetivou-se, também, uma discussão comparativa da estrutura interna das cinco atuais regiões produtivas ou Unidades de Negócio Florestal (UNFs) da corporação, quais sejam: UNF São Paulo, UNF Mucuri, UNF Aracruz, UNF Mato Grosso do Sul e UNF Imperatriz. Em sendo o setor de papel e celulose parte da articulação político-econômica do agronegócio, a série de incentivos/isenções tributárias, flexibilização de regulamentações e investimentos públicos pelo Estado em prol da expansão produtiva acabou por diferenciar o espaço brasileiro e privilegiar alguns agentes do mercado, dentre os quais a Suzano S.A. se construiu como a maior corporação. Das cinco atuais regiões produtivas da corporação, aquelas localizadas no Mato Grosso do Sul e no Maranhão se destacam como as de ritmo mais acelerado de crescimento produtivo desde seu funcionamento ao longo do século XXI. Por outro lado, as regiões do Espírito Santo e do Maranhão são as que apresentam mais ocorrências de conflitos por terra envolvendo a Suzano S.A. e outros grupos sociais. As discussões a partir do cruzamento dos dados coletados de fontes como BNDES, IBGE, CPT e outras complementares indicam a necessidade de se considerar a dimensão territorial nas análises críticas das dinâmicas do uso produtivo dos lugares, uma vez que a realização das atividades é atravessada por características próprias do local onde ocorre. Portanto, o campo de estudos do planejamento urbano e regional deve estar atento para o acompanhamento crítico de cada situação específica, visando fornecimento de apoio aos grupos sociais prejudicados nesta dinâmica deletéria de poder de uso sobre o território, especialmente em um momento de fortalecimento político do agronegócio.

Palavras-chave: agronegócio; regionalização; Estado e mercado; BNDES; conflitos por terra.

ABSTRACT

This dissertation sought to critically interpret the use of territory by the corporation Suzano S.A. for the production of cellulose pulp in Brazil. The research aimed to provide a historical contextualization of the evolution of the paper and cellulose sector in the country throughout the 20th century and, based on spatial, economic and social variables obtained from data available in public and private sources, it also aimed to comparatively discuss the internal structure of the corporation's five current productive regions or Forestry Business Units (UNFs), namely: UNF São Paulo, UNF Mucuri, UNF Aracruz, UNF Mato Grosso do Sul and UNF Imperatriz. As the paper and cellulose pulp sector is part of the political-economic articulation of agribusiness, the series of tax incentives/exemptions, relaxation of regulations and public investments by the State in favor of productive expansion ended up differentiating the Brazilian space and privileging some market agents, in which Suzano S.A. was built as the largest of them. Among the corporation's five current productive regions, those located in Mato Grosso do Sul and Maranhão stand out as those with the fastest pace of productive growth since their operation throughout the 21st century. On the other hand, the regions of Espírito Santo and Maranhão are those with the most occurrences of conflicts over land involving Suzano S.A. and other social groups. The discussions based on the crossing of data collected from sources such as BNDES, IBGE, CPT and other complementary sources indicate the need to consider the territorial dimension in critical analyzes of the dynamics of the productive use of places, since the carrying out of activities is crossed by characteristics specific to the place where they occur. Therefore, the field of urban and regional planning studies must be attentive to the critical monitoring of each specific situation, aiming to provide support to social groups harmed in this harmful dynamic of power use over the territory, especially at a time of political strengthening of agribusiness.

Keywords: agribusiness; regionalization; State and market; BNDES; land conflicts

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Objetivos e notas metodológicas	15
2 CAMINHOS PARA UMA LEITURA CRÍTICA DO ESPAÇO BRASILEIRO	19
2.1 Agronegócio como noção e articulação política, econômica e territorial	20
2.2 Espaço e Região	22
2.3 Regionalização, Desenvolvimento Desigual e o Brasil frente ao mundo	31
2.4 Contribuições da noção de Circuitos Espaciais de Produção	35
2.5 Contornos teóricos finais	38
3 A EVOLUÇÃO DO SETOR DE PAPEL E CELULOSE NO BRASIL E A SÍNTESE DE SEUS PROTAGONISTAS: UMA GENEALOGIA	40
3.1 Uma breve descrição da atividade florestal e suas especificidades	42
3.2 Semeadura (1901 – 1970)	47
3.3 Aclimatação (1971 – 1990)	49
3.4 Rejuvenescimento (1991 – 2000)	52
3.4.1 A ação público-privada reinventada e o protagonismo do BNDES	53
3.4.2 A consolidação dos principais agentes produtivos	56
3.5 Propagação (2001 – ...)	65
3.5.1 Os novos patamares produtivos de um projeto em construção	67
3.5.2 O apoio do BNDES e o alinhamento com os gigantes do setor	73
3.6 Considerações de uma trajetória	80
4 O USO DO TERRITÓRIO EM REGIÕES PRODUTIVAS DA SUZANO S.A. NO BRASIL: UMA CRÍTICA	82
4.1 Histórico e atualidade da ocupação territorial da Suzano S.A no Brasil	84
4.1.1 UNFs como regiões produtivas e como recorte territorial e analítico	87
4.2 As regiões produtoras de celulose da Suzano S.A. e suas especificidades	89
4.2.1 Das regionalizações e políticas de ocupação territorial	90
4.2.2 Dos aspectos produtivos e econômicos dos subespaços	99
4.2.3 Dos aspectos socioterritoriais	110
4.2.3.1 Estrutura fundiária e as condicionantes da produção	111
4.2.3.2 Conflitos por terra	117
4.3 Considerações das tendências e dos limites do uso corporativo do território	123
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
REFERÊNCIAS	134
APÊNDICE A - Listagem de municípios por região produtiva e unidade federativa.	148

1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos séculos de história de formação do atual Estado brasileiro, seu papel frente à economia mundial se deu muitas vezes vinculado a um direcionamento para servir como fornecedor de produtos primários ao mercado internacional. No entanto, sabe-se que qualquer produção se dá no espaço, de modo que o próprio espaço é reciprocamente produzido, refletindo suas contradições em uma configuração do território sincrônica e diacronicamente construída. Os contextos histórico-espaciais sobre os quais se dá o desenvolvimento territorial de cada país guardam suas próprias lógicas internas que diferencia suas frações internas (como partes de um todo) e sua posição frente ao mundo (como um todo de uma totalidade) no decorrer do tempo.

Pelo fato de o desenvolvimento do Estado brasileiro ser historicamente ligado às dinâmicas do Terceiro Mundo, do Sul Global, ou qualquer outra terminologia que denote marginalidade aos círculos dos países considerados tradicionalmente centrais à lógica produtiva mundial, é possível que se encaixe sua especificidade espacial na categoria dos países ditos em subdesenvolvimento. Pode-se, de maneira geral, entender estes países como historicamente caracterizados pela organização e reorganização espacial segundo interesses de origem geralmente exógena ao próprio território, cujas forças de modernização impostas são seletivas em formas e efeitos, de tal modo que o espaço se torna descontínuo, fracionado, instável e multipolarizado em termos decisórios (SANTOS, 2013b [1978]; 2018 [1979]). Em outras palavras, a organização espacial se mostra dependente e se configura a partir de uma dialética entre os Estados-Nações e as atividades modernas capitaneadas principalmente por empresas multinacionais e monopólios, que, em última instância, engendra uma alteração ou redistribuição das respectivas funções organizacionais do espaço (SANTOS, 2014a [2005]).

Na esteira das especificidades de cada Estado-Nação, Ruy Moreira (2020, p. 177) considera que a formação social do Brasil se deu a partir de “uma forma particular de realização do capitalismo em seu processo de mundialização”, na qual a relação cidade-campo se mostrou como a “expressão da divisão internacional e da *divisão interna* do trabalho que acompanha e espacialmente ordena esse processo” (MOREIRA, 2020, p. 177). Ainda na concepção desse autor, essa relação foi responsável por articular um arco de aliança de escala territorial que contempla as

oligarquias rural-regionais do período pré-republicano até aquelas frações mais mundializadas de burguesia do espaço monopolista, terminologia, esta, usada pelo autor para se referir ao período pós-1950 (MOREIRA, 2020). Assim sendo, ao longo da construção do Estado brasileiro, soma-se à dialética de organização do espaço as oligarquias e seus grandes proprietários rurais de natureza de classe agromercantil, que, segundo Moreira (2020), têm-se mostrado tipicamente centrais à evolução do capitalismo no país.

Ao longo do desenvolvimento territorial brasileiro nos séculos, observou-se uma concentração demográfica, industrial e econômica nas regiões Sul e, especialmente, no Sudeste. Tal concentração foi condicionada e condicionante de uma infraestrutura mais equipada, um maior intercâmbio de produtos e serviços, além de uma mobilidade mais facilitada de pessoas dentre os estados destas regiões, contrastando com a realidade do restante do território brasileiro (SANTOS; SILVEIRA, 2021 [2001]). Foi justamente a reconfiguração dessa concentração diferenciadora um dos principais objetivos dos históricos e alguns dos principais planejamentos macroeconômicos brasileiros a partir da década de 1970: os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs). Estes planos previam, dentre outras coisas, a redistribuição industrial, a modernização da agricultura e um conjunto de estratégias que previam a ocupação de terras e a integração territorial inter-regional a partir de uma lógica produtiva de economia em escala nacional (MONTEIRO; PACHECO, 2021; MOREIRA, 2020; EGLER, 2007; CASTRO et al, 1994).

Foi, justamente, no decorrer das últimas décadas do século XX que o território brasileiro foi sendo progressiva e plenamente apropriado sob uma lógica majoritariamente econômica, mesmo que ainda apresentasse algumas descontinuidades (SANTOS; SILVEIRA, 2021 [2001]). O conjunto de políticas de modernização tecnológica e de disseminação industrial adotadas neste período acabou condicionando o surgimento de uma nova unidade de economia integrada por diversos setores: os complexos agroindustriais; responsáveis, entre outras coisas, por trazerem efeitos sensíveis à divisão territorial/inter-regional do trabalho (MOREIRA, 2020). De forma geral, funcionando como vetores de uma lógica de ocupação e produção capitalista, alguns agentes hegemônicos - como as grandes empresas oligopolistas - acabaram sendo privilegiados ou ao menos assistidos pelos instrumentos do planejamento econômico estatal. Alinhados com discursos e decisões macroeconômicas ora desenvolvimentistas, ora primário-exportadoras do Estado

brasileiro, estes agentes se viram incentivados para operarem uma ocupação funcional do território ao longo da história recente do país, engendrando, assim, o que Santos e Silveira (2021 [2001]) se referem como um uso corporativo do território.

É a partir da compreensão do agronegócio como um pacto de economia política entre o Estado e as classes sociais hegemônicas (DELGADO, 2012) que se compreende as grandes corporações agropecuárias como portadoras de um relativo poder de decisão sobre frações do território, na medida em que delas advém grande parte do poderio econômico e aparato técnico da produção agropecuária. Desta forma, a organização espacial se vê diretamente influenciada por alguns atores privilegiados e capazes de dotar o território em técnica, guiados por uma racionalidade que associa cada fração à divisão do trabalho de um determinado circuito econômico, tornando as regiões efeitos diretos de um território reticulado por e para atender determinados moldes produtivos (SANTOS, 2020a [1996]).

No entanto, é sabido que cada produto agrícola apresenta uma cadeia produtiva específica - com dinâmicas sociais, espaciais e temporais próprias - acompanhada de objetos naturais ou artificiais que caracterizam o território usado para sua produção específica, e que podem ou não serem compartilhados com outras cadeias. Reconhecendo as particularidades associadas a cada produto agrícola e com vistas a uma compreensão parcial da realidade de uso do território brasileiro pelo agronegócio, esta dissertação enfatiza a produção de celulose de mercado, uma *commodity* agrícola majoritariamente destinada à exportação na atual conjuntura comercial do Brasil.

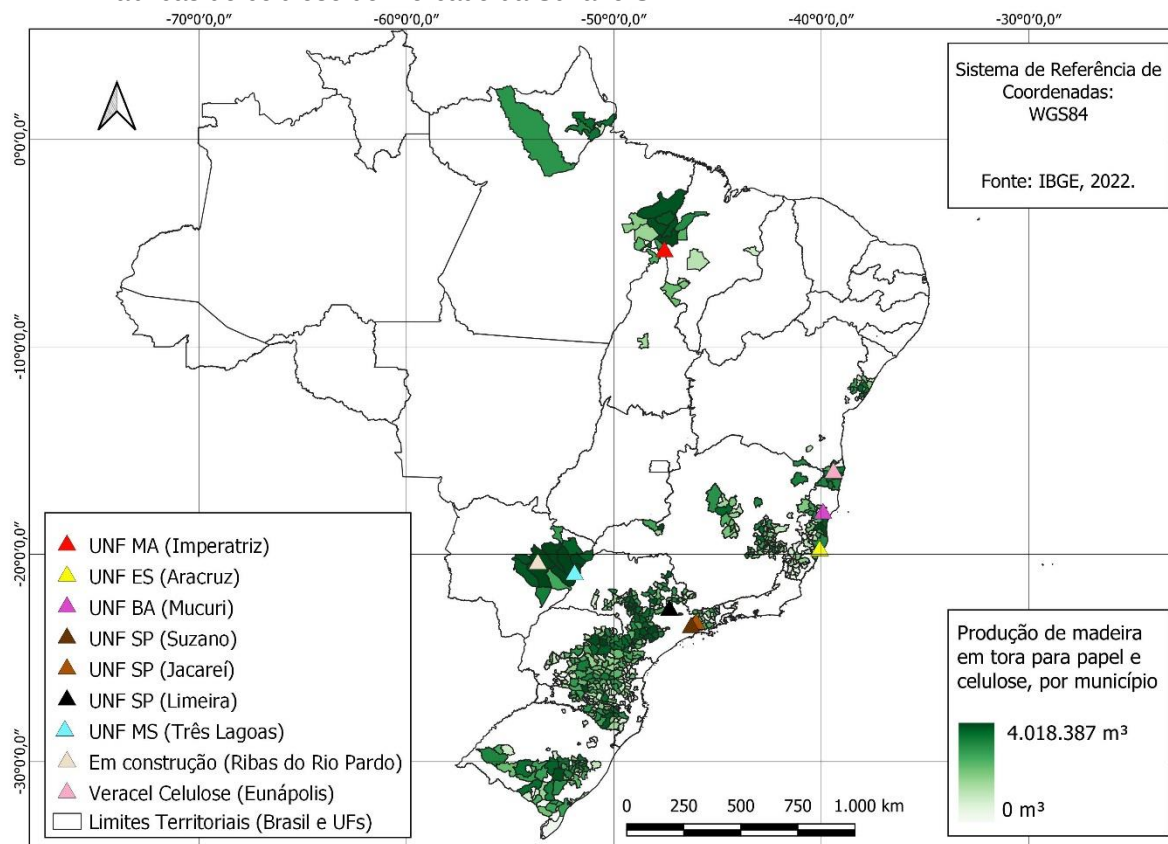
Segundo valores estimados pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO (2023), o Brasil apresentou, ao longo do século XXI, saltos crescentes e expressivos em produção de pasta celulósica, registrando (em milhões de toneladas): 6,7 em 2000; 13,6 em 2010, e 21,9 em 2021. Ainda segundo a FAO (2023), o mesmo comportamento foi observado em termos de quantidade exportada, nas quais o país registrou (em milhões de toneladas): 2,9 em 2000; 8,4 em 2010, e 15,8 em 2021. Tais valores destacam o Brasil, atualmente, como um dos países que mais produzem e que mais exportam celulose no mundo, posição esta que acaba sujeitando o território nacional a uma pressão igualmente crescente para a expansão e manutenção dos aspectos produtivos dessa *commodity* no país, sobretudo, num cenário de legitimação retórica do agronegócio (em termos político-econômicos) como “vocação” produtiva brasileira e uma das bases do PIB nacional.

Uma das principais questões é que, em se tratando da indústria de celulose e papel, o setor de papel e celulose funciona sobre uma estrutura de mercado industrialmente oligopolizada, verticalizada, de elevada intensidade de capital e de expressiva demanda por recursos naturais e infraestrutura (OLIVEIRA, K., 2019). Este fato faz com que o grande volume de celulose transacionado se concentre em grandes, mas poucas, ofertantes, inclusive, a partir de uma dinâmica de fusões e aquisições comumente observada neste ramo produtivo (OLIVEIRA, K. 2019). Dentre os principais *players* da indústria de papel e celulose no Brasil da atualidade, destaca-se a atuação da empresa Suzano S.A. como a maior produtora de celulose branqueada de eucalipto do mundo e, recorrentemente, uma das corporações do agronegócio de maior faturamento anual no território brasileiro, liderando o setor de papel e celulose.

Com sede em São Paulo, a Suzano S.A. apresenta, atualmente, plantios e produção de celulose de mercado advindas do eucalipto em cinco regiões produtivas, cujas unidades fabris se localizam nos estados de São Paulo, Espírito Santo, Bahia, Mato Grosso do Sul e Maranhão. Trata-se, então, de uma empresa cuja distribuição produtiva se dá em nível nacional, enquanto a produção propriamente dita se dá pelo agrupamento funcional de diversos níveis locais, conformando regiões produtivas ou, conforme terminologia própria da empresa, Unidades de Negócio Florestal (UNFs).

Em termos espaciais gerais, a figura 1 traz a localização de todas as 9 fábricas de produção de pasta celulósica: as 7 que se encontram em atividade e agrupadas nas 5 UNFs, além da fábrica em construção em Ribas do Rio Pardo – MS e a fábrica da *joint-venture* Veracel Celulose, em Eunápolis – BA. Além disso, servindo como pano de fundo, a figura 1 também traz a produção de madeira em tora para papel e celulose por município, incluindo aqueles não compreendidos pela produção da Suzano S.A. O mapa em questão foi elaborado utilizando o *software* QGIS, versão 3.28.13, a partir dos dados vetorizados e georreferenciados disponíveis no Banco de Dados Agregados do IBGE e do georreferenciamento da localização das fábricas utilizando o *software* Google Earth Pro.

Figura 1 – Produção de madeira em tora para papel e celulose por município, e a localização das atuais fábricas de celulose de mercado da Suzano S.A.



Fonte: IBGE, 2022; elaborado pelo autor.

1.1 Objetivos e notas metodológicas

Assim sendo, a presente pesquisa pretende discutir aspectos do território usado na realização técnica e produtiva desta grande corporação do agronegócio no Brasil, através de uma abordagem regional. O objetivo geral é examinar a relação entre os movimentos políticos e movimentos técnicos para a organização espacial da atual produção de celulose de mercado no Brasil e interpretar criticamente as regionalizações produtivas empenhadas pela corporação Suzano S.A., a maior do setor no país. Especificamente, objetiva-se: a) realizar um resgate histórico de importantes marcos, políticas públicas e cenários econômicos que influenciaram a evolução do setor e dos agentes de celulose e papel no Brasil desde o século XX e; b) discutir e comparar alguns aspectos da estrutura interna de existência e funcionamento de cinco regiões produtivas de celulose de mercado da Suzano S.A., segundo variáveis regionais-territoriais, econômicas e sociais, neste início do século XXI.

Para fins de organização da apresentação textual, a dissertação foi dividida em três capítulos além desta introdução (capítulo 1) e das considerações finais (capítulo 5). O capítulo 2 se refere aos conceitos e teorias fundamentais às análises objetivadas nesta dissertação, enquanto os capítulos 3 e 4 tratam da análise do objeto propriamente dito, qual seja a produção de celulose de mercado pela corporação Suzano S.A. De maneira geral, o capítulo 3 e o capítulo 4 procuram operacionalizar as preocupações e encaminhamentos metodológicos propostos por Milton Santos em dois momentos de sua teorização sobre o espaço geográfico: Espaço e Método (2020 [1985]) e Metamorfoses do Espaço Habitado (2014 [1988]). No rol de seus direcionamentos, Santos (2020 [1985], p. 95 - 99) sugere que a busca pelo conhecimento de uma fração da realidade deve ser feita considerando: as variáveis e articulações da estrutura interna na unidade espacial de trabalho – ou região produtiva –, e as especificidades do território enquanto constituído por frações funcionais diversas sob influências simultâneas de níveis internos e externos. Além disso, esse autor sugere ser igualmente importante adotar um enfoque que considere a indissociável dimensão temporal através da reconstituição da evolução do fenômeno observado.

Com vistas à compreensão da evolução espacial de um determinado recorte produtivo/espacial e o movimento de suas contradições, Santos (2020 [1985], p. 101 – 108; 2014 [1988], p. 103 - 110) discorre sobre alguns elementos que se portam como pares dialéticos no processo de formação de um fato geográfico, destacando: o Estado e mercado, o externo e interno e o novo e velho. Nesta dissertação, pretendeu-se analisar a evolução e configuração espacial da produção de pasta celulósica a partir de dois destes pares dialéticos: enquanto no capítulo 3 a discussão trata mais propriamente do par “Estado e mercado”, o capítulo 4 tensiona mais o “externo e interno”, a partir da adoção das regiões produtivas como recortes analíticos do território usado.

Como material e método, o capítulo 2 busca resgatar e dialogar com alguns conceitos, considerados chave para a dissertação, dentro das contribuições de alguns dos mais conceituados autores da área, do passado e do presente. O capítulo 3 apresenta uma miríade de fontes de dados, públicos e privados, na intenção de conhecer as sucessivas características de mercado do setor ao longo do tempo, ao passo que também busca iluminar as relevâncias de agentes privados em associação com agentes públicos, especialmente, o Banco Nacional de Desenvolvimento

Econômico e Social (BNDES). Para isso, a discussão se baseou na coleção “Produção BNDES – BNDES Setorial”, sobre a qual foi realizado um processo de seleção das publicações que trazem artigos específicos sobre o setor de celulose e papel. Também do BNDES, foram consultados os valores dos desembolsos concedidos pelo banco como forma de financiamento de projetos diversos dos agentes do setor de celulose e papel. Intumescendo e complementando a discussão do capítulo 3, foram consultados os conjuntos de valores da Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS) e da Pesquisa Industrial Anual referente aos produtos (PIA - Produto), ambos acessados através do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Além disso, foram acessados os valores de comércio externo através da plataforma Comex Stat, ligada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) do Governo Brasileiro. Complementarmente, foram buscadas informações de mercado através de conteúdos constantes dos Relatórios Anuais da Indústria Brasileira de Árvores (IBÁ) e de estudos setoriais feitos por revistas ou empresas especializadas em economia e no setor florestal.

Por sua vez, para a discussão do capítulo 4, adotou-se como recorte analítico do território as regiões produtivas de celulose de mercado. Como tais, foi considerado conjunto de municípios que apresentam plantios que abastecem com madeira as fábricas de cada uma das atuais cinco UNFs da Suzano S.A. Os municípios foram conhecidos a partir de consulta aos respectivos Resumos Públicos do Plano de Manejo, que são documentos elaborados e publicados pela própria empresa em seu sítio eletrônico oficial. A partir daí, procedeu-se com a coleta e cruzamento de dados advindos dos Resumos Públicos do Plano de Manejo da Suzano S.A.; da PEVS e dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017, elaborados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); e dos Relatórios Conflitos no Campo Brasil, publicados pelo Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

No capítulo 4, em todos os casos, os dados foram categorizados levando em conta cada unidade federativa, estadual e municipal, mobilizada por plantios ou fábricas que conformam as regiões produtivas. Especificamente, dos Resumos Públicos do Plano de Manejo da Suzano S.A., foram coletadas informações de área e capacidade produtiva de cada UNF. Da PEVS, foram levantadas as quantidades de madeira em tora produzidas no total e específicas para o setor de papel e celulose. Dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017 foram levantados dados sobre pessoal

ocupado, quantidade de tratores, número e área de estabelecimentos agropecuários por grupos de área e grupos de atividade econômica totais e específicas para a atividade e produção florestal a partir de florestas plantadas. Por fim, dos Relatórios Conflitos no Campo Brasil foram coletados os números de ocorrências de conflitos por terra nos estados e municípios que conformam cada uma das regiões produtivas.

Em uma perspectiva mais ampla, espera-se que esta dissertação contribua com o avanço do conhecimento da atualidade do uso do território para a produção de pasta celulósica no Brasil. Após as discussões em cima dos dados nela trazidos, pretende-se contextualizar alguns dos imperativos espaciais e da hegemonia produtiva da Suzano S.A à luz de das ações de um Estado cada vez mais afeito ao mercado externo em detrimento, muitas vezes, de regulações mais propriamente preocupadas com um equilíbrio justo sobre as dinâmicas internas de uso do território.

2 CAMINHOS PARA UMA LEITURA CRÍTICA DO ESPAÇO BRASILEIRO

Este capítulo apresenta cinco subtópicos e foi construído a partir de diálogos entre autores e teorias da Geografia e Economia. O primeiro subtópico traz um breve resumo do que se entende por agronegócio, considerado o grande grupo ao qual pertence a produção de celulose de mercado no Brasil. O segundo subtópico traz a teoria e o conjunto de conceitos fundamentais desta dissertação, que se baseia, mormente, na obra do geógrafo, negro, brasileiro e nordestino Milton Santos, expoente da renovação da Geografia crítica brasileira e mundial. A partir desse autor, pretende-se realçar a importância e diálogo de alguns conceitos-chave de sua extensa teoria e de outros/outras intelectuais relevantes ao campo do planejamento urbano e regional.

O terceiro subtópico, por sua vez, concentra-se em um resgate das discussões sobre a teoria do desenvolvimento desigual em diálogo com a teoria da dependência, de modo a se compreender as nuances da divisão territorial do trabalho num sentido externo e interno do território brasileiro, tanto no que se refere à escala país quanto da região. Este encaminhamento culminará no quarto subtópico, onde é trazida a abordagem e propostas conceituais de Circuito Espacial de Produção (CEP). Os apontamentos desta noção são centrais à dissertação, pois endereça a relação de produtos, lugares e, subliminarmente, agentes, cuja síntese engendra, em última instância, efeitos político-econômicos e socioterritoriais relevantes em termos de dinâmicas espaciais.

As discussões deste capítulo, sintetizadas no quinto e último subtópico, buscam municiar com conceitos e teorias as discussões dos outros capítulos que buscam operar uma leitura crítica sobre as formas de realização técnica e do uso do território pela produção de celulose de mercado no geral e específico da Suzano S.A. É na vinculação deste agente e sua técnica produtiva às ações do Estado sob o mote de uma competitividade diferenciadora de lugares, que se pretende reforçar o território usado como uma categoria analítica capaz de desenovelar uma dimensão social relacionada a movimentos de fundo que vão além da produção econômica propriamente dita.

2.1 Agronegócio como noção e articulação política, econômica e territorial

A vinculação histórica do espaço brasileiro com a produção agropecuária e exploração de recursos naturais sempre foi evidente e resistente à progressão do tempo. Seja pela economia de *plantations*, pela política do café com leite ou pelo surgimento dos complexos agroindustriais apontados por Moreira (2020), fato é que a formação espacial brasileira apresenta a atividade agropecuária em seu cerne. Entretanto, foi no final do século XX, após sucessivas tentativas de consolidação do Estado brasileiro frente à economia-mundo que uma sequência de passos foram dados e foram lançadas as bases para a ressignificação do setor agropecuário brasileiro. Com vistas a contornar a crise cambial de 1998 e a instabilidade dos anos anteriores, a atividade agropecuária se viu política e economicamente reforçada no território brasileiro, marcando seu retorno às prioridades da agenda macroeconômica do Estado, na medida em que é relançada como “setor-solução” para reequilíbrio da Balança de Pagamentos do Brasil (DELGADO, 2012).

Associada a outras práticas macroeconômicas, como legislações tributárias desoneradoras da exportação de produtos primários (a Lei Kandir de 1996 i.e.), esta macrodecisão do Estado se aprofunda ao longo dos anos 2000, década em que o mundo testemunha uma conjuntura comercial internacional (principalmente por demanda chinesa) receptiva às *commodities* do setor sucroenergético, de carne-grãos e de celulose de madeira (DELGADO, 2012). Este cenário serviu de base para o fenômeno que Bresser-Pereira e Gala (2007) definiram como desindustrialização e que Cano (2014) definiu como a reprimarização da economia brasileira no período. Em consequência, o que se observou na primeira década do século XXI foi uma dominância dos produtos agrícolas e minerais na pauta de exportação brasileira (DELGADO, 2012), e é nesse contexto que a atividade agropecuária de caráter capitalista se fortalece política e territorialmente no Brasil, metamorfoseando-se no que hoje se compreende como agronegócio.

Etimologicamente, o termo “agronegócio” encontra suas raízes em 1955 nos Estados Unidos da América (como *agribusiness*), quando marcou uma aproximação de atores acadêmicos, corporativos e governamentais que visava uma legitimação da importância política que os setores da agricultura e dos negócios representavam conjuntamente para economia estadunidense (POMPEIA, 2021). Segundo historiografia feita por Pompeia (2021), no contexto brasileiro, o uso do termo remonta

à década de 1960, tendo o sentido partido de uma noção ampla da compreensão de toda uma cadeia produtiva (influenciada pela acepção dos complexos agroindustriais) para uma vertente em que a articulação política propriamente dita ganha cada vez mais destaque. Ao longo do percurso, destaca-se a influência da promulgação do Estatuto da Terra, em 1964, e dos desdobramentos muitas vezes insuficientes quanto ao direito e à consideração das funções sociais da propriedade, que muito refletem ao quadro conflitual do campo e a luta pela reforma agrária até os dias atuais (CONAFER, 2023).

Em termos conceituais, atualmente, diversos autores brasileiros entendem o agronegócio como uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária; ou como uma estratégia econômica de capital financeiro sob patrocínio do Estado, se tratando, portanto, de uma concertação política entre atores responsáveis pela técnica da produção e pela política do território (DELGADO, 2012; HEREDIA et al, 2010, POMPEIA, 2020). Para além dos significados econômicos e políticos, são cada vez mais sentidos os desdobramentos territoriais de suas atividades nos subespaços agrícolas. De fato, ao serem inseridas na lógica produtiva de uma agricultura capitalista ou empresarial, frações do território se tornam alvos de investimentos públicos e privados desiguais, o que conseqüentemente as diferencia em termos de configuração e culmina em graus distintos de integração funcional com o restante do território (BÜHLER; OLIVEIRA, 2012; CASTILLO *et al* 2016; ELIAS, 2013). É aqui que as noções de “vazios” e “fronteira agrícola” se mostram cruciais à retórica e funcionamento do agronegócio.

Além da grande influência no pensamento geográfico sobre o território brasileiro (MACHADO, 1995), as noções de “vazios demográficos” ou “espaços vazios” serviram de base ideológica para boa parte das políticas estatais de incentivo à transferência de capital para espaços não-centrais na parte final do século XX. Tais noções também influenciaram fortemente as estratégias adotadas para a integração econômica e psicossocial de Brasil, a exemplo do sistema de créditos, da concessão de subsídios e de uma veiculação de informações enviesadas na comunicação em massa (MISRA; BECKER; MABOGUNJE, 1985). Este movimento previa uma fronteira a ser “ocupada”, cujas ações se pautavam, sobretudo, em ideologia¹ historicamente construída.

¹ Para Chauí (2008 [1980], p. 109), ideologia é “um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos

De acordo com Nogueira (2021, p. 147), a ideia de fronteira remete “à existência de um outro, de uma diferença, do heterogêneo”, cujo significado é tipificado quando acompanhada por um adjetivo, à exemplo da fronteira econômica, que é “quando se considera os avanços da dinâmica produtiva de uma porção territorial sobre outra” (NOGUEIRA, 2021, p. 148). De fato, é dessa forma que a fronteira agrícola é significada no Brasil: como uma região destinada a reproduzir, nos espaços agrícolas, os limites, as contradições e a dinâmica socioespacial capitalista tipicamente associada aos espaços urbanos, mas não a partir de uma lógica de “centro-periferia”, e sim de uma relação “centro-fronteira”, por não se tratar necessariamente de uma dependência direta entre as frações espaciais (IORIS, 2018). É sob esses moldes que a retórica das fronteiras agrícolas se mostrou crucial à reconfiguração territorial brasileira no encaminhamento final do século XX, o que acabou condicionando um novo sentido e posicionamento à produção agropecuária em termos econômicos e espaciais.

2.2 Espaço e Região

Em razão de qualquer produção agropecuária se dar no espaço e pela presente dissertação assumir a noção de espaço como totalidade, é importante que se faça uma ressalva quanto à diferenciação de modo de produção e formação econômica e social quando da realização de processos produtivos do/no território. De antemão, reconhece-se a validade e devido estabelecimento no ambiente acadêmico da postura crítica quanto à forma pela qual a produção se dá nos tempos modernos. O modo de produção capitalista, após séculos de estabelecimento, expansão e crises cíclicas, reinventa-se e se aprofunda ideológica e tecnicamente na práxis hegemônica da sociedade humana, engendrando as mais diversas desigualdades a ele associadas.

No entanto, ressalta-se que as compreensões basilares do capitalismo enquanto sistema socioeconômico se deram sob contornos de uma realidade e consequentes interpretações limitadas ao contexto europeu, em uma conjuntura espacial e temporal específica. Com isso, não se trata de deslegitimar compreensões e desdobramentos coerentes, crítica e dialeticamente concebidas, mas sim pontuar o

membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes a partir das divisões na esfera da produção”.

caráter essencialmente abstrato/potencial da noção de modo de produção. De fato, no processo de realização concreta dos modos de produção nos (sub)espaços, em cada tempo, há a ocorrência de uma adaptação recíproca: na medida em que eles condicionam as relações sociais, são igualmente condicionados pelas características historicamente construídas sobre a base territorial de cada lugar (SANTOS, 2014a [2005]).

É nesse íterim que Milton Santos resgata e discute a relevância analítica da categoria de Formação Econômica e Social (FES), em Marx, propondo, inclusive, sua releitura como formações socioespaciais (SANTOS, 2014a [2005]). Em um intento conceitual, o geógrafo entende que a FES “diz respeito à evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde mais frequentemente lhes provém o impulso” (SANTOS, *idem*, p. 22). Dessa forma, por considerar as variações históricas do território e de determinado espaço como ponto de partida, as análises advindas desta categoria se mostram interessantes, na medida em que se evita generalizações reducionistas baseadas na imposição unívoca de uma lógica única sobre lugares variados. Em outras palavras, a consideração da FES permite um adequado conhecimento da realidade ao não desconsiderar as resistências ou adaptações condicionadas pelas multiplicidades de cada lugar.

Ao se propor a trabalhar com o espaço deve-se necessariamente optar por uma perspectiva dentro de uma polissemia advinda das mais variadas epistemologias. Seja pela Economia, Sociologia ou Geografia, o adequado é que se adjective o termo para uma melhor indicação analítica em questão de método. Reconhecendo a devida validade conceitual para cada uma das áreas do conhecimento, considerar-se-á neste trabalho a concepção dialética do espaço geográfico, que por ser apreendido em uma noção de totalidade, não se deve excluir de suas percepções a coexistência dos outros espaços (como subsistemas da totalidade), a exemplo do econômico.

Em termos do *métier* econômico, uma das noções clássicas de espaço foi proposta por François Perroux, que o compreende a partir de três vertentes: como definido por um plano (empresarial, i.e.), como um agregado homogêneo e como um campo de forças polarizado de relações funcionais (PERROUX, 1967). Especialmente nesta última, repousa a intenção de compreender a polarização que ocorre a partir da distribuição geográfica das atividades econômicas e da funcionalização de suas relações produtivas marcadas por interdependências, inclusive, sociais e políticas (PERROUX, 1977; 1982). Por essa razão, o espaço econômico se apresenta como

uma abstração, funcionando como uma espécie de subsistema inserido em um todo geográfico, este sim mais ligado ao campo físico/concreto, por sua vez compreendido como o espaço banal (PERROUX, 1977; 1982).

Com vistas a uma concepção de espaço epistemologicamente útil (e próprio) à Geografia, Milton Santos – em um diálogo interdisciplinar com outros intelectuais das ciências humanas – se apoia nos postulados de Perroux e aprofunda a noção de espaço banal. O autor propõe que se considere o espaço geográfico ativamente como “um conjunto de relações realizadas através de *funções* e de *formas* que se apresentam como testemunho de uma história escrita por *processos* do passado e do presente” (SANTOS, 2021a [1978], p. 153, *grifo nosso*), e que expressa “um momento de um modo de produção pela memória do espaço construído” (SANTOS, *idem*, p. 173). Para além da compreensão social como um “produto” e suas faces “percebidas”, “concebidas” e “vivas” (LEFEBVRE, 2013 [1974]), o espaço geográfico é também uma estrutura da sociedade, cujas formas são duráveis e carregadas de um conteúdo, de “uma finalidade ligada, em regra, ao modo de produção precedente ou a um de seus momentos”; sem que isso signifique que ele tenha um papel fantasmagórico, “pois os objetos espaciais são periodicamente revivificados pelo movimento social” (SANTOS, 2021a [1978], p. 187). É exatamente essa característica que faz das formas do espaço geográfico, simultaneamente, resultado e condição dos processos sociais, isto é, uma inércia-dinâmica – noção tributária do “prático-inerte” de Sartre –, cuja autonomia é relativa porque dialeticamente inafastável do movimento da sociedade (SANTOS, 2021a [1978]; 2020b [1985]). O entendimento deste ponto é crucial, pois sua interpretação equivocada pode levar às inferências que citam um suposto caráter meramente estruturalista-impositivo do espaço geográfico miltoniano, ignorando, entre outras coisas, a evidente diacronia presente na concepção.

Akin Mabogunje (1980) e David Harvey (1973) são exemplos de autores que abordaram uma já clássica distinção ontológica do espaço quanto à sua natureza absoluta (cartográfica), relativa (relação entre objetos) e relacional (representação das relações sociais e de outros tipos entre objetos), enquanto Doreen Massey (2005) se incumbiu do aprofundamento crítico desta última faceta, a mais diretamente ligada à esfera social. Objetivando uma compreensão mais analítica, Milton Santos (2014 [1988]) parte da noção de espaço relacional e propõe ser o espaço geográfico composto sempre por um conjunto de fixos e fluxos. Como fluxos, compreendem-se a sorte dos movimentos relativos à circulação, distribuição e consumo (análogo ao

que constitui o espaço econômico de Perroux); enquanto os fixos representam os próprios instrumentos de trabalho, as forças produtivas no geral e onde se realizam o processo imediato do trabalho ou da produção propriamente ditos (SANTOS, 2014 [1988]).

Em termos práticos, os fixos tratam do “trabalho morto” (na noção de Marx), a configuração territorial, a quantidade e densidade técnica dos objetos geográficos (naturais e artificiais); enquanto os fluxos tratam do “trabalho vivo”, as ações, os movimentos e pesos políticos da sociedade em seus devidos contextos (SANTOS, 2014 [1988]; 2020c [1987]). É da elaboração dessa concepção que provém a clássica noção miltoniana de espaço geográfico como “um híbrido, um composto de formas-conteúdo” (SANTOS, 2020a [1996], p. 42), ou, ainda, como “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistema de ações” (SANTOS, 2013a [1994], p. 86). Este conjunto funciona de forma solidária e igualmente contraditória, de modo que as ações se encarregam de imbuir os objetos de uma racionalidade própria, a partir de uma intencionalidade que torna sua funcionalidade, por vezes, tão extrema que passa a simbolizar, em contrapartida, uma determinada condição às pessoas e aos lugares na realização da vida; é a ressignificação mútua orientada pela inércia-dinâmica (SANTOS, 2020a [1996]).

Na base das formulações e da dialética entre os objetos e as ações está o fenômeno da técnica, entendida como “um conjunto de meios *instrumentais e sociais* com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço” (SANTOS, 2020a [1996], p. 29, *grifo nosso*). Assim, o movimento da sociedade comportaria diferentes técnicas passíveis de concretizações variadas como heranças físicas e sociais no território, uma vez que o valor de cada objeto “é dado pelo conjunto da sociedade, e se exprime através da realidade do espaço em que se encaixou” (SANTOS, *idem*, p. 43). Em outras palavras, admite-se que em uma mesma fração do território possam conviver sistemas técnicos de idades e longevidades distintas, passíveis de difusão e expressão espacial desiguais; são as rugosidades, entendidas como a materialidade da acumulação de tempos reais em um dado momento (SANTOS, 2013b [1978]).

Para além do sentido político-administrativo, é a partir de formas materializadas (objetos naturais e artificiais) que surge a categoria de território – como síntese –, mas quando se assume o caráter histórico dos significados e das ações simultâneas e sucessivas na sua construção, fala-se então de território usado, uma categoria

propriamente mais interessante ao crivo das ciências sociais (SANTOS; SILVEIRA, 2021 [2001]). De fato, a concepção dialética entre os objetos e ações faz do território usado sinônimo de espaço geográfico, sendo seu conteúdo inscrito tanto a partir de bases técnicas (tecnosfera) quanto político-normativas ou sociais/ideológicas (psicoesfera), responsáveis por apoiarem, ou até antecederem, a introdução de uma racionalidade específica ao território (SANTOS, 2020d [1993]; RIBEIRO, 1991). É dessa forma que se diferenciam os subespaços: cada um definido, a cada momento, por uma conjuntura unitária na tecnosfera e psicoesfera (SANTOS, 2014a [2005]). As diferenciações são embasadas, entre outras coisas, por decisões dialeticamente coadunadas dos agentes hegemônicos, políticos (Estados) e econômicos (grandes empresas), que acabam promovendo desigualdades regionais ligadas às divisões espaciais/territoriais do trabalho em escala nacional (SANTOS, 2018 [1979]; MASSEY, 1995 [1984]). Isso culmina em uma diferenciação de lugares e de regiões.

O conceito de região é entendido, aqui, como um subespaço do espaço nacional cuja coerência funcional o distingue de outras entidades, vizinhas ou não, que serve de suporte e condição de realização específica das relações globais, a partir de uma lógica de solidariedade cada vez mais organizacional e menos orgânica, unida por nexos informacionais (SANTOS, 2020a [1996]; 2013a [1994]). Já os lugares podem ser concebidos e diferenciados a partir da especificidade de seus processos interativos, de uma multiplicidade de identidades simultâneas e sucessivas no tempo e no espaço, marcados pela mistura de relações sociais mais amplas que as meramente locais, cujas associações com o “exterior” se dão de forma particular (MASSEY, 1994). Nesta mesma lógica, o lugar também pode ser compreendido a partir do acontecer solidário – pela ótica durkheimiana das realizações compulsórias – das relações que definem e especificam cada subespaço enquanto unidade (SANTOS, 2020a [1996]). De fato, região e lugar podem ser categorias analíticas intercambiáveis, quando entendidos como subespaços subordinados à funcionalização do mundo, desde que verificadas “a regra da unidade e da continuidade do acontecer histórico” (SANTOS, 2020a [1996], p.166).

A região, assim entendida, pode ser encarada como um lugar funcional do todo (SANTOS, 2020a [1985]), se apresentando, segundo Lencioni (2014 [1999]), como uma categoria analítica mediadora entre o universal e o singular, entre o global e o local, o que a torna fundamental às análises espaciais. Para o caso específico da Geografia, Haesbaert (2021) pontua que “de qualquer ângulo que se trate, o regional

diz respeito, em diferentes níveis, à questão da diferenciação/des-igualização do espaço geográfico” (HAESBAERT, 2021, p. 28). A região, assim, se desdobra “por meio da interação (maior ou menor) entre dois princípios elementares: o da diferenciação/homogeneidade [...], e o da coesão ou (des)articulação regional”, com este privilegiando a verticalidade e fluxos reticulados, e aquele, a horizontalidade e fixação em termos de organização do espaço (HAESBAERT, 2021, p. 30).

Em uma perspectiva decolonial, Haesbaert (2021) propõe considerar a região “como um ‘arte-fato’, um complexo entre artifício e fato, ferramenta intelectual e evidência concreta” (HAESBAERT, 2021, p. 43), de modo que a regionalização, como método, se comporta como uma “medi-ação” (meio e ação), isto é, uma forma indissociada de interpretação e criação (HAESBAERT, 2010). Regionalizar, nesse sentido, seria uma forma de interpretar e criar regiões, mas, também, construir diferenciações geográficas e articulações no espaço pela ação de certos agentes em uma dinâmica hierarquizada (HAESBAERT, 2021; 2010). Foi mais ou menos nesta seara que Boudeville (1972) caminhou quando, inspirado em Perroux, propôs as noções de região homogênea, região polarizada e região-plano, sendo estas duas últimas mais direta e respectivamente associadas às dinâmicas socioeconômicas concentradoras e ordenadoras, isto é, diferenciadoras.

No mesmo sentido, Ana Clara Torres Ribeiro (2015) ressalta que nas análises regionais há uma dupla face do fenômeno da regionalização: como fato e como ferramenta. Para a autora, a regionalização como fato trata da “reflexão simultânea da estrutura espacial e da dinâmica socioeconômica e político jurídica da formação social brasileira” de tal modo que “mobiliza interpretações que tocam, profundamente, as condições historicamente construídas da reprodução social” (RIBEIRO, 2015, p. 195). Já a regionalização como ferramenta, em diálogo assertivo com Pierre Bourdieu (1989), trata de uma questão ideológica, “de simplificações e reduções estratégicas, relacionadas à arregimentação de forças sociais e a táticas discursivas”, que servem para marcar uma pretensa homogeneidade relativa, unificadora em termos analíticos e práticos de uma região (RIBEIRO, 2015, p. 196). Sobre esta segunda face é que se configura uma arena de disputa entre o Estado, corporações e movimentos sociais, marcada, inclusive, por conflitos territoriais entre os agentes; o que converte as regiões, portanto, em “uma expressão espacial dos interesses e das práticas de distintos agentes, e, também, da influência exercida por diferentes esferas da vida coletiva” (RIBEIRO, 2015, p. 200).

É a partir de uma visão cada vez mais funcionalista e hierarquizada de arranjo espacial que o território, do ponto de vista produtivo, é marcado por atravessamentos simultâneos de imposições verticalizadas (hoje, principalmente, de cima para baixo) e redefinições horizontalizadas (solidárias; complementares e/ou conflituosos) em suas regiões. É possível que se compreenda esta dinâmica a partir de uma lógica de redes que, construídas diacronicamente e funcionando sincronicamente, servem como “veículos de um movimento dialético que, de uma parte, ao Mundo opõe o território e o lugar; e, de outra parte, confronta o lugar ao território”; resultantes de processos desigualadores do espaço (SANTOS, 2020a [1996], p. 270). Em um território atual e crescentemente reticulado, observam-se, pelo menos, dois recortes concomitantes: as *verticalidades* e as *horizontalidades*. Enquanto as primeiras representam os conjuntos de pontos não contíguos, asseguradores do funcionamento global da sociedade e economia, e formadores de um espaço de fluxos que cria interdependências hierarquizadas e ordenadas; as *horizontalidades* são conjuntos de pontos contíguos e contínuos, que conformam os lugares de realização tanto de uma racionalidade exógena impositiva quanto de contra racionalidades localmente originadas (SANTOS, 2020a [1996]; 2021b [2001]).

As interligações espaciais das horizontalidades e verticalidades estão sujeitas a constantes reconfigurações por um tempo vivido unificado cada vez mais veloz, fruto de modernizações intensificadoras da esfera produtiva. Santos (2018 [1979]) propõe entender as modernizações como processos caracterizados por um conjunto técnico, coerente e sistemático, de elementos econômicos, sociais, políticos e morais; cujo atravessamento nos lugares condiciona e é condicionado por diferenças locais, especialmente no que tange aos potenciais de servirem como centros de dispersão ou receptores de um determinado poder estruturante. Tal poder acaba por provocar novas compartimentações e fragmentações no território em nome de uma sempre pretendida fluidez produtiva, enquanto a própria organização, deste, passa a ser coordenada pelo mote de uma competitividade voltada à melhor atender os objetivos produtivos dos agentes hegemônicos que detém este poder, como – em termos econômicos – as grandes empresas transnacionais (SANTOS, 2021b [2001]).

O conceito de poder, aqui, é entendido pela proposição de Weber (2004 [1921], p. 175 - 176) como “a probabilidade de uma pessoa ou várias impor, numa ação social, a vontade própria, mesmo contra a oposição de outros participantes desta”. Dentre as formas de imposição de poder, para a questão presente, convém destacar a

dominação, vista como uma situação de fato em que a vontade manifesta de um agente ou grupo “dominador” influencia as ações de outros “dominados”, de tal modo que estes realizam suas ações como se suas máximas reproduzissem o próprio conteúdo da vontade do dominador, independente da motivação concreta que fundamenta tal “obediência” (WEBER, 2004 [1921], p. 191). Em verdade, para Weber, o caráter da estrutura de dominação é decisivamente influenciado pela forma como os meios econômicos são empregados para conservá-lo, e sintetiza a relação entre dominação e economia, indicando que “a estrutura da dominação [...] é quase sempre um fator relevante, em alto grau, para a economia, além de estar de alguma forma condicionada também por esta” (WEBER, 2004 [1921], p. 188).

Especialmente, em um período de globalização marcado, entre outras coisas, pela unicidade técnica e convergência de momentos vividos (SANTOS, 2021b [2001]), a produção por agentes hegemônicos são elencadas como vetores e o território chamado a servir como base de poder, como instrumento de reprodução de uma racionalidade geralmente exógena que reconfigura o território e reverbera nele dinâmicas deletérias tanto em contextos urbanos quanto agrícolas. De fato, a partir da mecanização e sucessivas modernizações da atividade agrícola, há a ressignificação das relações sociais e uma demanda crescente de bens científicos e de assistência técnica (SANTOS, 2021b [2001]). Reconhecendo que os ganhos de importância produtiva são tipicamente acompanhados por uma valorização de ordem político-ideológica definidora de uma pretensa “vocação”, o espaço agrícola se torna um ambiente atrativo ao capital de grandes empresas norteadoras da ordem técnica, o que acaba constituindo-o como um meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2021b [2001]).

Tomado como o objeto macro desta dissertação, o agronegócio, segundo Elias (2011), possui esse poder de impor uma lógica produtiva própria ao território, tornando-se capaz de criar novos fluxos materiais e imateriais, além de promover especializações territoriais cada vez mais profundas. Na introdução de uma nova racionalidade, os agentes do agronegócio reconfiguram o espaço através da construção de “novos” ou o reaproveitamento de “velhos” fixos geográficos, e da redefinição dos fluxos locais ao injetar um novo sentido global na realização cotidiana da vida local, o que, logicamente, condiciona disputas entre os agentes envolvidos. Por conseguinte, essa reconfiguração impacta também as solidariedades orgânicas e endógenas (horizontalidades), enquanto define uma nova função ao lugar/região

baseada em solidariedades organizacionais que objetivam sua inserção em circuitos produtivos mais abrangentes no espaço (verticalidades). Essas intenções e processos estão diretamente associados a uma nova regionalização (como método, ferramenta e plano) que, no Brasil, faz surgir uma nova noção, cunhada por Denise Elias (2011; 2013), de grande relevância à análise das dinâmicas econômicas, sociais e políticas da agricultura modernizada/capitalista sobre o território nacional: as Regiões Produtivas do Agronegócio (RPA).

As RPAs são compreendidas como os resultantes da reestruturação produtiva da agropecuária brasileira, conformadas por novos arranjos territoriais e lugares funcionais de circuitos espaciais e redes de produção de *commodities* vinculadas ao agronegócio globalizado, cujos limites não seguem estritamente as divisões político-administrativas oficiais (ELIAS, 2011; 2013). Suas dinâmicas espaciais se caracterizam por fluxos rápidos inerentes às redes agroindustriais de diferentes *commodities*, tais como a soja e a celulose, e pela predominância não necessariamente supressora, mas sim reconfiguradora das verticalidades sobre as horizontalidades, sob a batuta de uma competitividade buscada para o benefício de poucos agentes hegemônicos (ELIAS, 2011; 2013).

Se por um lado, as regiões servem como uma categoria que permite a análise da divisão espacial, territorial ou inter-regional do trabalho, Brandão (2012) afirma que a divisão territorial do trabalho pode servir como categoria mediadora dos processos espaciais e possibilitar a interpretação da complexidade abstrata que é o espaço, a partir de processos de integração, homogeneização, diferenciação, polarização e hegemonia. Em pleno acordo, as RPAs adjetivam essa categorização e servem como uma abordagem cuja importância analítica se justifica quando aceitas as sugestões de Brandão (2012, p. 68) de que é preciso pensar as regiões como “*loci* de reprodução social específicos” para “investigar sua decorrente inserção em uma divisão inter-regional do trabalho, ou seja, analisar a produção de espaços concretos, captando suas determinações históricas particulares”. Ou, ainda, a partir de Chico de Oliveira, compreender as regiões como:

o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital, e por conseqüência uma forma especial da luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição (OLIVEIRA, 1985, p. 29).

Contudo, é sempre importante ressaltar que o entendimento mais adequado dos aspectos produtivos e territoriais de uma fração-região dentro de uma totalidade-nação deve ser atravessado pela própria forma de inserção, desta, na totalidade-mundo. A compreensão do posicionamento econômico brasileiro nos circuitos internacionais, portanto, é de fundamental importância para a análise do setor e dos caminhos de sua evolução no território brasileiro.

2.3 Regionalização, Desenvolvimento Desigual e o Brasil frente ao mundo

De maneira geral, diferenciações geram especificações que passam então a apresentar posições e caminhos distintos na medida do grau de suas vinculações a uma ordem externa e/ou de peculiaridades de suas próprias estruturas internas. Jamie Peck (2017) transita pela teoria do desenvolvimento geográfico/regional desigual e, em diálogo com Trotsky, nos lembra que

[Os] países (e regiões) têm suas próprias, distintas trajetórias e histórias [...] e ocupam posições conjunturalmente específicas no interior (enquanto simultaneamente o modela) de um sistema-mundo em evolução, entendido como uma totalidade emergente (PECK, 2017, p. 3 – 4, tradução nossa).

Ao longo de um aprofundamento no corpo dos trabalhos de David Harvey, Neil Smith e outros, Peck (2017) destaca que as respectivas contribuições demonstram como o capitalismo tem sido responsável pela produção ativa de novas formas de desenvolvimento espacial desigual baseadas e sobrepostas às desigualdades espaciais herdadas, não sendo espacializadas por um mero acaso. Remete-se, aqui, o entendimento de Massey (1979) de que a desigualdade espacial sempre existiu, sendo somente potencializada a partir de determinados processos e períodos na História.

Ainda segundo Peck (2017), Doreen Massey considera que cada região reflete os efeitos cumulativos da sucessão de papéis históricos desempenhados por cada lugar em diferentes contextos produtivos mais amplos. Analogamente ao disposto, segundo Massey (1995 [1984]), a geografia econômica interna de um país reflete sua posição na economia política internacional e que países outrora (e ainda hoje) fortemente marcados pela imposição imperialista tendem a refletir em sua estrutura espacial uma subordinação e extroversão produtiva na economia global. De fato, na

consideração da relação dialética e dinâmica de um lugar com uma totalidade, as diferenças ou semelhanças podem se mostrar sistêmicas, significando que lugares que ocupam uma posição socioespacial similar tendem a refletir de forma compartilhada os impactos do desenvolvimento geográfico desigual, guardadas as variações históricas nas formações locais (SHEPPARD, 2018).

O tratamento crítico sobre as formas desequilibradas em que o desenvolvimento econômico se dá, conforme distinções históricas entre lugares, encontram nas experiências do século XX diversos objetos de análise. Pela vertente econômica, autores como Myrdal (1957), Hirschman (1961) e Perroux (1967) propuseram algumas noções de grande influência sobre essa desigualdade no desenvolvimento, a partir de seus respectivos entendimentos sobre: a causação circular acumulativa, o processo de desenvolvimento como uma cadeia de desequilíbrios e o espaço funcionando de forma polarizada quanto ao crescimento econômico. Em diálogo, Brandão (2012) aciona Celso Furtado (1983) e seus apontamentos sobre o estudo das macrodecisões nas contribuições desses três autores. Neste diálogo, é apontado como riqueza o fato de elas possibilitarem um trato analítico dessas decisões que são tomadas pelo Estado ou outro agente hegemônico (grandes corporações, i.e.) em um determinado contexto macroeconômico, e que são responsáveis por criar efeitos em cadeia que geram impulsos transformadores do processo estrutural de desenvolvimento. Assim, “seria o Estado o agente privilegiado para avaliar e realizar a síntese das inúmeras cadeias de reações provocadas pelas múltiplas decisões” (BRANDÃO, 2012, p. 64), não excluindo rebatimentos espaciais quando da realização variegada da dialética entre o Estado e mercado, nem a influência externa passível de ser mais ou menos repercutida em um território sob jurisdição de um Estado-Nação; sobretudo, quando este é alheio à centralidade decisória dos circuitos econômicos mundiais.

Partindo do recorte de Estados-Nações, as históricas relações coloniais de poder e respectivas consequências nas formações socioespaciais de antigas colônias subordinadas provocaram uma profunda relação de dependência desses espaços para com aqueles considerados centrais no funcionamento do mundo. Para Ruy Mauro Marini (2005 [1973], p. 141), esta dependência pode ser compreendida como “uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou

recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência”, da qual a consequência direta é o seu próprio aprofundamento.

No que se refere à subordinação do Brasil na geoeconomia mundial, Paulani (2022) interpreta e propõe uma periodização histórica das cinco fases de inserção do país no processo de acumulação global, com todas evidenciando o caráter subordinado aos países centrais. As fases estão resumidas no quadro 1, a seguir.

Quadro 1 - Fases da inserção da economia brasileira no sistema mundial capitalista.

Fases	Período	Característica
1	Colonial	Fase de expansão dos estados territoriais originários; "Brasil" como reserva patrimonial, base de operação de força de trabalho compulsória e fonte de matérias-primas; o território como objeto de espoliação, típico da fase de acumulação primitiva em curso
2	Colonial - 1930	"Brasil" como produtor de bens primários, de baixo valor agregado; o território como alavanca da acumulação de capital no centro, produzindo matérias-primas e produtos agrícolas a baixo custo.
3	1930 - 1970	Período das tentativas nacional-desenvolvimentistas; o território como objeto do deslocamento espacial do capital do centro, fazendo com que o processo de acumulação “determinado desde dentro” comandado pelos imperativos do capital de fora nos setores mais dinâmicos da economia.
4	1970 - 1990	Riqueza financeira crescendo a taxas elevadas encontra no Brasil a demanda por empréstimos; crise de dívida externa; Brasil como o retrato de uma economia periférica já industrializada, vitimada pelo avanço da financeirização do capitalismo mundial
5	1990 - ...	Ingresso ativo do país na era da financeirização; período caracterizado por uma série de decisões neoliberais como concessão de isenções tributárias, retirada gradativa dos controles/barreiras ao livre fluxo internacional de capitais e abertura do mercado previdenciário ao capital privado.

Fonte: PAULANI (2022, p. 96 - 100)

É no contexto da quinta fase da inserção brasileira na economia capitalista mundial que repousa as bases para a compreensão da reestruturação produtiva e das dinâmicas macroeconômicas observadas a partir da virada dos anos 2000. Este

período da economia brasileira é caracterizado pelo pagamento de rendas² e pela reafirmação do setor primário-exportador no espaço econômico como resposta às crises cambiais da época. Isto faz com que, apesar da vinculação à marcha da financeirização testemunhada no capitalismo mundial da virada dos séculos XX e XXI, o caráter produtivo-territorial brasileiro (ditado pela macroeconomia) se volte à produção e comercialização de bens de baixo valor agregado, típico das primeiras tentativas de inserção nacional na economia capitalista mundial entre os séculos XVI e XVIII (DELGADO, 2012; PAULANI, 2022).

Apesar de o Estado-Nação ser comumente tratado como um recorte analítico quando da avaliação das dinâmicas econômicas mundiais, fato é que o espaço de um país subdesenvolvido como o Brasil é descontínuo, fracionado e multipolarizado, conforme discutido por Santos (2018 [1979]). Isto significa que a inserção econômica de escalas subnacionais (por vezes, transnacionais) se dá de forma diferenciada e que apesar das históricas divisões internacionais do trabalho condicionar o posicionamento brasileiro, em um primeiro nível, as divisões espaciais/territoriais internas do trabalho se encarregam do condicionamento em um segundo nível, aproximando ou distanciando dinamicamente determinadas frações entre si e com o exterior.

Esta compreensão é crucial para se entender a divisão inter-regional brasileira que se deu ao longo da formação brasileira. À luz dos investimentos históricos em infraestrutura nas diferentes regiões do Brasil ao longo das três últimas décadas do século XX, Siqueira (2015) argumenta que existem interesses que se projetam através da divisão inter-regional do trabalho, responsáveis por ampliar heterogeneidades socioeconômicas no território, em sentido intra e inter-regional. Segundo a autora, a complexidade da atual divisão inter-regional brasileira se constituiu, entre outras coisas, sobre uma base de guerra fiscal entre lugares e de ausência histórica de planejamento do desenvolvimento regional, corroboradas por sucessivas rodadas de investimentos seletivos em termos setoriais e locais (SIQUEIRA, 2015).

Neste ínterim, o importante é compreender o planejamento como um processo ou forma de intervenção do Estado – não como mero mediador, mas, também, como

² “Renda” é a forma de captação ligada ao capital portador de juros, no qual a valorização do dinheiro não depende diretamente dos processos produtivos propriamente ditos, sendo os juros os condicionantes da reprodução (HARVEY, 2013). Nesse ínterim, financeirização seria, para Chesnais (2016, p. 15 - 16), “a disseminação profunda e geral das características do capital portador de juros [...] no sistema como um todo”.

agente ativo, cooptado ou não – sobre as contradições entre a reprodução do capital em escala regional e nacional (OLIVEIRA, 1985). Além disso, é necessário entender o desenvolvimento regional desigual como um fenômeno transescalar, sendo o próprio desenvolvimento “um conjunto de possibilidades que são disputadas por grupos de atores distintamente situados e localizados em alianças e rivalidades mutáveis” (SHEPPARD, 2011, p. 66, tradução nossa), ao contrário de um caminho unívoco e pavimentado a ser percorrido com força de destino.

2.4 Contribuições da noção de Circuitos Espaciais de Produção

Na medida em que a economia mundial transitou por vias ditas globalizantes, ou “globalitárias”, o discurso de uma aldeia global unificada passa a crescentemente operar uma fragmentação no território, a partir de processos desigualadores do espaço em suas mais diversas escalas (SANTOS, 2021b [2001]). Dessa forma, a complexidade histórico-geográfica passa a simbolizar diferentes contextos para a funcionalização econômica da produção geral e as abordagens que tomam os Estados-nação como recorte analítico na compreensão da conjuntura produtiva passam a apresentar alguns limites em relação à capacidade explicativa de determinadas dinâmicas locais. É assim que surgem, nas últimas décadas do século XX, no contexto da América Latina, críticas e proposições analíticas para um entendimento que leve em consideração, entre outras coisas, a territorialidade e a interação específica de agentes sociais na organização econômica, na figura dos Circuitos Espaciais Produtivos (CEPs) (DUARTE, 2023; CASTILLO; FREDERICO, 2010).

A noção de CEP apresenta como enfoque analítico os produtos, tendo passado, ao longo do tempo, por diversas revisões teórico-conceituais desde a sua concepção (MORAES, 1985; BARRIOS, 2015 [1980], ROFMAN, 2016 [1980]; DUARTE, 2023). Em uma destas discussões, Santos (2014 [1988]) entende que os CEPs seriam “as diversas etapas pelas quais passaria um produto, desde o começo do processo de produção até chegar ao consumo final”, (*idem*, p. 56). Eles são capazes de captar o movimento ou circulação de bens e produtos e apontam a maneira como os fluxos perpassam o território (SANTOS; SILVEIRA, 2021 [2001], p. 153). Dessa forma, as CEPs se apresentam como possibilidade de abordar a repartição de atividades e especialização de lugares a partir de uma visão dinâmica,

indo além da visão relativamente estática oferecida pela divisão territorial do trabalho, uma vez que um mesmo lugar pode ser atravessado simultaneamente, no espaço e no tempo, por diversas divisões do trabalho (SANTOS; SILVEIRA, 2021 [2001]).

O próprio processo de configuração de CEPs, por apresentarem como base analítica o território usado como marcador das relações que se dão no espaço, funciona como fator criador de regiões, compreendendo a regionalização como mediação ou ferramenta, nos argumentos de Haesbaert (2010; 2022) e Ribeiro (2015) apresentados anteriormente. Ademais, com a possibilidade e intensificação da comunicação permitidas por avanços em infraestrutura, a proximidade entre áreas é flexibilizada a ponto de áreas distantes entre si poderem estar mais significativamente relacionadas que áreas vizinhas, como é o caso das áreas de agricultura moderna (SANTOS; SILVEIRA, 2021 [2001]). É aqui que, em teoria e tese, as RPAs se aproximam dos CEPs, não como epifenômenos, mas sim como processos e efeitos de um uso sistêmico, funcional e diferenciador do território.

Em um intento de operacionalização e de orientação metodológica, Castillo e Frederico (2010, p. 465) sugerem para a identificação dos CEPs a análise de quatro temas principais: os principais aspectos técnicos e normativos da *atividade produtiva dominante*; as especificidades das formas pelas quais os *principais agentes* envolvidos se estabelecem como Círculos de Cooperação no Espaço (CCE)³, além de suas escalas de poder; a *logística*, no sentido das condições materiais e ordenamento dos fluxos referentes aos CEPs e; a *organização e uso do território* das etapas produtivas constitutivas dos circuitos. Para os autores, a investigação atenta deste último tema é importante, pois:

De maneira geral, o uso e a organização territorial referem-se à quantidade, à qualidade, à distribuição e ao arranjo espacial dos sistemas de objetos envolvidos na circularidade da produção, e a maneira como são usados, possibilitando verificar, a um só tempo, a organização interna dos subespaços, o uso seletivo dos sistemas técnicos e a forma como são estabelecidas as relações com outros subespaços (CASTILLO; FREDERICO, 2010, p. 465 – 466).

Se o objetivo é entender as dinâmicas do lugar associados a uma produção inserida em uma totalidade mais ampla, a investigação dos CEPs deve considerar não

³ Para Castillo e Frederico (2010, p. 464 - 465), os CCEs “tratam da comunicação, consubstanciada na transferência de capitais, ordens, informação (fluxos imateriais), garantindo níveis de organização necessários para articular lugares e agentes dispersos geograficamente, isto é, unificando, através de comandos centralizados, as diversas etapas, especialmente segmentadas da produção”.

só os objetos, mas também as ações na relação ordenada entre lugares. Por isso, segundo Castillo e Frederico (2010), é de suma importância compreender a articulação política entre os agentes envolvidos nos circuitos – principalmente grandes empresas –, facilitada pela modernização e expansão de redes técnicas portadoras de ordens, informação e capitais observadas no recente período histórico.

De fato, é fundamental se atentar à dialética existente entre os CEPs e os CCEs para trazer ao primeiro plano da análise a horizontalidade das relações entre os agentes na produção nos e dos lugares, entendendo que os CCEs, objetivam, via de regra, a integração, a ampliação e a potência de ação dos CEPs (DUARTE, 2023). A diversidade funcional dos agentes envolvidos nos CCEs é um dos pontos que os torna sempre flexíveis em relação à produção que se dá em um lugar, seja a partir de delineamentos hierárquicos e de especialização no plano mundial ou retroalimentações de investimentos no plano local (MORAES, 1985). Por isso, os agentes que compõem esses círculos de cooperação podem apresentar natureza pública ou privada, nacional ou internacional, além de funções variadas de fornecimento de infraestrutura ou financiamento, sendo possível, segundo Antas Jr (2015), separá-los em três grupos simplificados: os agentes estatais, as corporações atuantes no mercado e as organizações promotoras de solidariedade.

Os pontos de convergência podem ser variados, mas o objetivo pelo qual os agentes envolvidos nas CEPs geralmente se guiam está relacionado aos ganhos em produtividade, rentabilidade e/ou lucro, como formas e reflexos de captação de mais-valor produzido. Em outras palavras, busca-se ganhos em termos de competitividade, assumida como mote produtivo e justificativa para constantes e crescentes inovações, aperfeiçoamentos, cooperação entre agências e investimentos em infraestrutura. Com efeito, a competitividade não se apresenta somente como um atributo *de e entre* agentes, mas, também, *de e entre* frações do espaço geográfico (regiões), caracterizada pela busca de maior rapidez e fluidez produtiva, e, assim, fazendo manifestar uma série de vulnerabilidades territoriais (CASTILLO, 2015).

Compreender a competitividade como uma qualidade das regiões é também compreendê-la a partir da dialética que caracteriza o próprio espaço geográfico, qual seja a inseparabilidade de um sistema de objetos e de um sistema de ações ligados por uma intencionalidade, sucessiva e cumulativa, sempre em transformação no tempo (SANTOS, 2020a [1996]). São nas intencionalidades correlatas que gravitam as decisões de organização do espaço no panorama da dialética entre o Estado e o

mercado, e, nesse sentido, a configuração do território se apresenta instrumentalizada e regulada por uma lógica produtiva hegemônica legitimada pela política macroeconômica do Brasil atual.

2.5 Contornos teóricos finais

A partir das teorias até aqui resgatadas e discutidas, pretendeu-se estabelecer uma base da qual se interpretará as relativas importâncias dos agentes e lugares no uso e organização espacial associada à produção de celulose de madeira. A consideração do caráter histórico guardado pelo uso do território é o que permite que o próprio conteúdo dialético e relacional definidor do espaço geográfico, enquanto totalidade, seja empiricizado. Se o território (concretizado) é uno, as territorialidades (sentidos) ou usos são múltiplos, com estes podem se apresentar de forma complementar ou conflituosa, a depender da relação e da própria natureza dos diferentes agentes envolvidos. É dessa forma que o território é atravessado por racionalidades e contra racionalidades de escalas, espacialidades e temporalidades distintas, e, assim, marca-se uma disputa de poder – nele e a partir dele – sobre as formas pelas quais sua organização e configuração se dão. Entende-se, assim, que a aproximação de agentes e lugares a partir de usos ou interesses em comum sobre o território tem a capacidade de estabelecer ou redefinir meios e processos de diferenciação do espaço, através de objetos e ações que denotam funcionalizações, atribuem sentidos e traduzem regiões como formas especiais de reprodução do capital (OLIVEIRA, 1985).

Em uma formação socioespacial dada sob contextos de uma divisão internacional do trabalho que relega aos polos não centrais uma dependência quanto à organização do espaço, as formas pelas quais o território é usado se mostram como marcadores de tempos e “condicionantes condicionadas” das relações sociais. Grandes corporações assumem, assim, a capacidade diretora de boa parte da produção, através do poder econômico e tecnológico empenhado sob frações de um território em funcionalização permitido por uma aproximação estratégica do Estado. O agronegócio serve, em última instância, como um exemplo desta forma de atuação e aproximação, quando de sua compreensão como um pacto de economia política público-privado entre as políticas estatais e as técnicas corporativas na organização do espaço produtivo (DELGADO, 2012).

É a partir das formas pelas quais os agentes e lugares se relacionam e operam ações, complementares ou conflituosas, que se realizam as práticas cotidianas definidoras das dinâmicas socioterritoriais características de cada fração funcionalizada, com os ideais de competitividade produtiva internacionalmente vertida se projetando sobre as diretrizes da solidariedade e do desenvolvimento regional.

De forma a sintetizar a discussão deste capítulo, resgata-se os apontamentos de Santos e Silveira (2021 [2001]), que nos lembram que:

O peso do mercado externo na vida econômica do país acaba por orientar uma boa parcela dos recursos coletivos para a **criação de infraestruturas, serviços e formas de organização do trabalho** voltados para o comércio exterior, uma atividade ritmada pelo imperativo da **competitividade** e localizada nos **pontos mais aptos** para desenvolver essas funções. Isso não se faz sem a **regulação política do território e sem uma regulação do território pelo mercado**. É desse modo que se reconstróem os contextos da evolução das bases materiais geográficas e também da própria regulação. O resultado é a criação de **regiões do mandar e regiões do fazer** (SANTOS; SILVEIRA, 2021 p. 29 – 30, **grifo nosso**).

É neste cenário que a análise sobre o uso do território para a produção de celulose se procede nesta dissertação, identificando o uso como fator de aproximação, de cimentação regional das relações entre os lugares em regiões produtoras de celulose da cadeia produtiva da Suzano S.A. Para tal intento, parte-se da convergência, transescalaridade e transversalidade das relações entre os agentes (i.e. Estado e grandes empresas), valendo-se da oportunidade analítica ofertada pela noção de CEP para lidar com o território de maneira mais compatível à complexidade pela qual se configuram e se especializam regiões subnacionais. Tal abordagem apresenta a possibilidade de tornar empírica a agência do agronegócio sobre o território, compreendendo-o através da materialização da prática de seus agentes, para além da abstração – cada vez mais real – de seus ideais produtivos.

Paralelamente à compreensão das respectivas agências no espaço, é igualmente crucial o entendimento da evolução temporal do setor e de seus protagonistas, objetivando uma contextualização, mas, também, o acionamento de uma perspectiva diacrônica que deve estar associada a qualquer interpretação sincrônica preocupada com uma compreensão dialética do espaço.

3 A EVOLUÇÃO DO SETOR DE PAPEL E CELULOSE NO BRASIL E A SÍNTESE DE SEUS PROTAGONISTAS: UMA GENEALOGIA

Ao se compreender o agronegócio como um importante setor na configuração espacial do território brasileiro, deve-se de antemão destacar a complexidade de sua performance na medida em que diversos são os atores, técnicas e produtos envolvidos nesta associação política e econômica. Toda essa diversidade adota a rotulagem única de agronegócio, acionando seu respectivo significado simbólico em nível de macroeconomia política, cujas ações repercutem na produção de formas-conteúdo diferenciadas, cujos sentidos dependem do período, contexto e fração espacial em que se inserem.

A influência de um conjunto de atividades econômicas sobre o território não se dá somente pela dimensão da produção em si, mas também pela dimensão do(s) ator(es) envolvido(s), e respectiva vinculação ao acontecer histórico da produção desenvolvida em cada lugar/região, especialmente quando operada a partir de um estreito alinhamento entre Estado e grandes corporações na organização do espaço. A combinação específica de cada um destes elementos é que irá alçar determinadas atividades e/ou atores como protagonistas da produção do/no espaço, sobretudo em uma lógica de imposição técnica e ideológica do global sobre as regiões. Por isso, é importante que, na tentativa de se analisar um determinado setor produtivo, seja feita uma genealogia das bases históricas sobre as quais se desenvolveu sua atual conjuntura político-econômica.

Este capítulo tem este intento: proceder a partir de uma metodologia progressiva-regressiva, entendida como aquela que endereça adequadamente a relação do tempo com o espaço em sua conceituação dialética, segundo Milton Santos. O objetivo é justamente endereçar esta dimensão temporal, procedendo com uma abordagem histórica e sintética da consolidação da indústria e agentes da celulose e papel no Brasil, desde o século XX, tangenciando brevemente os dois primeiros terços e detalhando um pouco os seguintes períodos até os dias atuais. Por questão de disponibilidade e condições de acesso aos dados, atenção especial foi dada à produção de celulose de mercado a partir da virada da década de 1990 e 2000, que é, justamente, quando a celulose de mercado assume mais propriamente uma importância econômica destacada, na medida do crescimento expressivo na pauta de exportação. Importante pontuar que esta dissertação não pretende diminuir a

importância os outros produtos madeireiros e não madeireiros produzidos aos mais diversos fins, somente destacar um uso que mais propriamente se vincula às dinâmicas macroeconômicas e políticas (quando analisado as dinâmicas de poder das grandes empresas), conforme se pretende, aqui, contextualizar.

Ressalta-se, contudo, que para todo e qualquer resgate histórico, a periodização se mostra uma etapa crucial e igualmente desafiadora. Em não sendo objetivo desta dissertação fixar datas rígidas de início e fim dos períodos – até porque o tempo é, antes de tudo, relativo –, a ideia é somente indicar temporalmente os contextos sobre os quais se realizaram ações importantes para a interpretação dos rumos do setor. Não obstante, reafirma-se a importância dos recortes temporais, pois para que um estudo desta natureza consiga “interpretar o presente como resultado de um processo e indicar possíveis linhas de evolução”, é necessário um esforço de periodização (SANTOS, 2014 [1988], p. 122 – 123). Esclarece-se que os termos técnicos utilizados para categorizar os períodos se referem a processos ou etapas ligadas ao ato de plantio de espécies vegetais, e foram deliberadamente acionados para ilustrar seus conteúdos a partir da analogia com o desenvolvimento das árvores.

As discussões presentes neste capítulo trabalham com dados secundários (PEVS e PIA - Produto do IBGE, Comex e os valores contratados junto ao BNDES) e terciários (publicações do BNDES Setorial, relatórios e estudos especializados). Sobre os periódicos do BNDES Setorial, as edições constam em acervo do sítio eletrônico oficial do banco, onde se encontram todas as publicações desde julho de 1995, data da edição número um. Já os dados referentes aos valores contratados de forma direta ou indireta, não automáticas, pelas empresas a partir de desembolsos do BNDES estão disponíveis a partir do ano de 2002, também acessados pelo sítio eletrônico no banco público.

Além do sítio eletrônico do BNDES, outros bancos de dados públicos compuseram o conjunto de dados secundários trazidos neste exercício de conhecimento das diferentes conjunturas, situações e momentos do contexto produtivo e econômico do setor de celulose e papel. As valias dos dados da PEVS (com disponibilidade de 1986 a 2022) e da PIA - Produto (com disponibilidade de 2005 a 2021) se dão por compreenderem respectivamente informações quanto à produção de madeira em tora conforme a finalidade, e quanto à produção de pasta celulósica, papel e afins. Isto permite a compreensão da evolução específica do setor e, também, da atividade florestal no Brasil nos respectivos períodos de abrangência dos dados.

Outra fonte pública de dados utilizada foi o Comex Stat, um portal para acesso gratuito às estatísticas do comércio exterior do Brasil, ligado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) do Governo Brasileiro, para a obtenção de dados referentes às quantidades de exportação e importação de celulose e papel, calculando-se, posteriormente, as respectivas contribuições à balança comercial brasileira ao longo dos anos de abrangência dos dados. Sua disponibilidade compreende os anos de 1997 a 2023.

Além da consulta às fontes de dados de natureza institucional pública, também foram consultados dados de origem privada para complementar eventuais limites quanto à categorização/generalização dos valores. De um ponto de vista mais sistemático, foram coletados dados constantes dos Relatórios Anuais da Indústria Brasileira de Árvores (IBÁ), que é a associação responsável pela representação institucional da cadeia produtiva de árvores plantadas junto aos principais públicos de interesse. A abrangência dos dados compreende os anos de 2006 em diante, mas para os fins de área plantada, o limite máximo foi 2012, complementados pelos dados do IBGE. Além destes, foram consultados dados constantes de levantamentos específicos realizados recentemente (referentes aos anos 2020, 2021 e 2022) pela Forbes, uma revista especializada em economia e negócios, e de estudos setoriais de mercado realizados (para o ano de 2022) pela Consufor, uma empresa brasileira especializada em investimentos florestais. O sentido da coleta destes dados foi tornar possível a compreensão da conjuntura produtiva do setor florestal, e especificamente de celulose e papel, em nível de empresa, inclusive recorrendo de forma acessória aos relatórios oficiais elaborados pela própria empresa em destaque ao final do capítulo.

As especificidades metodológicas detalhadas de acesso a cada banco de dados estão descritas na medida de seu acionamento no desenvolvimento deste capítulo, de forma a garantir uma melhor aproximação do procedimento específico e dos produtos alcançados.

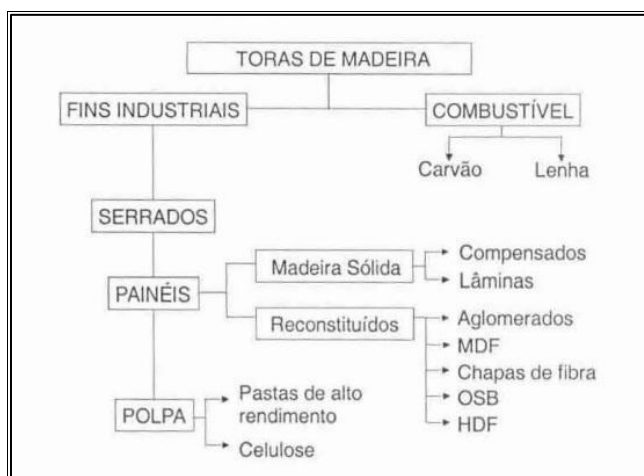
3.1 Uma breve descrição da atividade florestal e suas especificidades

Antes de explorar as nuances do desenvolvimento histórico da indústria de celulose e papel no Brasil, convém caracterizar a atividade florestal como um todo, e a celulose, na medida em que esta é simultaneamente produto e matéria-prima central

do processo produtivo discutido nesta dissertação. Diferentemente do que se observa em relação a outros processos produtivos, a atividade florestal é caracterizada pela multiprodução, isto é, uma mesma floresta ou plantio florestal comercial têm o potencial de fornecer diversos produtos à diversos fins, além do próprio fornecimento de serviços ecossistêmicos quando se trata, sobretudo, do manejo de florestas nativas.

Segundo Valverde *et al* (2012), o setor florestal brasileiro é marcado por uma variedade de indústrias e produtos não-madeireiros e madeireiros¹, e, no tocante a estes, o setor pode ser subdividido em três cadeias produtivas: de madeira industrial (celulose e papel e painéis de madeira reconstituída), de processamento mecânico da madeira (serrados e compensados) e de madeira para energia (lenha, carvão vegetal, cavacos etc.). Ilustrando as subdivisões da cadeia produtiva da madeira, Juvenal e Mattos (2002) elaboraram um organograma que detalha os possíveis usos da madeira em tora, conforme figura 2 a seguir:

Figura 2 – Organograma dos possíveis usos da madeira em tora



Fonte: JUVENAL; MATTOS, 2002

Dentre os produtos florestais madeireiros dispostos acima, o foco desta dissertação está na celulose advinda especificamente de plantios florestais, não objetivando a análise das dinâmicas dos usos da madeira para fins moveleiros,

¹ A madeira é considerada um biopolímero tridimensional composto quimicamente por celulose, hemiceluloses, lignina e variados produtos extrativos (LEPAGE, 1970). Entre variações da proporção destes constituintes entre uma espécie e outra, são a celulose e a lignina que respondem pela maior fração constitutiva das madeiras, com a primeira variando entre 30 e 50% da estrutura, sendo considerada o principal componente da madeira (BRITO; BARRICHELO, 1981; ARAUJO, 2020).

construção civil, ou energético, apesar da destacada relevância estratégica deste último ao desenvolvimento industrial brasileiro a partir de sua vinculação técnica ao setor de siderurgia e alumínio.

Em termos econômicos, a contribuição do setor florestal ao PIB nacional no ano de 2022 foi de 1,3%, tendo sido relativamente constante desde 2012 – próximo a 1%, seu valor médio (IBÁ, 2023). Em termos de valor da produção industrial, de um total de R\$6,1 trilhões registrados em 2022, R\$0,2 trilhões se referem às atividades ligadas de alguma forma à produção florestal² (PIA- PRODUTO, 2022), equivalentes a 3,3% do valor total. No entanto, uma vez que a atividade florestal tipicamente se subdivide em uma etapa de campo (silvicultura³ e manejo florestal) e uma industrial (transformação, fabricação ou obtenção de produtos madeireiros, como celulose ou papel) intimamente associados, a cadeia produtiva é contemplada tanto pelo setor agropecuário, quanto pelo setor industrial. Este discernimento é importante para que se compreenda de maneira mais categórica o circuito produtivo florestal, inclusive no que tange à sua importância estratégica ao Brasil.

Assim sendo, é relevante apontar uma distinção no que se refere à contribuição específica do setor florestal na adição de valor ao PIB agropecuário e ao industrial: entre 2010 e 2022, apesar das médias de participação terem sido semelhantes – 5,7% do PIB agropecuário e 5,6% do PIB industrial. O valor referente à agropecuária sofreu uma diminuição relativamente constante, de 7% para 4,1%, enquanto na indústria esse valor diminuiu de 7,8% para 5% de 2010 a 2011, mas desde então assumiu um comportamento crescente até 7,2% em 2022 (IBÁ, 2023).

Tal distinção encontra nos achados de Morceiro (2012) um contexto peculiar: sob a ótica de valor adicionado e produtividade, o autor identifica uma

² Considerando: “celulose e outras pastas para a fabricação de papel”, “papel”, “móveis com predominância de madeira”, “madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada”, “produtos de papel para usos doméstico e higiênico-sanitário”, “desdobramento de madeira”, “embalagens de cartolina e papel-cartão”, “embalagens de papel”, “produtos de papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado para uso comercial e de escritório”, “produtos de pastas celulósicas, papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado não especificados anteriormente” e “artefatos de madeira, não especificados anteriormente, exceto móveis”.

³ Apesar do uso do termo “silvicultura” ao longo da dissertação, ressalta-se sua inadequação para se referir aos plantios de espécies madeireiras, uma vez que o prefixo “silvi” se refere à expressão latina que significa “floresta”, que, por sua vez, está diretamente associada à biodiversidade vegetal e animal, essencialmente contrastando com as monoculturas. Tal posicionamento deriva e está em pleno acordo com os questionamentos apontados por Hirt (2009). No entanto, a opção pelo uso do termo foi feita somente para estabelecer um diálogo direto com os levantamentos e literatura aqui trazidos que o utiliza, sem significar uma aceitação plena deste significado dentro da disputa discursiva do termo.

heterogeneidade do fenômeno da desindustrialização dentre os setores de indústria de transformação brasileiros entre os anos de 2000 e 2008. Neste cenário, enquanto alguns setores industriais (como refino de petróleo, artigos de vestimenta e metalúrgica básica) apresentaram taxas de crescimento do valor adicionado e produtividade anual negativos, o setor de celulose e papel se destacou positivamente em ambos os critérios, especialmente em termos de produtividade (MORCEIRO, 2012). De fato, Morceiro e Guilhoto (2019) perceberam que, entre 1970 e 2016, o setor de papel e celulose não apresentou tendência clara de desindustrialização, o que o difere de outros setores afetados por ela - inclusive, florestais como madeira e móveis -, marcando ainda mais a heterogeneidade com que o fenômeno se apresenta nos setores.

Para além desta distinção quanto a manifestação da desindustrialização entre os setores industriais, a própria atividade florestal apresenta algumas peculiaridades inerentes ao processo produtivo em si, que a difere em grande medida de outras atividades e setores do agronegócio. Algumas das características condicionantes das dinâmicas econômicas dos projetos florestais são: o longo ciclo de produção, que distancia o elevado investimento inicial do seu retorno no final do ciclo (no Brasil, por exemplo, este tempo varia normalmente de 6 a 25 anos); o fato de o produto final ser também fator de produção, isto é, na medida em que a árvore é o todo-orgânico que produz sua parte-madeira, ela mesma é suprimida ao final do ciclo para obtenção do produto; e, também, o elevado risco da atividade, tanto no que se relaciona às condições naturais (alterações climáticas, adaptações edafoclimáticas e fitossanidade), quanto ao cenário da economia (dificuldade de se prever a conjuntura de mercado futuro).

Muitas destas características são compartilhadas com outras atividades do setor agrícola, mas a atividade florestal se difere daquelas por conta do longo período de maturação do projeto, de longa imobilização de recursos físicos e financeiros (SAE, 2011), e pela escala de produção ser tipicamente de média para alta por motivos de espaçamento entre plantas e eficiência produtiva, justificando extensas áreas de plantio. Uma característica importante da atividade florestal madeireira que influencia grandemente o custo do transporte da madeira do campo para a indústria é o seu peso, uma vez que, além dos componentes de valor comercial (i.e. celulose), transporta-se, também, quantidades consideráveis de outros componentes não

interessantes ao setor florestal, como a água⁴ (MORESCHI, 2014 [2005]). Segundo Sebastião Renato Valverde em discurso na 13ª reunião ordinária da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), no escopo do painel de planejamento florestal sustentável naquele estado, o contorno de tal problemática é a preferência pela localização de plantios o mais próximo possível das indústrias, o que caracteriza o mercado para abastecimento de madeira às indústrias florestais tipicamente enquanto local-regional (ALMG, 2008).

Aprofundando-se na base florestal, o funcionamento da indústria brasileira de celulose e papel está concentrada em dois grupos de espécies: os eucaliptos e os pinus. Para o ano de 2022, dos 9,94 milhões de hectares de área cultivada com plantios florestais, 7,6 milhões (76%) estava ocupada com eucalipto, seguido à distância pelo pinus, com 1,9 milhão (19%), enquanto as demais espécies totalizam 5% (IBÁ, 2023). Em termos de distribuição geográfica, os plantios comerciais de eucalipto estão concentrados nos estados de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e São Paulo, enquanto o pinus está mais concentrado na região Sul do Brasil (IBÁ, 2023).

De fato, a dualidade essencial da celulose⁵ enquanto matéria-prima e produto pode ser contornada pela consideração de seu uso posterior imediato, isto é, em uma primeira abordagem ela pode ser lida como “matéria-prima” quando consumida nas linhas de produção integradas de papel, ou como “produto” quando é destinada à comercialização, sendo neste caso denominada de celulose de mercado (MACEDO *et al*, 1995). Além desta distinção de uso, ela também se diferencia a partir da característica anatômica das fibras vegetais (curta ou longa), e dos processos de conversão da madeira em polpa de celulose e técnica de branqueamento utilizados na obtenção da pasta de celulose. Quando denominadas mecânica ou semi-química, sulfato/Kraft ou sulfito, branqueada ou não-branqueada, de alto rendimento ou convencional, ou então como *recycled pulp*, *celulose Elemental Chlorine Free* ou *celulose Totally Chlorine Free*, significa identificar cada celulose na medida de suas

⁴ “A massa específica da madeira de uma árvore recém cortada está em função da água contida nos seus espaços celulares e intercelulares (água livre ou água de capilaridade), da água impregnada nas paredes celulares (água de impregnação) e da água que participa da sua constituição química (água de adsorção química)” (MORESCHI, 2014 [2005], p. 28).

⁵ Por definição, a celulose é caracterizada como um polímero (polissacarídeo) formado por grandes cadeias de glicose, que, por formar a parede celular das células vegetais, acaba sendo responsável pela maioria das propriedades físicas, químicas e mecânicas da madeira, a partir da aglutinação promovida pelas hemiceluloses e lignina (ARAUJO, 2020).

características específicas, o que acaba por condicionar comercialização e preços específicos, e tensionar o caráter tradicional de uma *commodity* (MACEDO *et al*, 1995; KLOCK *et al*, 2013).

Após esta breve descrição do setor florestal e seu produto central na atualidade, a questão seguinte é entender como se deu o estabelecimento da indústria de papel e celulose ao longo do século XX e início do século XXI. Somente assim será possível identificar as bases de construção espaço-temporais e direcionar análises sobre a organização espacial que caracteriza a atual configuração do setor de celulose no Brasil.

Para todo e qualquer resgate histórico, a periodização se mostra uma etapa crucial e igualmente desafiadora. Não é objetivo desta dissertação fixar datas de início e fim dos períodos, mas somente indicar os contextos temporais nos quais se realizaram ações e decisões importantes para os rumos do setor. Não obstante, reafirma-se a importância dos recortes temporais, uma vez que para que um estudo desta natureza alcance seus objetivos, qual seja “interpretar o presente como resultado de um processo e indicar possíveis linhas de evolução”, é necessário um esforço de periodização (SANTOS, 2014 [1988], p. 122 – 123). Esclarece-se que os termos técnicos utilizados no título dos tópicos se referem a processos ou etapas ligadas ao ato de plantio de espécies vegetais, e foram acionados para ilustrar cada período a partir da analogia com o próprio desenvolvimento das árvores.

3.2 Semeadura⁶ (1901 – 1970)

Estudos apontam que os plantios florestais de escala comercial têm início no contexto de expansão das ferrovias paulistas, já na primeira década do século XX, com vistas ao fornecimento de dormentes e postes, com as espécies de pinus e eucaliptos selecionadas, adaptadas e consolidadas de tal forma que posteriormente foram paulatinamente direcionadas a outros usos industriais (ANTONANGELO; BACHA, 1998; LEÃO, 2000; HORA, 2015). De qualquer modo, considera-se que o modelo jurídico-institucional do setor florestal brasileiro surgiu através do Decreto

⁶ Segundo o dicionário Michaelis (2024), semeadura é o ato ou efeito de semear, que por sua vez consiste em “lançar sementes em terra previamente preparada para que germine”. Por “terra previamente preparada”, no sentido conotativo aqui utilizado, sugere-se entender como sendo os processos socioeconômicos históricos que configuraram o espaço e influenciaram o início das atividades naquele determinado tempo e lugar.

17.042, em setembro de 1925, que regulamentou o funcionamento do Serviço Florestal do Brasil, e do Decreto 23.793, em janeiro de 1934, que instituiu o primeiro Código Florestal Brasileiro (HORA, 2015).

De forma paralela, a primeira metade do século XX também é marcada pelas mudanças quanto ao planejamento econômico e territorial brasileiro, na medida em que a pauta da industrialização e do crescimento interno é alçada às prioridades em contraste ao foco agroexportador das primeiras décadas. De fato, após idas e vindas ideológicas, o pensamento cepalino sobre a dependência econômica da década de 50 foi responsável por fundamentar a rejeição quanto ao enfoque extrovertido do desenvolvimento brasileiro performado sobretudo até a década de 1930 (RABELO, 2003). A institucionalização de tal ideologia se deu através da implementação do Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek, na década de 50, que preconizou investimentos nos setores de infraestrutura, nas indústrias de bens intermediários e de bens de equipamento, a partir de estratégias públicas de: garantia de acessos a condições de financiamento externo, concessão de créditos a longo prazo, e tarifação diferenciada à produção interna (RABELO, 2003). No rol das metas de investimento estimado, as indústrias de insumos básicos representavam cerca de 23% dos investimentos entre 1957 e 1961 (LESSA, 1978), com tal importância refletindo direta e indiretamente no desenvolvimento destas indústrias, que compreendem as petroquímicas, as siderúrgicas e, também, as de celulose e papel (RABELO, 2003).

A década de 1950 também marca as primeiras grandes iniciativas de pesquisa quanto ao uso do eucalipto para a produção de celulose fibra curta e consequentemente para a produção de papel, destacando o pioneirismo das empresas Suzano, Panamericana Têxtil, Papel Simão e Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, todas localizadas no estado de São Paulo (HORA, 2015). Aliás, é nesta década que se dá o primeiro tipo de apoio financeiro – através de aval financeiro, visto que ainda não se realizavam financiamentos – do BNDES aos projetos florestais destinados à produção de celulose e papel, alinhamento, este, que se mostrará fundamental ao crescimento do setor nas décadas posteriores.

A década de 60, por sua vez, caracteriza-se pelo ponto de avanço no arcabouço jurídico-econômico-educacional-institucional e na expansão de plantios florestais. Em termos econômicos, destaca-se o advento do Programa Nacional de Reflorestamento (Lei 5.106, de 2 de setembro de 1966), que previa a concessão de créditos a empreendimentos florestais baseados em suas iniciativas de plantios. Esta

lei instituiu que pessoas jurídicas que tivessem um plantio mínimo de dez mil árvores no ano, devidamente aprovadas pelo Ministério da Agricultura, poderiam abater até 50% do seu Imposto de Renda, enquanto pessoas físicas poderiam abater até 100% sobre sua renda tributável. Vale ressaltar que foi no ano de 1967 que, através a Resolução 276, regulamentou-se pela primeira vez a concessão de colaboração financeira direta do BNDES ao setor de celulose e papel (HORA, 2015).

Outro ponto importante é o ganho no aspecto educacional pela formação de pessoal qualificado no país para a gestão e manejo florestal com fins comerciais, cujo conhecimento e profissionais na época ainda eram majoritariamente originários da Europa, sobretudo da Alemanha (o país de origem de grande parte do corpo docente dos primeiros cursos). No ano de 1960, a partir do Decreto 48.247, foi criado o primeiro curso superior sobre florestas, na Universidade Federal de Viçosa (Viçosa – MG), com posterior mudança para a Universidade Federal do Paraná (Curitiba – PR), em 1963; ano em que o segundo curso foi criado, em substituição, nas estruturas da universidade mineira. Para Hora (2015), com os adventos do instrumento de concessão de créditos; da nova capacidade de formação acadêmico-profissional no país; das revisões de um novo Código Florestal na promulgação da Lei 4.771, em 1965; e da criação de uma autarquia voltada especificamente para a gestão das florestas em 1967 (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, hoje compreendido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama), foi inaugurado um novo momento, uma nova política florestal no Brasil.

3.3 Aclimação⁷ (1971 – 1990)

A transição entre as décadas de 1960 e 1970 no Brasil é considerada como o famigerado período de “milagre econômico”, momento em que os grandes crescimentos médios anuais do PIB criaram um cenário otimista quanto à economia do país, de tal maneira que o Governo se viu confortável para abdicar de parte de sua receita tributária em prol da expansão produtiva de alguns setores. Na esteira da

⁷ Segundo Hoffman (2002), “aclimação” diz respeito ao processo ou conjunto de técnicas e procedimentos referentes à adaptação das plantas às condições ambientais de onde estão/serão inseridas. Assume-se, para o exercício de analogia, “ambiente” também como a conjuntura política, cultural, socioeconômica e, também, espacial sobre a qual se realizam as ações.

produção florestal, e em consonância com os abatimentos tributários previstos no Programa Nacional de Reflorestamento, o Governo publica o Decreto-Lei 1.134/1970, que passa a permitir que esse abatimento seja realizado antes mesmo da efetivação do investimento, tornando possível o adiantamento do retorno de investimento e que dois ou mais investidores se beneficiem de um mesmo projeto (BACHA, 1991; HORA, 2015).

No entanto, este momento de virtual prosperidade e equilíbrio econômico é interrompido pela crise do petróleo de 1973 e, assim, o Brasil recorre a novas estratégias previstas e sistematizadas no II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que entre outras coisas previa o investimento estratégico em setores de insumos básicos para o suprimento interno das demandas produtivas, aliado à substituição de importações. No bojo do II PND, destaca-se a realização de um diagnóstico pelos técnicos do BNDES para fornecer subsídios à elaboração do primeiro Programa Nacional de Papel e Celulose, cujas metas foram o estímulo da integração floresta-indústria em termos espaciais e empresariais, e o apoio à pesquisa florestal visando ganhos técnicos e econômicos quanto aos plantios florestais (HORA, 2015).

Como qualquer planejamento de viés estratégico, o processo de readequação e seletividade sobre números e dimensões de valores motiva mudanças. Em decorrência dos efeitos sistêmicos da crise mundial do petróleo, a inflação brasileira aumenta, os recursos disponíveis diminuem, e o Governo se vê na necessidade de reformular as políticas de isenção fiscal, com gradativa redução das alíquotas de abatimento. Assim, foi publicado um conjunto de atos administrativos de grande impacto sobre a relação Estado e mercado, compostos pelo Decreto-Lei 1.307/1974, que estabeleceu a progressão de tais reduções da isenção, e pelo Decreto-Lei 1.376/1974, que criou um Fundo de Investimento Setorial – Fiset específico para florestamento e reflorestamento, cujos direcionamentos foram definidos pelo Ministério da Fazenda (HORA, 2015). Adicionalmente, os anos de 1975 e 1976 constituem um ponto de inflexão que fundamentam as sucessivas restrições quanto à operacionalização dos financiamentos a partir de dois pontos: por um lado, os projetos de florestamento e reflorestamento passam a depender de aprovação do IBDF e respeitar os limites do Fiset – Reflorestamento; por outro, cria-se a figura dos *distritos florestais-industriais*, que são áreas selecionadas – pelo Estado – para o florestamento considerando suas aptidões agrícolas e localização de indústrias (BACHA, 1991).

Diante da crescente escassez de recursos públicos, em 1979, o Conselho de Desenvolvimento Econômico sugere ao IBDF que os recursos do Fiset – Reflorestamento passem a ser destinados prioritariamente ao setor energético nos Estados abrangidos pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene (HORA, 2015), em alinhamento à ideia de integração nacional e de contorno dos desequilíbrios ou problemáticas regionais que marcaram o II PND. Uma vez que está mais próximo dos centros consumidores do país, o estado de Minas Gerais, especificamente o norte incluído na abrangência da Sudene mesmo não sendo estritamente nordestino, acabou sendo privilegiado na distribuição dos recursos (BACHA, 1991), o que ajuda a compreender o porquê desta região juntamente como norte do Espírito Santo e Sul da Bahia se apresentarem historicamente como um polo do setor madeireiro. Em nível ilustrativo, segundo levantamento de Morello (2009), o estado de Minas Gerais concentrou uma média de 79,7% do consumo de carvão vegetal no Brasil entre os anos de 1976 e 1992, números que refletem a decisão de direcionamento produtivo (florestal) que foi atribuído à região.

Influenciado diretamente pela escalada da dívida pública internacional, o período de 1980 no Brasil é marcado pela escassez de recursos públicos e, com isso, avança ainda mais sobre a regulação de limitações aos investimentos do Fiset – Reflorestamento. Por meio do Decreto 88.207/1983, o segmento de carvão vegetal para a siderurgia permaneceu como prioridade somado agora aos de papel e celulose, porém o financiamento passou a ser escalonado, sendo exigido a partir de então uma contrapartida do capital próprio das empresas beneficiárias a depender do total da área do projeto (BACHA, 1991; HORA, 2015). Por fim, uma série de sucessivos decretos de crescentes restrições quanto ao benefício do referido Fiset foram sendo publicados a partir de 1986, culminando na promulgação da Lei 7.714, de dezembro de 1988, que extinguiu o benefício.

A extinção deste benefício representou um duro impacto sob a perspectiva de sua importância histórica ao setor de florestas plantadas. Hora (2015) estima que, entre 1967 e 1986, US\$10 bilhões advindos do Fiset foram associados ao plantio de aproximadamente 6,2 milhões de hectares. Em termos industriais, o período entre 1974 e 1980 testemunhou uma triplicação da produção brasileira de celulose ligados principalmente aos financiamentos do BNDES aos grandes projetos da Aracruz Celulose e da Cenibra (HORA, 2015) localizados na região do norte de Minas Gerais e Espírito Santo. Em outras palavras, a década de 1970 viu florescer as etapas

florestais e industriais do setor de celulose. Por outro lado, a partir de uma coleta de dados junto ao sítio eletrônico da Sociedade Brasileira de Silvicultura, Hora (2015) sistematiza os dados referentes ao plantios florestais anuais ao longo da década de 1980, ilustrando os impactos das crescentes restrições de financiamento nos plantios ao longo do período: nos três primeiros anos, a média de área plantada foi de aproximadamente 430 mil hectares, enquanto entre 1983 e 1986 a média cai para 290 mil, e decai, por fim, a uma média de aproximadamente 40 mil hectares nos três últimos anos, período de extinção do benefício.

Esta sucessão de decretos, leis e programas de financiamentos públicos e isenções fiscais ao longo das décadas denotam a importância estratégica que o Estado assumiu perante o desenvolvimento do setor florestal brasileiro. No decurso da constante formação socioeconômica e na dialética da organização espacial de territórios, o Estado e os agentes do Mercado se coadunam e sintetizam uma conjuntura cuja complexidade é tamanha a ponto de impossibilitar a descrição exata de todas as nuances e atravessamentos que determinaram as decisões tomadas neste determinado período histórico. No entanto, ressalta-se que uma das ideias centrais deste subtópico é iluminar a evolução da relação público-privada ao longo do tempo, e, nesse sentido, a virada das décadas de 1980 e 1990 é um momento crucial ao balanceamento das importâncias relativas dos agentes privados em relação aos públicos na produção; momento este que influenciou diretamente a trajetória do setor, inclusive, a partir da década seguinte.

3.4 Rejuvenescimento⁸ (1991 – 2000)

De forma resumida, até o início da década de 1990, considera-se que o setor florestal brasileiro passou por dois grandes ciclos de investimento, tendo sido o primeiro em 1970, quando se beneficiou de todo o contexto de substituição de importação e investimento nas indústrias de insumos básicos, e o segundo entre 1988 – 1995, quando as empresas passam a assumir uma maior parte do investimento com seus próprios capitais privados (MACEDO; VALENÇA, 1996). De fato, a década de

⁸ Segundo Wendling (2004), rejuvenescimento pode ser considerado como uma forma (ou conjunto de técnicas) de se reverter o estágio fisiológico das plantas de uma condição madura de volta à uma condição juvenil, configurando-se em uma etapa fundamental para o sucesso do melhoramento genético e propagação vegetativa de plantas lenhosas. De forma análoga, seria a renovação da forma pela qual os agentes públicos e privados conduzem a produção do setor.

1980 é caracterizada pela consolidação das empresas do setor de celulose e papel no Brasil, por ser um momento de profissionalização dos quadros, de abertura do capital pelas empresas-líderes e de conquista do mercado internacional em função dos avanços técnicos e conhecimento de características vantajosas da celulose fibra curta em relação às fibras longas (MACEDO; VALENÇA, 1996).

Este último ponto acaba por ser central ao reequilíbrio da dominância de mercado em termos produtivos: se em 1980 a diferença entre a produção de celulose fibra longa (concentrada na América do Norte) e a celulose fibra curta no mundo era de 74%, em 1994 essa diferença cai para 21%, e nesse contexto, o Brasil começa a despontar como um dos polos científicos e produtivos de celulose fibra curta advinda do eucalipto (MACEDO; VALENÇA; LEITE, 1995). Além disso, entre 1970 e 1994, ocorre uma mudança de posicionamento produtivo do Brasil em relação ao setor: a produção de papel salta de 1,1 milhão para 5,6 milhões de toneladas, enquanto a de celulose salta de 0,2 milhão para 2,8 milhões de toneladas; de modo que, se em 1978 o país figurava como importador líquido destes produtos, em meados da década de 1990 ele passa a ser exportador, gerando divisas de aproximadamente US\$ 2,5 bilhões ao ano (MACEDO; MATTOS, 1996).

Essa evolução positiva na produção se manifestou na balança comercial do setor ao transformar um déficit de US\$ 0,1 bilhões em 1970, em sucessivos superávits de US\$ 0,3 bilhões em 1980; US\$ 0,9 bilhões em 1990; e US\$ 1,6 bilhões em 1995, e isso de certa forma acompanhou a tendência mundial de ganhos produtivos em papel e celulose na década de 1980 e início de 1990, fruto da crescente demanda nos países industrializados (MACEDO; VALENÇA; LEITE, 1995; MACEDO; MATTOS, 1996). Entretanto, é importante pontuar que esse protagonismo assumido pelo investimento de capital das próprias empresas do setor no suposto segundo ciclo de investimento está intimamente associado à participação de um tradicional parceiro: o BNDES.

3.4.1 A ação público-privada reinventada e o protagonismo do BNDES

Entre os anos de 1989 e 1994, o BNDES destinou aproximadamente US\$ 3,69 bilhões (preços ajustados de 1995) ao setor de celulose e papel, com respectiva fase de maior pronúncia sendo entre 1989 e 1991, o que, em termos gerais, significou que o setor recebeu, em média, 20% do total dos desembolsos realizados pelo banco ao

longo destes seis anos (MACEDO; VALENÇA, 1995; MACEDO; VALENÇA; LEITE, 1995). Interessante pontuar que a quantia desembolsada pelo BNDES nesse período foi responsável por alavancar mais de US\$ 7 bilhões em inversões no setor, as quais estão ligadas, também, aos cerca de US\$ 2 bilhões que foram captados no mercado de capitais, dos quais metade advieram do exterior (MACEDO; VALENÇA, 1995). Em perspectiva comparada, as empresas do setor investiram um montante da ordem dos US\$ 6 bilhões de seus próprios capitais entre os anos de 1988 e 1995 (MACEDO; VALENÇA, 1996); ou seja, o montante de investimentos privados foi até menor que as inversões geradas diretamente pelas ações do BNDES. De certa forma, isso ilustra a mudança sistêmica da forma de agir do Estado em relação à produção: após o fim das significativas políticas de isenção/benefícios fiscais ligados aos projetos de plantios florestais comerciais de empresas dos anos 1960 e 1970, findadas em 1980, o apoio financeiro passa a expressar uma maior importância relativa na expansão produtiva do setor.

Tipicamente, o BNDES apoia as empresas florestais de diferentes formas: em modalidades operacionais de participação acionária (na figura do BNDESPAR), no apoio em lançamento de títulos no mercado de capitais, ou a partir de apoio financeiro propriamente dito (MACEDO, VALENÇA, LEITE, 1995). Este último apoio pode se dar por meio de operações diretas, que são aquelas realizadas de forma imediata (no sentido da ausência de mediações) entre o banco e o beneficiário; de operações indiretas, aquelas mediadas por instituições financeiras credenciadas ou pelo uso do Cartão BNDES; além das operações mistas, que são combinações entre as diretas e indiretas não-automáticas (VIDAL; HORA, 2011).

Dentre os projetos apresentados pelas empresas ao BNDES em pedidos de apoio, os objetos compreendem basicamente iniciativas de aquisição de bens de capital e infraestrutura para a construção de fábricas, de operações de renda variável ou fixa, de aspecto social, de capital de giro, e de plantios florestais. Por exemplo, Macedo e Valença (1995) constataram que de janeiro de 1995 até o período de elaboração da pesquisa e respectiva publicação (novembro de 1995), o BNDES já registrava investimentos firmes em torno de US\$ 1,1 bilhão, nos quais os pedidos destacados foram, conforme tabela 1 a seguir:

Tabela 1 - Alguns dos pedidos de investimentos ao longo do ano de 1995

Empresa	Valor - horizonte temporal	Área do projeto
Aracruz Celulose S.A.	US\$ 400 milhões - 1995/1998	<i>Não especificado</i>
Votorantim Celulose e Papel S.A.	US\$ 230 milhões - 1995/1997	Jacareí - SP
Veracruz Florestal	US\$ 140 milhões - 1995/2000	Sul da Bahia
Celmar S.A.	US\$ 130 milhões - 1995/2000	Maranhão

Fonte: MACEDO; VALENÇA, 1995; elaborada pelo autor

Sobre estes pedidos destacados na tabela anterior, é relevante pontuar que se tratam de algumas das maiores empresas do setor de papel e celulose naquele momento. A dimensão do valor pedido pela Aracruz Celulose está alinhada ao seu próprio patamar de maior produtora de celulose de mercado do Brasil, sendo responsável por uma capacidade produtiva de 1 milhão dos 2,3 milhões de toneladas por ano à época, isto é, 43% do total (MACEDO; VALENÇA, 1995; MACEDO; VALENÇA; LEITE, 1995). A Votorantim Celulose e Papel (VCP), por sua vez, se apresentava como uma das três maiores produtoras de papel, enquanto a Veracruz Florestal estava ainda em período de expansão da eucaliptocultura no sul da Bahia, após a aquisição de terras da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) em 1991.

A Celmar S.A., por sua vez, tratava-se de um caso especial, pois foi idealizada como um projeto-indústria, registrado em 1992 com perspectivas de operação somente para 1999, próximo à Imperatriz, na região tocantina do Maranhão. O projeto foi concebido no escopo do Programa Polos Florestais de 1990, do Governo Federal, e previsto para ser executado pela CVRD (que detinha 30% das ações) em associação com a VCP e a Ripasa (controlando, juntas, 55%), além da empresa japonesa Nissho Iwai Corporation (com os outros 15%), na figura de um megaconsórcio (MATIAS, 1994).

Um tensionamento interessante é a interpretação das regionalizações produtivas de celulose já realizadas ou em processo de realização na época, ligadas às áreas dos projetos destacados na tabela 1. De um lado se tem a região de Jacareí – SP (VCP), local historicamente associado aos primórdios do setor de plantios florestais e celulose e papel no início do século XX. De outro, tem-se o sul da Bahia (Aracruz), região especialmente beneficiada pelo ciclo de investimentos dos anos 70, no contexto da relação entre as diretrizes do II PND, e a priorização da Sudene e dos distritos florestais-industriais quanto ao direcionamento dos recursos do Fiset –

Reflorestamento. O Maranhão, por sua vez, ainda figurava como “fronteira” para o setor de celulose, situação esta, que serviu de fundamento à produção que ganhará materialidade nas dinâmicas do setor a partir da década de 2010.

3.4.2 A consolidação dos principais agentes produtivos

A consideração da performance das grandes empresas até a década de 1990 é central para a compreensão dos futuros rumos que o setor de papel e celulose assumiu no Brasil e no mundo. Em termos internacionais, o setor vinha passando por expressivas mudanças do padrão de concorrência desde os anos 1970, por conta das crescentes novidades tecnológicas, conscientização ecológica e hábitos dos consumidores que, em conjunto, ditavam as sucessivas normas da produção. Para acompanhar o aumento competitivo ligados aos padrões técnicos em constante atualização, era comum a ocorrência de fusões e aquisições com vistas: à verticalização/especialização da produção, ao aumento da capacidade e modernização produtiva, reorganização societária e administrativa, à busca por agregação de valor e captação de recursos financeiros nacionais e internacionais; de modo que os grupos que conseguiram acompanhar esta tendência são os que se apresentavam como protagonistas no final do século XX (MACEDO; MATTOS, 1996).

Em meados da década de 1990, a produção pelo setor de papel e celulose estava concentrada em sete agentes que respondiam por cerca de 84% da produção de celulose de mercado, 49% da produção de papel e, respectivamente, 89% e 68% dos volumes exportados (MACEDO; MATTOS, 1996). Segundo Macedo e Mattos (1996), entre os anos 1970 e 1994, o crescimento de cada um desses agentes se deu sob formas distintas, variando entre estratégias de concentração no mercado interno (i.g. Klabin); verticalização e/ou integração produtiva (i.g. Klabin, Votorantim, Ripasa e Champion); associações, aquisições ou controle acionários de outras empresas (i.g. Suzano e Votorantim); concorrência por custo de produção (i.g. Aracruz e Cenibra); ou, ainda, através de financiamentos e apoios do BNDES, onde se destacam a Ripasa e, sobretudo, a Aracruz, da qual, inclusive, o banco público foi detentor majoritário do capital social até meados da década de 1990.

A participação de cada um desses principais agentes e de outros que completam a competição no mercado brasileiro varia conforme o produto e anos considerados. Em termos de quantidade exportada e sua proporção dentro da

produção total de cada agente na primeira metade da década de 1990, a celulose de mercado e o papel passaram a apresentar comportamentos e importâncias distintas, conforme dados dispostos, a seguir, nas tabelas 2 e 3 (para o papel), e 4 e 5 (para a celulose), extraídas de estudo realizado por Macedo *et al* (1997) presente em edição especial do BNDES Setorial.

Tabela 2 – Quantidade de papel exportado por empresa e ano (em mil t)

Grupos/Empresas	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Grupo Suzano	95	88	103	151	250	174	183
Grupo Klabin	141	190	214	205	187	153	169
Grupo Votorantim	-	4	153	202	238	197	174
Papel Simão	93	68	-	-	-	-	-
Grupo Ripasa	106	161	192	170	152	107	147
Champion	162	152	157	145	152	164	140
Igaras	135	128	163	138	156	147	136
Inpacel	-	-	18	35	85	75	80
<i>Outros</i>	<i>230</i>	<i>235</i>	<i>272</i>	<i>178</i>	<i>212</i>	<i>153</i>	<i>144</i>
TOTAL	962	1026	1272	1224	1432	1170	1173

Fonte: MACEDO *et al*, 1997

Tabela 3 – Fração da quantidade de papel exportado pelo total produzido por empresa e ano (em %)

Grupos/Empresas	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Grupo Suzano	22	19	25	28	39	28	29
Grupo Klabin	49	44	48	43	45	47	40
Grupo Votorantim	-	6	43	43	45	37	37
Papel Simão	37	30	-	-	-	-	-
Grupo Ripasa	45	54	60	51	43	34	43
Champion	49	44	48	43	45	47	40
Igaras	59	52	57	47	51	45	42
Inpacel	-	-	42	38	63	51	52
TOTAL	20	21	26	23	25	20	20

Fonte: MACEDO *et al*, 1997

Em se tratando dos valores dispostos na tabela 2, percebe-se que apesar da concentração da exportação de papel nas empresas em destaque esta liderança não se mostrava consolidada, com os valores de cada empresa estando próximos entre si

e com a posição de liderança alterando ano a ano. Importante observar a ausência da Papel Simão e o salto dos valores do Grupo Votorantim a partir de 1992, que se deve ao fato deste grupo adquirir aquela empresa justamente nesse período, movimento responsável por criar um novo grande agente no segmento. Outro fato observado é o comportamento errático quanto à quantidade exportada pelos agentes em destaque, o qual, excetuando-se Suzano, Inpacel e Votorantim após 1992, se manteve relativamente constante no início da década. Esta relativa constância, no entanto, é acompanhada pela leve perda de importância dos “outros” agentes, o que denota uma estrutura de competição concentrada sem sinais de mudanças.

Tais comportamentos observados no mercado de papel no período mencionado diferem-se sobremaneira do observado para a celulose de mercado, de tal modo que, diferentemente do setor de papel, o setor de celulose de mercado registrou uma mudança significativa nas importâncias da celulose de mercado ao longo da primeira metade dos anos 1990. As tabelas 4 e 5, a seguir, demonstram tal fato e tratam, respectivamente, da quantidade exportada de celulose de mercado e de sua proporção em relação à produção de cada empresa por ano:

Tabela 4 - Quantidade de celulose de mercado exportada por tipo, empresa e ano (em mil t)

Tipo de celulose	Empresas	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Fibra Curta	Aracruz	406	617	853	932	984	897	1027
	Cenibra	273	292	308	340	353	323	589
	Bahia Sul	-	-	94	306	286	240	289
	Riocell	137	206	188	170	164	153	154
	Jari	152	149	117	112	97	110	152
	<i>Outras</i>	26	12	20	6	41	36	4
	Total	994	1276	1580	1866	1925	1759	2215
Fibra Longa	Jari	84	76	89	138	101	69	72
	Cambará	5	7	11	4	5	3	1
	<i>Outras</i>	1	0	1	0	1	2	0
	Total	90	83	101	142	107	74	73
TOTAL		1084	1359	1681	2008	2032	1833	2288

Fonte: MACEDO *et al*, 1997

Tabela 5 – Fração da quantidade de celulose de mercado exportada em relação à produzida por tipo, empresa e ano (em %)

Tipo de celulose	Empresas	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Fibra Curta	Aracruz	81	76	84	94	92	86	95
	Cenibra	75	78	81	100	91	89	90
	Bahia Sul	-	-	40	100	84	73	81
	Riocell	52	76	74	69	70	61	67
	Jari	99	88	70	100	80	85	94
	<i>Outras</i>	<i>11</i>	<i>5</i>	<i>9</i>	<i>3</i>	<i>12</i>	<i>10</i>	<i>5</i>
	Total	66	69	69	85	77	71	78
Fibra Longa	Jari	87	76	77	79	71	54	67
	Cambará	25	33	50	25	26	15	4
	<i>Outras</i>	<i>1</i>	<i>0</i>	<i>2</i>	<i>0</i>	<i>2</i>	<i>6</i>	<i>2</i>
	Total	47	42	51	58	51	41	47
TOTAL		64	66	68	82	75	69	76

Fonte: MACEDO *et al*, 1997

Avaliando-se a tabela 4, observa-se que tanto para a celulose de fibra curta quanto de fibra longa, pouquíssimas empresas respondem pela quase totalidade da quantidade exportada, com destaque à liderança da Aracruz sobre todas as outras. Também fica expresso o domínio da pauta exportadora que a celulose advinda dos eucaliptos (fibra curta) detém sobre a celulose advinda dos pinus (fibra longa), o que reforça o caráter de especialização produtiva brasileira que se construiu no passar das décadas. O motivo disso repousava simultaneamente na solidificação da posição no mercado internacional da produção de fibra longa por outros países, e da adaptação diferencial somada ao avanço científico quanto ao plantio e transformação dos eucaliptos no Brasil, tornando, assim, estratégico ao país a priorização da produção advinda do eucalipto como uma vantagem competitiva da produção brasileira sobre outros países.

Ainda pela tabela 4, além da Aracruz, somente a Cenibra e a Bahia Sul apresentaram aumentos nos valores de quantidade exportada, completando o pódio das maiores exportadoras neste período. Cabe mencionar que a sede e a centralidade produtiva dessas três empresas encontram-se na região do sul da Bahia, norte do Espírito Santo e nordeste de Minas Gerais, ou seja, sob o escopo daquelas mesmas

regionalizações que previam o direcionamento de recursos públicos do Fiset aos distritos florestais e à abrangência da Sudene em décadas anteriores.

Em se tratando dos valores dispostos na tabela 5, sobressaem-se os valores individuais e gerais superiores a 2/3 da produção sendo destinados à exportação. Ao passo em que a proporção exportada do somatório das empresas apresenta aumento constante, destaca-se o similar comportamento da proporção apresentada pela Aracruz e Cenibra, que além de liderarem em quantidade absoluta exportada, destinam mais de 90% de sua produção ao mercado externo. Outro ponto que se destaca são os baixíssimos valores apresentados pelas “outras” empresas em relação à proporção exportada, reforçando que são as grandes empresas que mais intimamente se relacionam à lógica produtiva extrovertida, isto é, o mercado interno estava crescentemente ligado às empresas menores, enquanto as maiores estavam se voltando comercialmente ao abastecimento do mercado externo.

A análise conjunta das quantidades totais de exportação de papel (tabela 2) e de celulose de mercado (tabela 4) permite a identificação de uma decisão produtiva sobre o uso do território brasileiro que em muito dialoga com o contexto macroeconômico que viria a ser observado na década seguinte. Se em 1990 a razão de exportação de celulose e de papel era próxima de 1:1 (qual seja, 1084 : 962 mil t), em 1996 esta razão salta para cerca de 2:1 (2288 : 1173 mil t), indicando, em última instância, a ocorrência de maiores investimentos para a expansão produtiva de um produto primário em comparação com seu principal produto de maior grau de valor adicionado, a continuação ordinária de sua cadeia produtiva industrial; e isto se configura como um paralelo central para a economia brasileira.

Sobre os agentes apresentados nas tabelas, destaca-se a presença direta e indireta do Grupo Suzano e do Grupo Klabin em ambos os segmentos. Isso porque, mesmo sendo citadas somente como principais agentes na exportação de papel, no segmento de celulose o Grupo Klabin está representado pela Riocell (adquirida em 1982 pelo grupo) e o Grupo Suzano pela Bahia Sul. De fato, até 1992, a Suzano se restringia ao segmento de papéis, tendo sido inserida no mercado de celulose nesse referido ano, após a conclusão da fábrica da Bahia Sul, no município de Mucuri no sul da Bahia, a partir de uma *joint venture* com a CVRD, da qual a Suzano detinha 55% do capital ordinário; e contava ainda com a participação de 24% de capital total aportado pelo BNDESPAR e cerca de 9% sob poder público (MACEDO; MATTOS, 1996).

O domínio de mercado dos agentes presentes nas tabelas supramencionadas se manteve ao longo dos anos seguintes, de modo que, segundo dados de 1998, a produção de papel estava distribuída, de maneira geral, entre Klabin, Igaras, Rigesa, Suzano, Champion, Votorantim, Ripasa e Santher, dependendo do tipo de papel considerado (MATTOS; VALENÇA, 1999). Já o mercado de celulose se concentrava nas produções de Aracruz (37%), Cenibra (24%), Bahia Sul (10%), Jari Celulose (9%) Votorantim (8%) e Riocell (7%), com as outras empresas somando 5% em conjunto (MATTOS; VALENÇA, 1999). Os volumes referentes à produção brasileira de celulose de mercado neste contexto ganham outra camada quando da análise da distribuição das vendas entre o mercado interno e externo para o ano de 1999, conforme tabela 6 a seguir:

Tabela 6 – Quantidade de celulose de mercado comercializada por empresa em 1999 (em mil t)

Empresa	Mercado		TOTAL	Exportação (%)
	Interno	Externo		
Aracruz	59,4	1205,9	1265,3	95,31
Cenibra	68,1	746,5	814,6	91,64
Bahia Sul	68,7	332,9	401,6	82,89
Votorantim	85,3	239,3	324,6	73,72
Riocell	58,3	244,6	302,9	80,75
Jari Celulose	35,8	258,8	294,6	87,85
Outras	306,4	16,4	322,8	5,08
TOTAL	682	3044,4	3726,4	81,70

Fonte: elaborado pelo autor; adaptado de MATTOS; VALENÇA, 2000

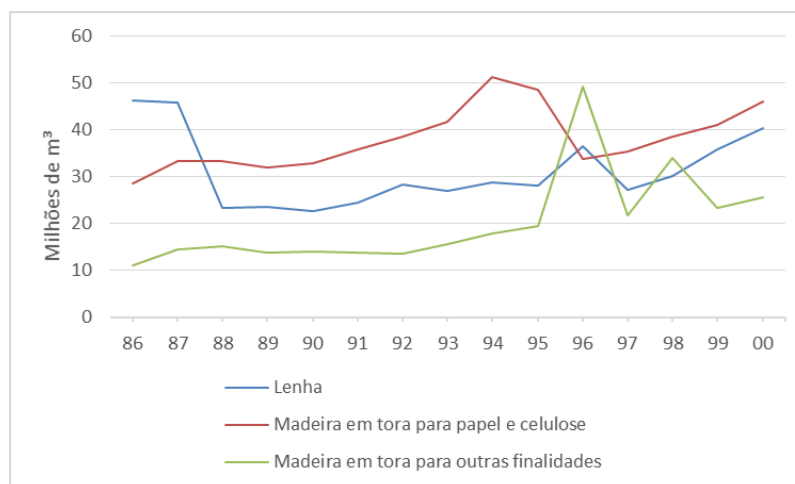
De acordo com os valores dispostos na tabela anterior e em prosseguimento à tendência observada no início da década, o ano de 1999 registrou uma produção de celulose de mercado voltada majoritariamente ao abastecimento externo, com mais de 80% do total da produção sendo exportada. Entretanto, ressalta-se que, em termos individualizados para cada empresa, esta priorização ao mercado externo é somente observada nas seis grandes empresas destacadas, enquanto as “outras” apresentam foco no mercado interno. Novamente, a Aracruz, a Cenibra e a Bahia Sul (Suzano + CVRD) despontam como as líderes em produção e em exportação, seguindo o padrão de concentração produtiva no qual as três responderam conjuntamente por 71% de

toda a produção e 75% da exportação de celulose de mercado registradas no ano de 1999.

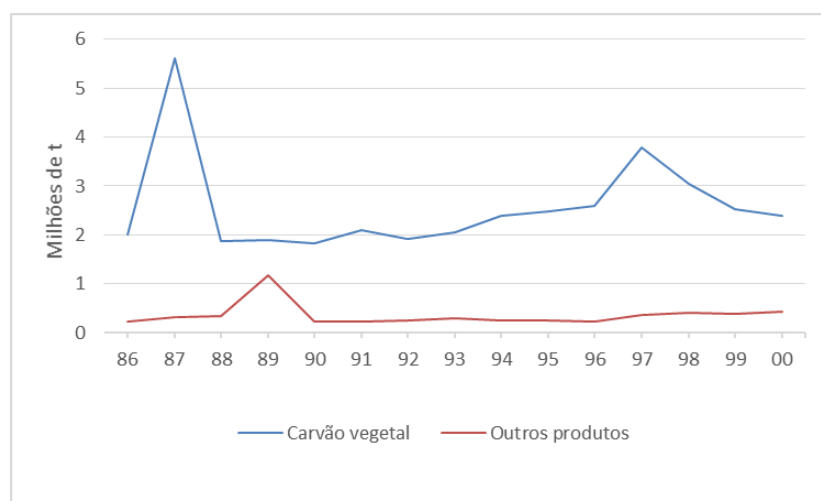
Tais valores e concentrações não se baseiam somente nas ações das próprias empresas, no sentido de uma ausência de incentivos ou políticas públicas. Por exemplo, entre 1991 e 2001, o BNDES esteve diretamente envolvido na implantação de 528 mil hectares de área produtiva, com desembolsos totalizando cerca de US\$ 435 milhões para o reflorestamento – que incluiu reformas, implantações de viveiros de mudas e pesquisas florestais (JUVENAL; MATTOS, 2002), além de ainda apresentar, nesta época, participação acionária em grandes empresas do setor, como a própria Aracruz. Isto mostra que a carência de programas específicos ou políticas públicas setoriais de incentivos diretos não significou necessariamente um afastamento público, sobretudo porque o setor vinha indicando prosperidade através de investimentos privados crescentes em períodos de recessão econômica no país, como foi a virada da década de 1980 para 1990.

A figura 3, a seguir, ilustra justamente a estabilidade do abastecimento de madeira em tora para a produção da indústria de celulose e papel, além de valores associados à produção de madeira em tora para outros usos e para lenha, também comercializados em grandeza volumétrica (metros cúbicos). Como complemento comparativo, a figura 4 elenca a produção de carvão vegetal e de outros produtos (como resina, por exemplo) comercializados em grandeza de massa (tonelada), de modo a permitir a comparação dos comportamentos da produção silvicultural entre 1986 e 2000:

Figura 3 – Produção florestal por tipo de produto e ano (1986 – 2000).



Fonte: PEVS – IBGE, 2022; elaborado pelo autor.

Figura 4 – Produção florestal por tipo de produto e ano (1986 – 2000).

Fonte: PEVS – IBGE, 2022; elaborado pelo autor.

Analisando-se os dados da figura 3, identifica-se o ano de 1988 como um ponto a partir do qual a produção de madeira em tora para papel e celulose se torna o maior valor volumétrico, situação que se mantém até 2000, com exceção de 1996. É interessante notar que o intervalo entre 1988 e 1995 condiz justamente com o reconhecido segundo ciclo de investimentos do setor. Em se tratando dos produtos de menor valor adicionado (lenha na figura 3, e carvão vegetal na figura 4), observou-se expressiva queda entre 1987 e 1988, no entanto, entre ascensões e decadências, a partir de 1988, os valores de produção de todos os produtos assumiram comportamento constante ou levemente crescente. Isso indica relativa estabilidade da produção do setor de maneira geral, com somente algumas retrações produtivas pontuais que sucedem picos extraordinários para retornarem ao patamar anterior ao pico. Tal comportamento de certa forma contrasta com os períodos de recessão econômica que marcaram as décadas 1980 e 1990 até o limiar do século XXI.

Não se pretende aqui detalhar as justificativas das súbitas mudanças na produção por tipo ano a ano, pois isto exigiria a análise das tendências dos preços da celulose no mercado internacional, que por sua vez é influenciado por outros fatores – como níveis de estoques e cenários futuros – o que configura uma análise demasiada complexa para o escopo deste trabalho. Atendamo-nos a apenas destacar a tendência geral da produção no período, marcada por uma relativa constância geral em épocas turbulentas da economia brasileira, e pela liderança dos valores da madeira em tora para papel e celulose e do carvão vegetal em suas respectivas grandezas volumétricas e de massa.

Antes de continuar com o resgate histórico e se aprofundar nos dados, é importante discernir a dinâmica do carvão vegetal em relação às outras: de certa forma, a produção de carvão vegetal pouco diretamente se relaciona aos interesses de posicionamento internacional no mercado florestal, na medida em que funciona como insumo da siderurgia brasileira, por sua vez, outro importante setor produtivo na pauta exportadora do Brasil. Fato é que, atualmente, assim como a celulose de mercado, o Brasil se tornou o maior produtor de carvão vegetal do mundo, mas neste caso também seu maior consumidor, sendo a produção direcionada efetivamente ao mercado interno (i.e. siderurgia), com exportações pouquíssimo significativas desde 2007 (MANZONI; BARROS, 2021). De igual maneira, a lenha também é produzida em uma natureza subsidiária, porém, voltada aos usos de menor impacto econômico e de escala, atendendo a mercados mais locais, ao contrário do carvão vegetal.

Em suma, o dinamismo e protagonismo observado nas movimentações das grandes empresas privadas que caracterizaram a década de 1990 teve como impulso justamente o arrefecimento e relativa carência de opções de apoio público específico que tanto marcou a performance do setor de celulose e papel nas décadas anteriores. Para além das formas reinventadas de apoio do poder executivo na figura do BNDES, o poder legislativo também teve sua contribuição a partir de um novo e importante ato. A partir de meados da década de 1990, o Governo brasileiro retoma uma antiga postura macroeconômica no que se refere à sua pauta primário-exportadora de posicionamento internacional. O estabelecimento de um novo momento é simbolicamente marcado pela promulgação da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, conhecida como Lei Kandir, que regulamentou a aplicação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação: o ICMS.

A questão central concernente ao tema desta pesquisa é que no rol de seu Art. 3º estão dispostas algumas operações e serviços sobre os quais o imposto não incide, com o inciso II expressamente definindo: “operações e prestações que destinem ao exterior mercadorias, inclusive produtos primários e produtos industrializados semi-elaborados, ou serviços” (BRASIL, 1996). Na prática, o Estado utilizou de seu aparato legislativo para incentivar a destinação da produção primária ao mercado externo em detrimento do abastecimento interno e de incentivos à exportação de produtos de maior valor adicionado industrialmente, alterando a prática dos agentes e consubstanciando territorialmente um dos principais instrumentos da política

econômica que veio a ser observada nos anos seguintes, a qual Cano (2014) denomina de reprimarização da economia brasileira.

3.5 Propagação⁹ (2001 – ...)

Uma política pública de expressivo desdobramento setorial apresenta a capacidade de ser generalista e impactar positivamente todos os agentes que se encaixarem neste perfil. No entanto, um setor de tendências historicamente oligopólicas devido, entre outras coisas, aos elevados investimentos e intensidade de capitais envolvidos (OLIVEIRA, K., 2019), faz com que as grandes empresas sejam aqueles agentes com capacidade de se vincularem às lógicas de abastecimento internacional de produtos primários (i.e., celulose) que foram beneficiadas pela isenção tributária, e isso alterou direta e indiretamente o planejamento de investimentos por parte das empresas do setor ao direcionarem seus enfoque produtivos.

O final da década de 1990 e início da década de 2000, é marcado por uma distinção em termos de protagonismo internacional comparando o papel e a celulose de mercado do Brasil. Nesse período, enquanto a produção brasileira de papel apresentava tecnologia e escala produtiva menos vantajosas em comparação aos outros países, a pasta celulósica já apresentava o menor custo de produção e o Brasil já respondia, sozinho, por 50% da produção mundial de celulose de mercado advinda do eucalipto, posicionando-o como líder deste segmento no comércio internacional (MATTOS; VALENÇA, 1999; MATTOS; VALENÇA, 2000; JUVENAL; MATTOS, 2002).

Em se tratando da distribuição de forças de mercado, a produção de celulose no Brasil se apresentava de forma concentrada, com seis empresas respondendo por cerca de 90% da celulose de fibra curta produzidas no país (MATTOS; VALENÇA, 2000). Em outras palavras, o posicionamento competitivamente vantajoso e estratégico do Brasil em relação ao mercado internacional de celulose de fibra curta

⁹ Para Wendling (2003), “propagação vegetativa” é a multiplicação pela utilização de células, tecidos, órgãos ou propágulos ao invés de sementes, que origina indivíduos geralmente idênticos (clones) à planta-mãe para a continuidade geracional das características selecionadas em programas de melhoramento genético, segundo objetivos específicos. A analogia está na “seleção” de agentes e regiões produtivas, na “homogeneização” das características da produção (técnica) e da configuração territorial típica da lógica expansiva convencionalmente adotada pelo setor.

estava estreitamente ligado às ações e diretrizes de apenas seis agentes, a saber: Aracruz, Votorantim, Cenibra, Bahia Sul (Suzano e CVRD), Jari e Riocell.

As movimentações de fusão e aquisição passaram a ocorrer de forma crescente a partir da virada dos milênios. Dentre algumas movimentações da primeira década, destacam-se: em 2000, a Klabin adquire a Igaras, que pertencia à Suzano (FERNANDES, 2000); em 2001, a Suzano adquire a totalidade acionária da Bahia Sul, ao comprar a participação da CVRD (SANDRINI, 2001); também em 2001, há a tentativa frustrada de compra da participação da CVRD na Cenibra por um consórcio formado pela Aracruz e VCP, que, apesar de vencer o leilão nacional superando um lance da Suzano, não teve sucesso por ordem de prioridade administrativa na compra¹⁰ (FOLHA, 2001). Em 2003, a Aracruz supera Suzano, VCP e Ripasa, e adquire a Riocell, que pertencia à Klabin (RIPARDO, 2003); e em 2004, a Suzano e a VCP firmam a compra da Ripasa (FOLHA, 2004), que se efetivaria somente alguns anos depois. De fato, muitas dessas aquisições não se concluíram no ano/ato de fechamento do acordo, sendo somente efetivadas após avaliação e aprovação de órgãos competentes como o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), e isto pode demorar anos. O importante, no entanto, é destacar que as intenções e movimentações de aquisições e fusões entre as empresas - especialmente as grandes - constituíam uma das principais estratégias corporativas com vistas à expansão produtiva da época.

Nesse contexto, uma movimentação é considerada como a de maior impacto no mercado nacional e internacional no período: a fusão de duas das maiores empresas do Brasil a partir compra da Aracruz pela VCP, em 2009, dando origem à Fibria S.A., que, antes da constituição da Suzano S.A. em 2019, era considerada a maior produtora de celulose de mercado advinda do eucalipto no Brasil e no mundo. Nesta operação, destaca-se a o apoio fundamental do BNDES, sem o qual o Grupo Votorantim não conseguiria concluir a compra, de tal forma que o BNDESPar foi inicialmente o principal acionista com 34,9% da participação total, seguido pelo Grupo Votorantim, com 29,3%, e outros acionistas somando os 35,8% restantes (BIAZUS et al, 2010).

¹⁰ A prioridade da venda da respectiva participação da CVRD foi dada aos outros componentes do quadro societário da Cenibra, tendo a empresa estrangeira *Japan Brazil Paper and Pulp Resources* exercido esta prioridade de compra (FOLHA, 2001).

Os anos 2000 também são marcados pela criação da empresa Eldorado Brasil Celulose e início das atividades da Veracel Celulose (uma *joint-venture* composta pela finlandesa Stora Enso e Aracruz), ambas em 2005, além da entrada de duas empresas chilenas no cenário brasileiro: a Arauco, em 2007, e a CMPC, em 2009, todas atuantes na produção de pasta celulósica. De fato, essas empresas, juntamente às outras grandes já atuantes em décadas anteriores, figuram como as líderes de faturamento no setor da atualidade, segundo levantamentos da Revista Forbes a serem explorados mais adiante.

Ainda no contexto das fusões e aquisições entre grandes empresas, é a década de 2010 que registra talvez o movimento mais impactante da história do setor florestal brasileiro. Iniciada em 2018 e concluída em 2019, a fusão/aquisição da líder histórica pela vice-líder na produção de pasta celulósica de eucalipto brasileira criou o maior expoente produtivo do setor de celulose de mercado de todos os tempos. A Fibria S.A. foi adquirida pela Suzano Papel e Celulose, dando origem à Suzano S.A., que marca a junção de três das seis empresas que capitaneavam a produção e exportação de celulose de fibra curta no cenário brasileiro e mundial na virada do novo milênio. Em certa medida, esta operação serve como efeito das motivações e tendências de fusões e aquisições que começaram a se efetivar entre os anos 1980 e 1990.

3.5.1 Os novos patamares produtivos de um projeto em construção

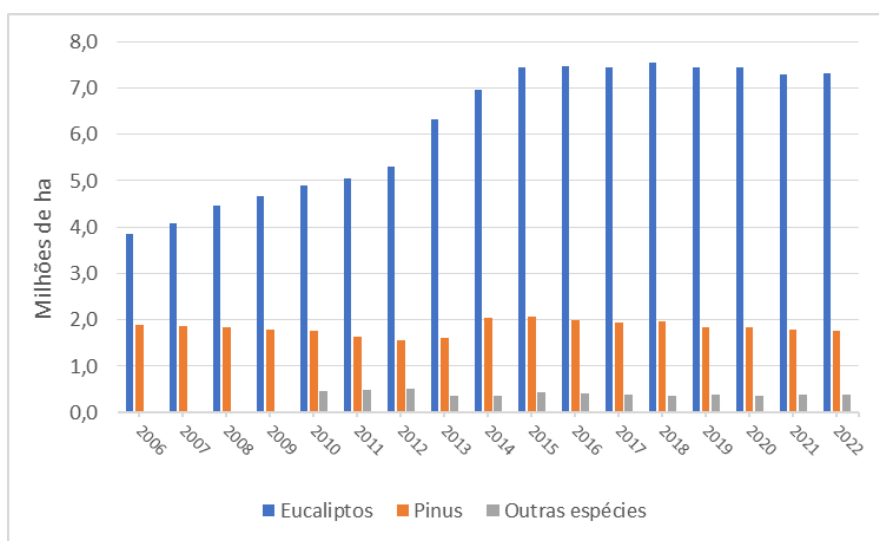
Toda esta busca e entropia concentradora de controle do mercado pelas empresas diretoras do setor esteve pautada numa busca por melhores condições de competitividade internacional pela produção brasileira. De fato, a crescente concentração/oligopolização do setor se viu historicamente acompanhada de produções e exportações igualmente crescentes. Por isso, a formação de grandes agentes privados com melhores capacidades produtivas, em tecnologia e em escala, era interessante para a projeção e posicionamento da produção brasileira no mercado internacional, valendo-se das possibilidades ofertadas pela participação ativa do BNDES para a concretização dessas movimentações e para a expansão produtiva.

De certa forma, a história produtiva das décadas 2000 e 2010 registrou o sucesso do país em tal projeto. O reposicionamento político-econômico da produção e exportação de *commodities* no Brasil objetivou, em última instância, o aumento da competitividade e da produção primária em escala, e a celulose de mercado foi

inserida neste bojo. Em prol do ganho em competitividade, estabeleceu-se um diálogo íntimo entre agentes públicos e privados sobre a regulação dos usos do território. Um reflexo típico disso é o conjunto de reformas legislativas que culminaram no aumento da descentralização e permissibilidade de dispositivos reguladores como processos e efeitos, tendo na promulgação da Lei Federal 12.651, de 25 de maio de 2012 (Novo Código Florestal) um dos principais produtos e marcadores de uma condição mais permissiva à neoliberalização da natureza ¹¹(BÜHLER; OLIVEIRA, 2019).

Em termos materiais, ainda em virtude deste objetivo, o abastecimento das indústrias deveria ser garantido e gradualmente expandido, significando, antes de tudo, um aumento da área plantada com espécies florestais de interesse comercial. Tal fato se concretizou ao longo do tempo e a figura 5, a seguir, ilustra exatamente isto através dos dados referentes ao total de área plantada registrada entre os anos 2006 e 2022 no Brasil. O levantamento dos valores pelo IBGE se inicia em 2013, por isso foram complementados pelo levantamento realizado pela Ibá, conforme se segue:

Figura 5 – Área plantada com espécies florestais de interesse comercial (2006 – 2022).



Fonte: IBÁ, 2014 (dados 2006 - 2012); PEVS- IBGE, 2022 (dados 2013 - 2022); elaborado pelo autor.

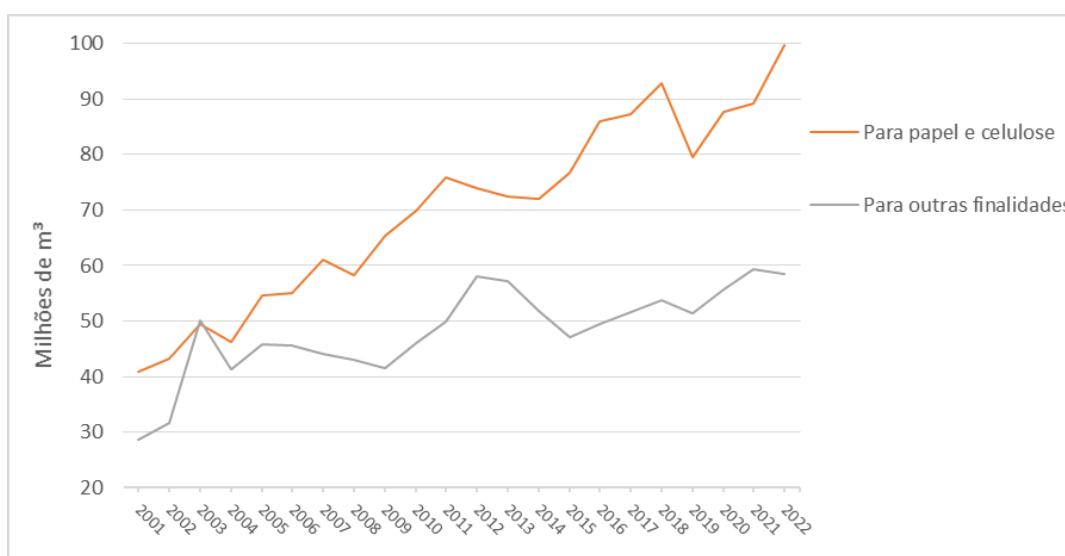
Pelos dados dispostos na figura anterior, além de expressar o aumento de área plantada geral, confirma-se a manutenção da primazia dos eucaliptos sobre outras espécies florestais. Isso se dá a partir da consolidação do pleno conhecimento do

¹¹ A 'neoliberalização da natureza' decorre de uma inserção da natureza na dinâmica do mercado, passível de ser vendida ou comprada através de mecanismos que garantam o encontro entre oferta e procura, assim como a perfeita informação e liberdade de troca" (BÜHLER; GAUTREAU; OLIVEIRA, V., 2020, p. 553)

protagonismo produtivo do Brasil no mercado de celulose de fibra curta advinda do eucalipto. Ainda, crescimento significativo é observado somente para os plantios de eucalipto, com os pinus e outras espécies permanecendo relativamente constantes. Como observação, no entanto, aponta-se que o salto aparente entre os anos de 2012 e 2013 pode não registrar adequadamente a realidade, pois pode estar ligado às diferenças metodológicas entre as amostragens realizados pelo IBÁ e pelo IBGE.

No que diz respeito ao setor objeto deste capítulo (papel e celulose), dentre os produtos florestais madeireiros e não-madeireiros, interessa-nos o acompanhamento da produção de madeira em tora. Na esteira do crescimento de área plantada com eucalipto no Brasil destacado na figura 5, observou-se, também, o crescimento de quantidade de madeira em tora produzida, tanto para papel e celulose quanto para outras finalidades. A figura 6, a seguir, expressa este comportamento crescente de produção, mas também destaca o aumento da diferença entre as destinações da madeira em tora: em 2001 a amplitude estava próxima a 10 milhões de m³, valor este que quase zera em 2003, mas que salta para a ordem dos 40 milhões em 2022. Tal fato indica, no tempo, uma tendência de destinação crescente dos plantios ao setor de papel e celulose em detrimento a outras finalidades - cujos valores adicionados são até maiores, como o caso de madeira para serraria e movelaria.

Figura 6 – Quantidade de madeira em tora produzida (2001 - 2022).



Fonte: PEVS – IBGE, 2022; elaborado pelo autor.

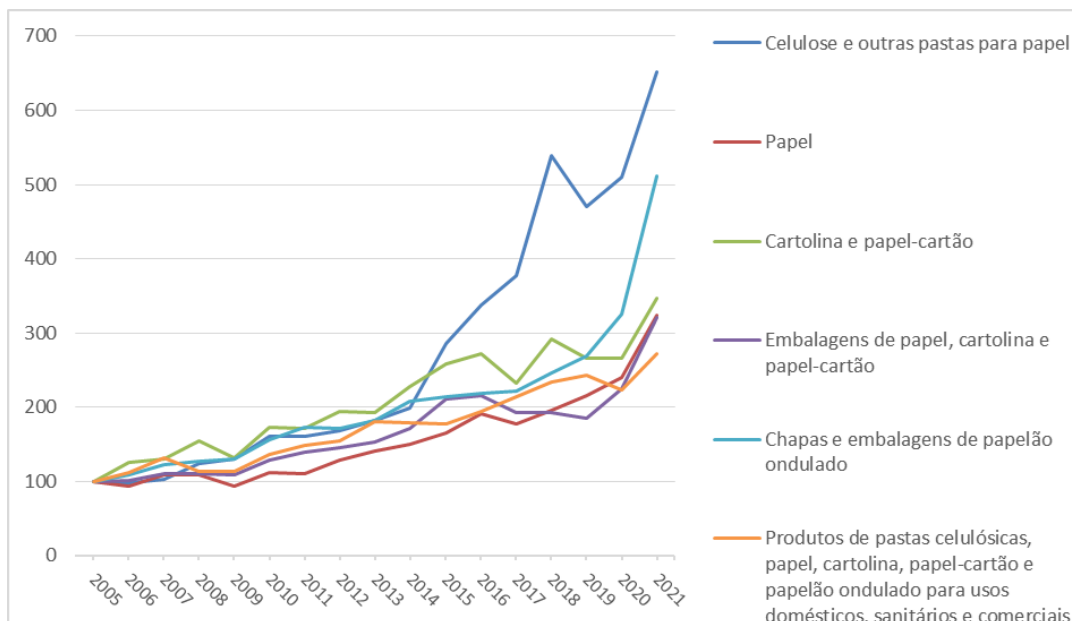
Os valores obtidos e disponibilizados pelo IBGE através da PEVS diz respeito somente ao âmbito do campo, ou seja, dos produtos relacionados à etapa ligada diretamente aos plantios florestais do setor, não compreendendo as transformações industriais posteriores e que podem guardar demandas próprias quanto aos aspectos produtivos ou operações silviculturais utilizadas nos plantios (como o espaçamento entre árvores ou idade de corte). Além disso, na categorização do IBGE não há uma distinção entre a madeira em tora que se destina à produção de celulose de mercado daquela que será obtida de forma integrada à produção de papel. Para tal discriminação, analisa-se os valores da PIA – Produto, filtrados por classes das atividades industriais e produtos que apresentam “celulose” e “papel” em sua nomenclatura (seguindo a Prodlist Indústria 2013), entre os anos de 2005 e 2021. Para acompanhamento e comparação do crescimento, partiu-se dos valores do ano de 2005 (ano-base), como referência, dispostos no quadro 2, e foram calculados os números-índice para cada produto e ano, obtendo as curvas de crescimento de valor da produção industrial dispostas na figura 7, a seguir.

Quadro 2 – Valores de referência por produto (ano base: 2005)

Produto	Valor de referência (ano-base: 2005)
Celulose e outras pastas para papel	7.188.175.000
Papel	9.949.475.000
Cartolina e papel-cartão	2.003.248.000
Embalagens de papel, cartolina e papel-cartão	5.080.372.000
Chapas e embalagens de papelão ondulado	5.192.546.000
Produtos de pastas celulósicas, papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado para usos domésticos, sanitários e comerciais	8.875.571.000

Fonte: PIA – Produto – IBGE, 2021; elaborado pelo autor.

Figura 7 – Crescimento do valor da produção industrial do setor de papel e celulose, segundo números-índice (2005 - 2021).



Fonte: PIA – Produto – IBGE, 2021; elaborado pelo autor.

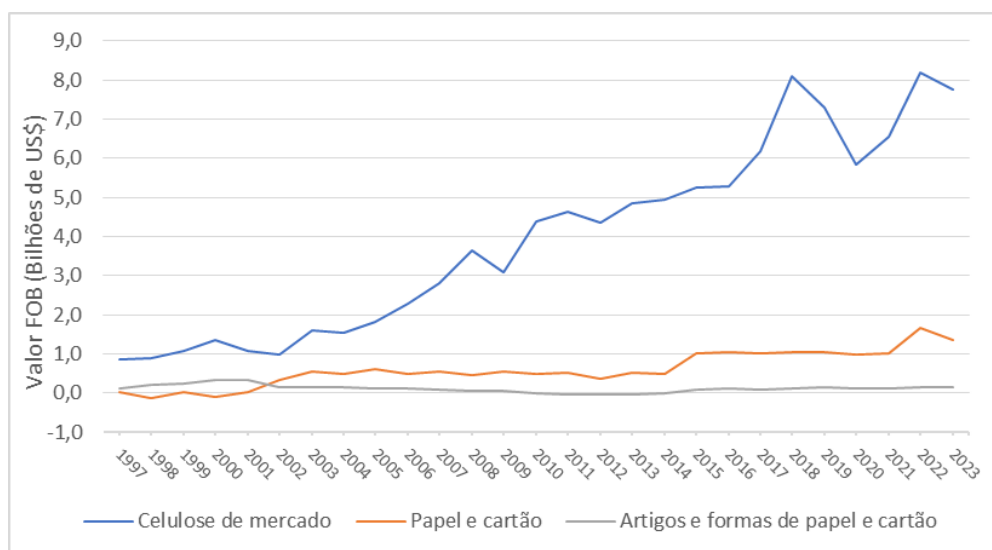
A partir dos dados do quadro 2, percebe-se que a celulose apresentava um valor de produção industrial em torno de 30% menor que o de papel (líder) e, na figura 7, percebe-se que todos os produtos apresentaram comportamento crescente em uma proporção semelhante entre 2005 e 2014. No entanto, a partir deste ano, o valor da produção industrial da celulose assumiu crescimento quase exponencial, destacando-se em relação aos outros em termos de ritmo de crescimento, chegando a apresentar um crescimento maior que o dobro do crescimento do valor da produção dos outros produtos, exclusive as chapas e embalagens de papelão ondulado. Apesar de a pasta celulósica consistir de um produto com pouco grau de industrialização e menor valor por unidade¹², quando comparada aos outros, o seu maior crescimento e valor da produção industrial permite afirmar que a quantidade produzida é proporcionalmente maior que dos outros produtos, e isso marca a primazia que a celulose de mercado apresenta, hoje, em detrimento dos demais produtos de maior grau de industrialização.

Se, em termos de valor de produção industrial, a celulose de mercado assume posição privilegiada somente na segunda década do século XXI, seu protagonismo e participação na balança comercial começa a se consolidar no final da década de 90.

¹² De fato, a obtenção da celulose é uma etapa inicial para a obtenção dos outros produtos, de forma integrada ou não.

A figura 8, a seguir, expressa as curvas de valor (*free on board* - FOB) contribuído à balança comercial brasileira entre 1997 e 2023, cujos cálculos foram feitos a partir dos dados de exportação e importação coletados das Estatísticas de Comércio Exterior – Comex, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços – MDIC (2023). Para a coleta no portal público, utilizou-se como filtro os grupos da Classificação Uniforme para o Comércio Internacional (CUCI) que apresentam “celulose” e “papel” em suas nomenclaturas, excetuando-se a “maquinaria [...]” e os “desperdícios e resíduos de papel”. Os valores de contribuição dispostos na figura 8 foram obtidos subtraindo o valor de importação do valor de exportação, possibilitando a ocorrência de contribuições negativas se a importação tiver sido maior. Ressalta-se que, segundo dados da mesma fonte, as contribuições (positivas ou negativas) à balança comercial pela comercialização de lenha, carvão vegetal, móveis ou madeira ao longo do período foi insignificante (quando registrados, os valores variaram entre 0,005 e 0,018 bilhões de dólares), de modo que na escala gráfica da figura suas curvas seriam praticamente equivalente ao eixo horizontal (zero), e por isso não foram apresentadas.

Figura 8 – Contribuição à balança comercial brasileira por produto entre 1997 e 2023.



Fonte: Comex – MDIC, 2024; elaborado pelo autor.

Novamente, apesar de o valor unitário da celulose de mercado ser tipicamente menor, sua contribuição à balança comercial brasileira supera, por muito, a dos seus produtos derivados na atualidade. Partindo de um terço final da década de 1990 marcado por tensões econômicas no mercado, após a aprovação da isenção fiscal

quanto ao ICMS (Lei Kandir) em 1996, a celulose de mercado se apresenta como o principal produto do setor, com o papel chegando a registrar resultados negativos nos anos iniciais. É a partir do início da década de 2000 que o papel passa a apresentar valores positivos de maneira constante, mas sem alterar consideravelmente sua importância até meados da década de 2010, quando registra um pequeno salto para se manter novamente em constância. Já a celulose de mercado registra aumentos expressivos já no início da década de 2000, apresentando duas décadas de tendência de crescimento praticamente ininterrupto, de modo que a diferença de contribuição entre a celulose e o papel que no período analisado era próxima a US\$ 1 bilhão, chega a registrar números 8 vezes maiores. Tais valores reforçam o papel protagonista da produção de celulose de mercado na pauta primário-exportadora do setor no Brasil, traduzindo nos dados econômicos específicos a reprimarização que se concretizou nas esferas políticas e macroeconômicas do país a partir dos anos 2000.

3.5.2 O apoio do BNDES e o alinhamento com os gigantes do setor

A reprimarização da economia se consolidou não somente a partir de reestruturações político-legislativas, mas também pela valência das políticas públicas setoriais que ressurgem na década de 1990 após anos de arrefecimento, tendo o BNDES funcionado como uma peça-chave em termos de fonte de recursos para financiamentos e investimentos em projetos dos agentes privados do setor florestal. Segundo dados levantados por Vidal e Hora (2011), entre os anos 2001 e 2010, os desembolsos indiretos e diretos (excluindo-se operações de renda variável, linha social e capital de giro) pelo BNDES totalizaram R\$ 16,2 bilhões – dos quais R\$ 13,8 bilhões correspondem aos desembolsos diretos. Com os apoios diretos majoritariamente beneficiando o ramo da celulose e, os indiretos, o dos papéis, o somatório de desembolsos totais se distribuiu na proporção de 43% à celulose, 28% aos papéis, 18% aos plantios florestais e 11% aos painéis de madeira.

Apesar de ser somente a terceira maior porcentagem dentre os desembolsos, os plantios florestais constituem como ponto inicial para todas as outras ramificações, na medida que é dele que se origina a madeira que será transformada em celulose, papel, painéis ou derivados. Ao longo da década de 2000, Vidal e Hora (2011) identificaram uma associação direta do BNDES com o plantio de aproximadamente 1,2 milhões de hectares, dos quais 96% dos desembolsos foram destinados ao

eucalipto. Assim, percebe-se um aumento expressivo do envolvimento do banco público neste setor em comparação à década anterior, que, por sua vez, foi equivalente a 528 mil hectares (JUVENAL; MATTOS, 2002).

Segundo dados de Vidal e Hora (2011), é possível, ainda, identificar uma diferenciação territorial e uma periodização temporal quanto ao envolvimento do BNDES nas operações de plantio. Em termos territoriais, somente quatro estados responderam por 86% dos plantios financiados diretamente pelo BNDES entre 2001 e 2010, são eles: São Paulo, Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais. Já em termos temporais, durante a primeira metade dos anos 2000, o banco financiou cerca de 60% do total de plantios com eucalipto e pinus no Brasil, enquanto de 2006 a 2010 essa participação retrai para cerca de 29% (VIDAL; HORA, 2011). Uma das principais razões para tal queda é o surgimento de outras formas de financiamento da atividade florestal no mercado brasileiro, como as *Timber Investment Management Organizations* (TIMOs; ou, em tradução livre, Organizações de Gestão de Investimentos Florestais), que são instituições especializadas na gestão de capitais investidos no setor florestal, especificamente no mercado de madeira, povoamentos e terras florestais comerciais, com origem datada na década de 1980 nos Estados Unidos da América (IBÁ, 2014).

O setor de papel representou a segunda maior parcela de desembolsos ao longo do período, incluindo projetos de diversas empresas como Suzano, Klabin, Ripasa, Santher e Kimberly-Clark. Somente os desembolsos à Klabin representaram um aumento de 59% do incremento produtivo nacional para papel-cartão – 15% se considerado todos os tipos de papel (VIDAL; HORA, 2011). Já para o setor de celulose, foram desembolsados cerca de R\$5,4 bilhões, dos quais aproximadamente 75% foram destinados a novos projetos que contribuíram para ganhos em capacidade produtiva instalada que representaram 67% do total adicionado no país (VIDAL; HORA, 2011). Dentre os beneficiados por tais montantes financeiros, destacam-se a Aracruz e sua *joint venture* com a Stora Enso, a Suzano, a VCP, Klabin e Ripasa.

Paralelamente aos investimentos de reverberação essencialmente produtiva, o BNDES também se envolveu em operações de desembolsos em renda variável ligados a fusões e aquisições de empresas. Dos R\$2,6 bilhões desembolsados para fusão e aquisição, 92% foi destinado à operação de compra da Aracruz pela VCP, criando a Fibria S.A. em 2009, enquanto os outros 8% distribuíram-se entre ações da Suzano e da Ibema. (VIDAL; HORA, 2011).

Os desembolsos mencionados anteriormente tratam das operações diretas – aquelas que dispensam a intermediação por outras instituições financeiras – e indiretas realizadas pelo BNDES. Ao categorizar os desembolsos nestas duas categorias, percebe-se que, ao contrário do setor de celulose, no qual as operações indiretas só representaram 5,7% do total desembolsado, o setor de papéis se beneficiou consideravelmente dos recursos indiretos, em um total de 657 empresas agraciadas. Segundo Vidal e Hora (2011), cerca de 80% dos recursos indiretos se concentraram em 75 empresas, e, nos desembolsos diretos, esta proporção se concentrou em 10 empresas, com Suzano e Klabin respondendo por 85% da fração.

A partir da consulta detalhada das operações contratadas, na forma direta e indireta não automáticas, no banco de dados históricos do sítio eletrônico do BNDES (2024), foi possível a coleta dos valores específicos para o setor de celulose e papel entre os anos 2002 (limite inferior de disponibilidade) e 2023. A filtragem foi feita a partir da seleção da categoria “Indústria” no campo “Setor BNDES” e da categoria “Celulose e Papel” no campo “Subsetor BNDES”, obtendo assim, 19 (dezenove) clientes que efetivamente foram beneficiados com desembolsos do BNDES neste período. Além disso, utilizando o filtro “Setor Agropecuária”, foi levantado também aqueles contratos firmados com clientes que apresentaram projetos relativos à agropecuária, tendo sido encontrados 164 (cento e sessenta e quatro) clientes. A plataforma não oferece a possibilidade de categorizar o Setor Agropecuária por subsetor. A tabela 7, a seguir, traz os valores compilados das cinco empresas do setor de papel e celulose com maior participação nos desembolsos de recursos contratados junto ao banco público entre 2002 e 2023.

Tabela 7 – Desembolso do BNDES, por setor, para as cinco empresas de papel e celulose mais beneficiadas entre 2002 e 2023 (em bi R\$).

Empresa	Comércio/			TOTAL
	Indústria	Agropecuária	Serviços	
Suzano S.A.*	12,56	2,73	0,03	15,32
Klabin S.A.	10,29	0,48	-	10,77
Eldorado Brasil S.A.	2,89	0,18	-	3,06
CMPC Ltda**	2,22	0,05	-	2,28
Veracel Celulose S.A.	1,67	0,26	-	1,93

* Compreende também os valores de Fibria Celulose S/A e Companhia Suzano de Papel e Celulose.

** Compreende os valores de CMPC Celulose Riograndense Ltda e Melhoramentos CMPC Ltda.

Fonte: BNDES, 2024; elaboração própria

Segundo os dados da tabela anterior, fica evidente o privilégio que o BNDES concedeu à Suzano S.A. e à Klabin S.A. neste início do século XXI no que tange ao financiamento de projetos tanto em termos industriais quanto agropecuários. Apesar do destaque de ambas em valor contratado no Setor Indústria, a Suzano S.A. se sobressai de maneira absoluta no Setor Agropecuária, além de ser a única que apresenta algum valor contratado para o Setor Comércio/Serviços.

Em termos industriais, para o subsetor de papel e celulose, a Suzano S.A. e Klabin S.A. totalizaram R\$22,85 bilhões dos R\$29,63 bilhões desembolsados às cinco empresas mais beneficiadas. Apesar de não constarem na tabela 7, as outras empresas de papel e celulose, juntas, contrataram um valor de aproximadamente R\$1,62 bilhões no setor industrial, ou seja, dos R\$31,25 bilhões destinados ao subsetor de celulose e papel entre 2002 e 2023, somente a Suzano S.A. e a Klabin S.A. concentraram 73% de todo o desembolso, destacando o caráter concentrado de atuação do BNDES no setor.

Neste mesmo diapasão, em se tratando das atividades agropecuárias como um todo, das 164 empresas que foram beneficiadas por desembolsos do BNDES, as dez de maior contratação de valores concentraram cerca de 50% do total de desembolsos. O importante é pontuar que, apesar da relativamente melhor distribuição (ainda que concentrada) em comparação aos desembolsos do setor industrial, a Suzano S.A. novamente figura como a líder geral entre todas as empresas agropecuárias neste período. Segundo levantamento no banco de dados (BNDES, 2024), os R\$2,73 bilhões adquiridos pela empresa representam 21,4% do total desembolsado (R\$12,74 bilhões), enquanto a segunda colocada, Raízen Energia S.A., como perspectiva, acumulou somente R\$0,59 bilhões no período, o que representa 4,6% do total. Por outro lado, os valores apresentados pela Klabin, Veracel, Eldorado e CMPC entre 2002 e 2023 representam, juntas, 7,67% do total geral, o que evidencia ainda mais a relação diferenciada entre o BNDES e a Suzano S.A., tanto em termos industriais (para o setor de celulose e papel) quanto agropecuários (para a agropecuária no geral).

A partir destes dados, é possível distinguir a Suzano S.A. e a Klabin S.A. das outras empresas do setor de papel e celulose a partir de suas cooperações históricas com o BNDES. Assim, para se contextualizar a forma como o pacto público-privado se deu ao longo do tempo, fica claro ser necessário distinguir os diferentes graus de aproximação entre o Estado e cada uma das empresas do setor em questão. Esta é

uma dimensão de diferenciação de agentes: não somente em relação ao porte, mas também quanto ao grau de prestígio seletivo conferido e construído para e por cada agente, categorizando, legitimando e auxiliando na definição dos protagonistas.

A posição de liderança das duas empresas também se consolida pela perspectiva do faturamento anual. Dados compilados nas Listas Forbes Agro100¹³ referentes aos anos de 2020, 2021 e 2022 demonstram que a Suzano e a Klabin constam como as líderes não só do setor de celulose e papel, mas de todo o setor florestal brasileiro. As duas são as únicas a figurarem entre as 20 empresas do agronegócio de maior faturamento nestas últimas três edições. A tabela 8, a seguir, expressa os resultados das empresas para cada ano:

Tabela 8 – Faturamento das empresas/grupos nos anos 2020, 2021 e 2022 (em bi R\$).

Empresa/Grupo	2020	2021	2022
Suzano S.A.	30,46 (45,6%)	40,97 (48,5%)	49,83 (50,9%)
Klabin S.A.	11,95 (17,9%)	16,48 (19,5%)	20,03 (20,5%)
<i>Outras</i>	24,41 (36,5%)	26,97 (31,9%)	27,98 (28,6%)
Total	66,82 (100%)	84,42 (100%)	97,84 (100%)

Fonte: FORBES, 2022; 2023; 2024; elaboração própria

Tais dados demonstram ter havido um crescimento constante do faturamento das empresas do setor florestal figurantes na lista das cem maiores do agronegócio. No entanto, a proporção da participação das “outras” empresas apresentou decréscimo, apesar do pequeno aumento em termos absolutos, enquanto as duas de maior faturamento apresentaram um crescimento expressivo. De fato, ao longo dos três anos, a Suzano e a Klabin representaram juntas uma média de aproximadamente 68% de todo o faturamento das empresas florestais das consideradas no período, que totalizaram dez para os anos 2020 e 2021, e nove para 2022. No mesmo diapasão, tanto o faturamento quanto a proporção apresentada pela Suzano e pela Klabin foram crescentes, sobretudo daquela, que sozinha representou cerca de 51% do faturamento entre as nove empresas citadas em 2022. Portanto, pela perspectiva de faturamento recente, Suzano e Klabin novamente figuram como as atuais líderes do

¹³ *Ranking* elaborado pela equipe da Forbes que lista as cem empresas, holdings e cooperativas do agronegócio de maior faturamento consolidado no Brasil por ano, baseando-se em informações de demonstrativos financeiros das próprias empresas e em colaboração com a agência de classificação de riscos Standard & Poor's Global.

setor florestal brasileiro e, conseqüentemente, do setor de celulose e papel, com especial destaque à primeira.

Esta hegemonia em termos de faturamento logicamente não se explica somente pelas participações acionárias e desembolsos realizados por ambas as empresas junto aos agentes públicos ao longo das décadas. Além da aproximação público-privada, existe também as cooperações entre agentes privados das mais diversas naturezas, inclusive bancárias e civis. Com vistas a compreender as dimensões do controle corporativo sobre o território brasileiro, Rodrigues e Dowbor (2023) realizaram um estudo quantitativo dos 200 maiores grupos corporativos no território brasileiro (estrangeiros ou nacionais, privados ou estatais) de 2019. Tal metodologia se denomina Análise de Redes Sociais (ARS), que permite a visualização e medição, com devido rigor estatístico, das relações existentes em uma rede (RODRIGUES; DOWBOR, 2023). A partir do grau de saída (métrica que quantifica as conexões entre as unidades ou nós), os autores identificaram que de um total de 6.235 unidades empresariais, 62 – isto é, 1% – controlam 25% de toda a rede. Em outras palavras, estes 62 “nós” são os que apresentaram maior quantidade de conexões na rede, que, no escopo do estudo mencionado, representa o grau de controle acionário por cada agente na rede corporativa no território brasileiro. Neste estudo, Rodrigues e Dowbor (2023) identificaram que ambas Suzano S.A. e Klabin S.A. fazem parte deste grande grupo controlador, com a Suzano S.A. sendo a 11ª e, a Klabin S.A., a 43ª, entre as que apresentam o maior número de conexões com outros agentes. Além disso, elas foram apontadas pelos autores como as maiores controladoras do setor de papel e celulose, também, pela métrica de grau de saída ponderada (que considera o peso ou qualifica cada conexão), solidificando a posição de liderança das duas empresas, especialmente da Suzano S.A.

Somando-se à liderança em desembolsos pelo BNDES, aos faturamentos e ao relativo controle acionário da rede corporativa no território brasileiro em anos recentes, a Suzano S.A. se destaca também por sua parcela de contribuição à quantidade total de pasta celulósica vendida. Para tal informação, confrontou-se os dados da PIA – Indústria em relação à quantidade total vendida de pastas químicas (à soda ou ao sulfato, exceto pastas para dissolução) somadas às pastas mecânicas (quimiotermodinâmicas e termodinâmicas) de madeira no Brasil, com as quantidades vendidas e declaradas pela própria Suzano S.A., para os anos de 2019 e 2021. Os valores encontrados foram: em 2019, o Brasil registrou 16,5 milhões de toneladas de

pastas vendidas (IBGE, 2024), e a Suzano S.A. 9,4 milhões (SUZANO, 2019); em 2021, o Brasil registrou 18,1 milhões de toneladas (IBGE, 2024), e a Suzano 10,6 milhões. Em outras palavras, significa dizer que a Suzano S.A. respondeu, em média, nos anos em questão, por 58% da venda de pastas mecânicas e químicas no Brasil, dando sinais de uma posição de amplo domínio no mercado de celulose.

Além disso, tais valores se somam ao fato de a Suzano S.A. apresentar hoje a maior concentração de ativos biológicos¹⁴ e de área plantada em relação às outras grandes empresas do setor florestal como um todo. Segundo valores encontrados pela empresa de assessoria especializada aos investidores florestais, Consufor, para o ano de 2022, a Suzano S.A. concentrou 37% dos 40 bilhões de ativos biológicos apresentados pelas 10 maiores empresas florestais do quesito, seguida pela Klabin S.A. com 21%. Este mesmo estudo revelou que a Suzano S.A. concentra, também, 47% de um total de 2,3 milhões de hectares entre as mesmas empresas, novamente seguida pela Klabin S.A., com 13% (CONSUFOR, 2024).

Em suma, seja pela perspectiva de apoio financeiro pelo BNDES aos projetos de atividades industriais e agropecuários, pelo faturamento anual, controle acionário no setor, participação nas vendas de pasta celulósica de madeira, ou, então, pelo valor dos ativos biológicos e extensão de área plantada com eucalipto ou pinus, a Suzano S.A. é incontestavelmente a empresa-líder do setor florestal brasileiro e uma das maiores empresas do agronegócio. Os dados extensivamente elencados ao longo deste capítulo permitem afirmar que o setor de celulose e papel se construiu historicamente a partir de um processo de concentração, concordando com os apontamentos da tese de Oliveira, K. (2019) sobre a estrutura de mercado e industrial do setor. Os sucessivos momentos e contextos históricos da evolução do setor guardam possíveis explicações para a atual forma pela qual a Suzano S.A. se apresenta como um dos maiores gigantes econômicos do agronegócio, sendo, atualmente, o maior do setor de papel e celulose. Assim sendo, a corporação se torna passível de ser interpretada como recorte amostral, pelo menos em termos de representatividade, no que tange ao uso capitalista e corporativo do território.

¹⁴ Por definição, segundo metodologia adotada pela Consufor (2024), ativos biológicos são os plantios florestais de eucalipto e pinus, não incluindo terras e benfeitorias.

3.6 Considerações de uma trajetória

Ao longo deste capítulo, pretendeu-se realizar uma caracterização da evolução do setor de celulose e papel, identificando variáveis e pontos importantes para a compreensão da situação atual. Após décadas em que se viu vinculado estrategicamente aos diferentes momentos do planejamento macroeconômico brasileiro (no escopo do Plano de Metas e, sobretudo, do II PND), a virada da década de 1980 e 1990 marca a evolução do setor de celulose e papel através do arrefecimento das políticas setoriais de incentivos fiscais para uma política de incentivos financeiros mais propriamente ditos. Neste ínterim, a agência privada passa a assumir um papel definidor na configuração de mercado, com o Estado permitindo uma sucessão de fusões e aquisições empresariais, que somadas à distribuição desigual de poderio econômico e à verticalização típica do setor, os oligopólios da celulose e papel passam a agir com força. De fato, a constituição de gigantes do mercado de celulose brasileiro se mostrou interessante ao Estado brasileiro para se garantir um protagonismo em nível internacional em um setor que apresentava franco crescimento devido ao aumento da demanda por países centrais e asiáticos. Dessa forma, a produção de celulose de mercado se viu legitimada internamente em termos técnicos, pela especialização diferencial brasileira em fibras curtas de eucalipto, e externamente em termos econômicos, pelo protagonismo internacional e vinculação à pauta agro exportadora/reprimarizadora na economia do país.

A partir de uma série de dados estatísticos e documentais, percebe-se que ao longo de toda a evolução do setor, a participação pública esteve presente, seja no sentido de estruturação do arcabouço jurídico-legislativo (regulações e políticas públicas de isenção fiscal) ou então de investimento na expansão produtiva e nisso o BNDES desempenha um papel fundamental. Em qualquer uma das formas de atuação deste banco público, a aproximação com os diferentes agentes privados se deu de forma distinta, de modo que o maior apoio se destinou, ao longo dos anos, àqueles agentes que apresentavam os maiores projetos, ou seja, aqueles com dimensão suficiente para se tornarem *players* de destaque e competitivos no cenário nacional e internacional.

Em outras palavras, mesmo não sendo possível definir o apoio do BNDES como causa da superioridade de alguns agentes sobre outros, é certo que ele se constitui como um fator importante para a compreensão dos diferentes momentos do

mercado, na medida em que o setor foi evoluindo em termos produtivos. Seja através de participação acionária ou de repasses diretos e indiretos às empresas, as ações do BNDES são uma manifestação direta da relação entre o Estado e mercado, que compartilham um mesmo ideal e discurso da competitividade como mantra e legitimação para a expansão produtiva, mesmo que isso signifique que a distribuição de poder econômico se concentre naquelas empresas de maior capacidade produtiva.

É a síntese dos fatos apresentados neste capítulo que demonstra como a Suzano S.A. se constrói como uma das maiores empresas do setor de celulose do mundo, e uma das maiores empresas do agronegócio no território brasileiro. A vinculação histórica do BNDES com a antiga Aracruz Celulose e VCP – que constituíram a Fibria S.A. – faz com que a operação de aquisição deste grupo pela Suzano S.A. em 2019 sirva de epítome e apogeu das tendências de concentração administrativa e produtiva que começaram a ocorrer entre os anos 1980 e 1990, construindo a grande potência empresarial mundial da atualidade, e, com isso, a distribuição de poder ficou definitivamente concentrada. O significado das dimensões produtivas deste agente acaba legitimando e sendo legitimado pela retórica do Brasil enquanto uma grande potência de vocação agro exportadora, e a competitividade sempre buscada em termos estratégicos acaba se sobrepondo aos outros sentidos de uso do território: é a lógica do território como recurso se impondo ao território como abrigo.

A diacronia da constituição desta grande corporação de amplo domínio sobre o setor de celulose e papel, em franca expansão, no Brasil faz restar como questão a análise da sincronia e respectivas problematizações territoriais e sociais da situação atual para uma compreensão da policronia em curso relativa ao uso do território pela Suzano S.A. e suas regiões produtivas. Tendo sido contextualizada a evolução do setor de celulose e papel e a síntese da Suzano S.A. como seu expoente produtivo máximo, julga-se temporalmente fundamentada a compreensão da organização espacial neste início do século XXI, a ser mais propriamente explorada no capítulo 4 adiante.

4 O USO DO TERRITÓRIO EM REGIÕES PRODUTIVAS DA SUZANO S.A. NO BRASIL: UMA CRÍTICA

As bases da atual posição de liderança da Suzano S.A. vão além das movimentações de ordem administrativa e político-econômica e perpassam, também, pelo sucesso de uma crescente ocupação e dispersão territorial no espaço nacional. Pelo ponto de vista econômico, as crescentes inovações técnicas, os ganhos em capacidade e materialidade produtiva pela empresa em projeções cada vez mais pujantes em escala nacional e internacional atribuem um sentido pretensamente positivo ou atenuante às suas ações históricas e recentes. Por outro lado, em contraste a este otimismo de limitada visão sobre a complexidade que é o território usado enquanto totalidade, a perspectiva social destaca tensões, silenciamentos e efeitos deletérios impostos a grupos sociais não-hegemônicos por uma imposição externa quanto ao uso e direcionamentos funcionais em nível de lugar. É por isso que se mostra sempre necessário iluminar os desdobramentos socioterritoriais inerentes às dinâmicas produtivas no território e é a partir dos seus usos que uma análise social é permitida, isto é, que o território usado surge como categoria analítica em tal intento.

Conceitualmente, o território pode ser entendido como “um conjunto de equipamentos, de instituições, práticas e normas, que conjuntamente movem e são movidas pela sociedade” (SANTOS, 2021b [2001], p. 106); como a “base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida sobre os quais ele influi” (SANTOS, 2021b [2001], p. 113). Porém, o território não é apenas o resultado da superposição de sistemas naturais e artificiais, mas também é “o chão mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence”, e, por isso, é de território usado por uma dada população que se refere quando se pretende analisar socialmente o território (SANTOS, 2021b [2001], p. 113 - 114). São justamente nas condições materiais – ou configuração territorial – que se manifestam os sentidos atribuídos a cada fração territorial a partir do uso – ou dinâmica social – que lhe é conferido, de tal modo que “a existência pode ser interpretada a partir de relações observadas diretamente entre os homens e entre os homens e o meio”, cuja vida rege e é regida pela forma com que se usa o território (SANTOS, 2021b [2001], p. 115).

Sendo o território a base do trabalho e da vida, torna-se também base das solidariedades que definem as relações entre grupos sociais, sobretudo quando se

refere às dinâmicas de poder quando da definição do uso a ser atribuído a cada uma de suas frações. Assim, o território acaba servindo como arena da oposição entre um mercado que busca singularizá-lo e uma sociedade civil que busca generalizá-lo; que confronta os interesses dos agentes que o encaram como mera fonte de recursos ou suporte de redes que transportam normas hegemônicas com os interesses daqueles que o consideram como abrigo necessário à manutenção e proliferação da vida (SANTOS, 2014a[2005], p. 143).

Dessa maneira, este capítulo busca iluminar os limites da associação entre a configuração territorial e as dinâmicas sociais ligadas às estruturas internas específicas às cinco atuais regiões produtoras de celulose de mercado da corporação Suzano S.A., desde os anos 2000 até os dias atuais. Pretende-se discutir estes aspectos a partir de três vertentes: a regionalização e divisão territorial do trabalho; a produção material e econômica; e as questões socioterritoriais ligadas à temática fundiária e aos conflitos por terra. Para tal intento, os recortes territoriais utilizados foram os municípios compreendidos e agrupados nas cinco atuais regiões produtoras de pasta celulósica da empresa, denominadas de Unidades de Negócio Florestal (UNF), cujas fábricas estão localizadas em: Imperatriz - MA (UNF Imperatriz), Três Lagoas - MS (UNF Mato Grosso do Sul), Mucuri - BA (UNF Mucuri), Aracruz - ES (UNF Aracruz), Suzano - SP, Limeira - SP e Jacareí - SP, com estas três últimas conformando a UNF São Paulo. No escopo desta dissertação, as regiões produtivas/UNFs também são alternativamente referenciadas a partir da sigla das unidades federativas onde se localizam as respectivas fábricas, da seguinte forma: UNF MA, UNF MS, UNF BA, UNF ES e UNF SP.

Em termos de organização, a primeira seção trata de uma breve recapitulação sobre o surgimento, movimentos de expansão e atualidade da ocupação da Suzano S.A. no território brasileiro e é trazido numa perspectiva de caracterização da corporação. Passando por uma genealogia administrativa da empresa que parte de uma firma individual, se torna a Suzano Papel e Celulose para depois culminar como uma S.A. após sucessivas fusões e aquisições, esta seção serve, também, para localizar e posicionar as estruturas da empresa na conformação atual do território brasileiro, ilustrando a distribuição nacionalizada de suas ações. Ao final da primeira seção, é apresentado um subitem explicitando os fundamentos teóricos e notas metodológicas utilizados para a escolha das regiões produtivas, na figura das UNFs, como recortes para as análises-objeto da seção seguinte.

A segunda seção é a que mais propriamente debruça sobre dados e leituras críticas dos significados do uso do território pela Suzano S.A. em cada região, variando a ótica assumida para as discussões em três subitens. O primeiro trabalha os aspectos e significados espaciais das regionalizações empenhadas pela empresa na configuração das cinco regiões produtivas. O segundo subitem põe em tela alguns aspectos econômicos importantes para auxiliar na compreensão das dinâmicas produtivas e econômicas das regiões ao longo do século XXI. Já o terceiro subitem discute alguns aspectos socioterritoriais no tocante à questão fundiária, condicionamentos e fatores de produção na etapa de campo e realiza um levantamento comparativo do quadro de conflitos por terra para o entendimento das dinâmicas sociais em cada fração do território. Por fim, conclui-se este capítulo com uma terceira e última seção que pretende apontar os atuais limites do território e tendências da dinâmica socioterritorial relacionadas à produção de celulose de mercado a partir das regiões produtivas da Suzano S.A. analisadas ao longo do capítulo.

4.1 Histórico e atualidade da ocupação territorial da Suzano S.A no Brasil

A consolidação da Suzano S.A. como um importante agente da produção florestal no Brasil atual se deu de forma expansiva e progressiva ao longo dos seus cem anos de história. Suas origens remontam a 1924, quando o imigrante ucraniano, Leon Feffer, criava uma firma individual que lidava somente com a comercialização de papéis, passando a produzi-los internamente somente em 1941, com a inauguração da primeira fábrica da Suzano, na cidade de São Paulo (SUZANO, 2024a). A produção de pasta celulósica integrada à cadeia do papel se iniciaria a partir da aquisição de uma fábrica no município de Suzano – SP, em meados da década de 1950, após quase meia década de pesquisas precursoras e inovadoras em nível mundial na produção de pasta celulósica vinda do eucalipto. Em 1961, a Suzano se tornaria a primeira empresa no mundo a produzir papel e celulose exclusivamente com fibras de eucalipto, iniciando sua trajetória de exportações em 1964 (à Argentina) e alcançando o mercado europeu em 1975 (SUZANO, 2024a). Anos depois, em 1992, inaugurar-se-ia a *joint-venture* Bahia Sul Celulose no município de Mucuri – BA, sob tutela da Suzano Papel e Celulose e da CVRD.

De forma paralela à evolução da Suzano Papel e Celulose, ocorria a evolução das outras empresas que vieram a compor as estruturas administrativas e produtivas da atual Suzano S.A. Em 1978, no município de Aracruz - ES, o norueguês Erling Lorentzen inaugurava a “Fábrica A” da Aracruz Celulose e, no ano de 1992, a VCP adquiria a Indústria de Papel Simão S.A. no município de Jacareí – SP. Aproximadamente duas décadas depois, estas duas empresas se unem, em 2009, para se tornarem a gigante florestal Fibria S.A., inaugurando sua nova fábrica em Três Lagoas – MS em 2009. Cinco anos depois, no final de 2013, a Suzano Celulose e Papel, por sua vez, expande sua atuação sobre o território brasileiro e inicia a operação de uma nova fábrica em Imperatriz – MA (SUZANO, 2024a). É, então, em 2019 que as trajetórias das empresas (e regiões) em questão convergem na aquisição da Fibria S.A. pela Suzano Papel e Celulose e faz com que a nova corporação, Suzano S.A., atinja dimensões e abrangências produtivas inéditas em nível nacional, acumulando as unidades produtivas das maiores empresas de celulose da época. A partir de então, a Suzano S.A. passa a produzir pasta celulósica em fábricas localizadas nos estados de São Paulo (est. 1955/1956), Espírito Santo (est. 1978), Bahia (est. 1992), Mato Grosso do Sul (est. 2009) e Maranhão (est. 2013/2014). Em se tratando do Mato Grosso do Sul, em 2021, a corporação iniciou a construção de mais uma fábrica com inauguração prevista ainda para o ano de 2024 no município de Ribas do Rio Pardo – MS, na parte mais central do estado (SUZANO, 2024a).

Após anos de expansões, fusões e aquisições, a Suzano S.A. se encontra, hoje, presente na forma de objetos/fixos de produção e de distribuição em mais da metade dos estados brasileiros. Ao todo, a empresa apresenta unidades administrativas, tecnológicas, produtivas e/ou logísticas em 17 estados brasileiros e outros 5 países, sendo São Paulo o único estado a apresentar pelo menos uma estrutura de todos os tipos de unidades. Aqui, compreende-se as unidades administrativas como os escritórios, as unidades tecnológicas como os centros de tecnologia, as unidades produtivas como as fábricas, e as unidades logísticas como os centros de distribuição e os portos. A seguir, estão dispostos, os municípios onde atualmente se localizam as unidades administrativas, tecnológicas e produtivas da Suzano S.A com detalhe ao tipo de produto obtido nas fábricas (tabela 9), e a localização das unidades voltadas à logística de distribuição nacional e internacional dos produtos (tabela 10).

Tabela 9 – Localização por tipo de unidade administrativa, tecnológica e produtiva

Fábricas			
Escritórios	Centros de Tecnologia	Localização	Produção
Salvador, BA	Serra/Aracruz, ES	Mucuri, BA	Cel, Pap, BC
São Paulo, SP	Limeira, SP	Eunápolis, BA*	Cel*
<i>Buenos Aires, Argentina</i>	Itapetininga, SP	Maracanaú, CE	BC
<i>Guayaquil, Equador</i>	Jacareí, SP	Aracruz, ES	Cel
<i>Burnaby, Canadá</i>		Cach. de Itapemirim, ES	BC
<i>Fort Lauderdale, EUA</i>		Imperatriz, MA	Cel, BC
<i>Amsterdã, Holanda</i>		Três Lagoas, MS	Cel
		Ribas do Rio Pardo, MS	-
		Belém, PA	BC
		Suzano, SP (Suzano)	Cel, Pap
		Suzano, SP (Rio Verde)	Pap
		Limeira, SP	Cel, Pap
		Jacareí, SP	Cel
		Mogi das Cruzes, SP	BC

Legenda: Cel: celulose, Pap: papel, BC: bens de consumo; *: *joint-venture* Veracel Celulose;

Fonte: SUZANO, 2024b; elaborado pelo autor

Tabela 10 – Localização por tipo de unidade logística

Centros de Distribuição		Portos
Manaus, AM	Jaboatão dos Guararapes, PE	Belmonte, BA*
Salvador, BA	Londrina, PR	Caravelas, BA**
<i>Fortaleza, CE</i>	São José dos Pinhais, PR	Aracruz, ES
<i>Brasília, DF</i>	Rio de Janeiro, RJ	São Luís, MA
<i>Viana, ES</i>	Cachoeirinha, RS	Santos, SP
<i>Serra, ES</i>	Chapecó, SC	
<i>Goiânia, GO</i>	Campinas, SP	
Betim, MG	Ribeirão Preto, SP	
Uberlândia, MG	São Bernardo do Campo, SP	
Cuiabá, MT	Suzano, SP	
Campo Grande, MS		

Legenda: *: referente à *joint-venture* Veracel Celulose, **: atualmente inativo

Fonte: SUZANO, 2024b, elaborado pelo autor

A partir do disposto nas tabelas 9 e 10, é perceptível a presença e abrangência nacional e internacional das ações da Suzano S.A. No que tange às fábricas, a corporação soma 14 unidades, sendo 5 voltadas exclusivamente à produção de papel ou bens de consumo e as outras 9 voltadas à obtenção de celulose, seja ela de mercado ou integrada à produção de papel. Até o momento de elaboração desta

dissertação, a fábrica localizada em Ribas do Rio Pardo – MS ainda não se encontra em operação, mas a inauguração está prevista para 2024. Outra fábrica que merece distinção, conforme indicação da tabela 9, é aquela localizada em Eunápolis – BA, por pertencer à *joint venture* Veracel Celulose, não sendo, portanto, de domínio estrito da Suzano S.A. Em se tratando das outras 7 fábricas, a empresa as divide administrativamente em 5 UNFs, que apresentam como centralidade as fábricas de Aracruz – ES, Mucuri – BA, Imperatriz – MA, Três Lagoas – MS conjunto formado pelas fábricas situadas em Suzano – SP, Limeira – SP e Jacareí – SP.

4.1.1 UNFs como regiões produtivas e como recorte territorial e analítico

O sistema nervoso central de cada uma das UNFs da Suzano S.A. é regido pelas características e demandas produtivas específicas da(s) fábrica(s) associada(s), cujas ações desta(s), por sua vez, são ditadas hierarquicamente pelas instâncias administrativas localizadas nos escritórios/centros decisórios (i.e. São Paulo e Salvador). É através da discussão, validação e implementação dos dados de pesquisa e desenvolvimento gerados nos centros de tecnologia que a relação administração-fábrica adota os imperativos produtivos que serão repassados às áreas de plantio como técnica padronizada. É esta técnica que se torna responsável por transmitir a lógica produtiva que irá caracterizar, definir e categorizar os diferentes lugares como unidades que comungam sentido, tornando-se partes de uma instância espacialmente superior – ainda que mediadora – que são as regiões produtivas ou, nesse caso, as UNFs. Estes subespaços são, antes de tudo, resultantes de uma força regionalizadora que é dada pela conjunção da técnica produtiva da Suzano S.A. com a histórica e dialética cooperação política do Estado, conforme contextualizada no capítulo II.

Em termos de fluxos materiais, cada fábrica das UNFs é abastecida por madeira de eucalipto advindos de plantios localizados em municípios de mesma unidade federativa que as fábricas, ou não, ilustrando o fato de que as regionalizações produtivas da celulose, assim como de outras atividades produtivas no geral, não necessariamente respeitam os limites político-administrativos oficiais. Na ordem prática, a abordagem regional – isto é, a adoção da região como categoria analítica – mostra-se especialmente adequada à compreensão das dinâmicas espaciais da produção de pasta celulósica em razão da escala produtiva do setor envolver tipicamente extensas áreas de plantio que ultrapassam os limites político-

administrativos dos municípios e/ou estados e que se encontram distantes das indústrias de transformação.

O fundamento teórico para a adoção do recorte territorial a partir de regiões está centrado na proposição de Santos (2020b [1985]) sobre o uso do território como um cimento regional, um fator de união promotor de adesão entre diferentes frações do espaço, isto é, de unificação categórica de lugares distintos em um sentido unificado por uma espécie de regionalização funcional. No escopo desta dissertação, considera-se que os diferentes municípios que servem de suporte para plantios abastecedores de madeira em cada UNF se vinculam a um mesmo sentido para a produção de pasta celulósica pela Suzano S.A. Sendo assim, o conjunto dos municípios elencados em cada UNF são interpretados como categórica e funcionalmente conectados no espaço a partir de um mesmo ponto de convergência: a(s) fábrica(s). É dessa forma que se adota as regiões produtivas como a categoria analítica de recorte territorial para a discussão deste capítulo, uma vez que elas se portam como fator mediador e mediado entre a produção da Suzano S.A. e a (re)configuração funcional do território, isto é, como entidade de uma aproximação condicionante e condicionada das ações e dos objetos ligados à produção de pasta celulósica nestes subespaços.

Para a delimitação regional, foram considerados os municípios que apresentaram plantios abastecedores de madeira às fábricas de cada UNF presentes em pelo menos uma edição dos Resumos Públicos do Plano de Manejo publicados pela Suzano S.A. para os anos de 2020, 2021 e 2022. Tais documentos são individualmente elaborados para cada UNF e são periodicamente disponibilizados no sítio eletrônico oficial da empresa, de onde foram coletados e analisados. Nesta etapa, não foram considerados os municípios de onde se originam os diversos insumos silviculturais utilizados na atividade e, portanto, interligados espacialmente à produção. Apesar da reconhecida importância para uma discussão de circuito espacial mais ampla, optou-se por não considerar a circulação destes insumos por questão deste esforço carecer, por si só, de um empenho específico em um nível de detalhe demasiadamente específico e aprofundado frente aos objetivos desta dissertação.

A tabela 11, a seguir, resume as informações quanto ao número de municípios e estados abrangidos por plantios abastecedores de cada UNF, assim como o número de fábricas e respectivas capacidades produtivas de celulose de mercado e integrada. A listagem detalhada do elenco de municípios pode ser consultada no Apêndice A.

Tabela 11 – Resumo da configuração produtiva das UNFs

UNF	Fábricas	Estados abrangidos	Municípios abrangidos	Área plantada (ha; 2022)	Capac. Produtiva (mil t/ano)	
					Cel. de mercado	Cel. Integrada
Mato Grosso do Sul	1	MS	11	405.236,43	3.250	-
Aracruz	1	ES	18	167.468,65	2.340	-
Mucuri	1	BA, MG	18	224.688,67	1.480	200
Imperatriz	1	MA, TO, PA	50	18.055,49	1.700	60
São Paulo	3	SP, MG, RJ	112	227.559,00	1.570	740
TOTAL	7	-	209	1.043.008,24	10.340	1.000

Fonte: Resumos Públicos do Plano de Manejo Florestal – SUZANO, 2024c; elaborado pelo autor

Apesar de tratarem de uma mesma atividade produtiva por um mesmo agente e objetivo, as cinco regiões produtivas apresentam características distintas no que tange suas abrangências territoriais, áreas de plantio, capacidades produtivas e destinação dada à celulose obtida nas indústrias. Se por um lado a UNF Mato Grosso do Sul se destaca pela superioridade na produção de celulose de mercado, a UNF São Paulo demonstra maior integração à produção de papel. Além disso, destaca-se o fato de esta UNF, juntamente à UNF Imperatriz, apresentarem um grande número de estados e municípios mobilizados com a presença de plantios florestais com eucalipto quando comparadas às outras regiões. Interessante pontuar, contudo, que mesmo somando 4 fábricas e 162 municípios, a capacidade produtiva conjunta da UNF São Paulo e UNF Imperatriz é apenas 0,6% superior à capacidade produtiva da única fábrica da UNF Mato Grosso do Sul, mesmo esta última apresentando somente 11 municípios. Associada a este fato, está a superioridade da UNF Mato Grosso do Sul sobre as outras regiões no tocante à área plantada, respondendo sozinha por 38,9% da área plantada. Portanto, percebe-se uma evidente distinção em termos de intensidade da técnica pela capacidade produtiva dos objetos-fábrica e de expansão técnica em área dos objetos-plantio no uso corporativo do território em cada região produtiva da Suzano S.A.

4.2 As regiões produtoras de celulose da Suzano S.A. e suas especificidades

Segundo Santos (2020 [1995]), para se conhecer uma fração da realidade – entendendo as regiões produtivas como tais – é necessário que se analise sua

estrutura interna, a partir dos fatores regentes de sua existência, funcionamento e estrutura. Para tal intento, é necessário descobrir algumas variáveis que permitam a reconstituição da realidade que passam por aspectos da população, da atividade, da base territorial/fundiária, das estruturas do capital e do trabalho etc. No entendimento das regiões produtivas como unidades espaciais de trabalho, é importante trazer ao primeiro plano o “processo imediato do trabalho” específico para cada produto, tanto para conhecer sua extensão quanto sua evolução e relação comparada às outras áreas (SANTOS, 2020 [1995], p. 96 – 97).

Nesta seção, buscou-se elencar alguns aspectos importantes para o conhecimento da realidade de cada UNF, a partir de variáveis relacionadas a alguns aspectos do espaço (regionalização), da atividade econômica, da estrutura do capital e do trabalho utilizado, além dos conflitos ocorrentes em cada realidade socioterritorial. Cada subitem trata separadamente de um conjunto de aspectos, mas não se deixa de reconhecer a inafastabilidade entre eles, o que culminará, em síntese, nos tensionamentos finais do capítulo.

4.2.1 Das regionalizações e políticas de ocupação territorial

Quando analisada mais como resultado de um antigo projeto empresarial de construção de um agente hegemônico de mercado e menos como uma pessoa jurídica de dimensões fortuitamente definidas por oportunismo de mercado, entende-se a Suzano S.A. como um todo conjugado de confluência histórica da Suzano Papel e Celulose com a Fibria S.A. como suas partes. Assim sendo, a ocupação expansiva da Suzano S.A. sobre o território brasileiro pode ser inicialmente abordada como uma dispersão centrífuga, progressiva e parcialmente concêntrica a partir da cidade de São Paulo, local que ainda guarda o principal escritório da empresa. Conforme resumido anteriormente neste capítulo, a produção de pasta celulósica da Suzano se inicia em 1941 no município de São Paulo e se expande à respectiva região metropolitana nas décadas seguintes após a aquisição de outras fábricas. Até então, a produção estava alinhada à concentração produtiva e econômica que caracterizava a região de São Paulo e é assim que se torna possível exemplificar na produção de papel e celulose pelo seu maior expoente atual as ideias de desconcentração e integração territorial nacional que fundamentaram os PNDs na década de 1970.

Em alinhamento às diretrizes do II PND, o advento dos distritos florestais-industriais coadunado aos fundos de investimento setorial para reflorestamento incentivaram o início da produção madeireira voltada ao setor de celulose e papel em outras regiões brasileiras. Assim, a década de 1970 testemunhou a efetiva proliferação de plantios de eucalipto e surgimento de dois distritos florestais no Brasil: um que compreendia a porção sul da Bahia e norte do Espírito Santo e outro na região leste do Mato Grosso do Sul, ambos ligados à programas nacionais de reflorestamento e de incentivo ao setor de celulose e papel, amparados no II PND (BACHA, 1991; KUDLAVICZ, 2011, SILVA, 2017; DELCOL; HEIMBACH, 2024). Foi esta configuração jurídico-administrativa que fez surgir a base florestal que fundamentou a instalação da primeira fábrica da Aracruz Celulose no norte do ES, na década de 1970, e a instalação da fábrica da Bahia Sul no sul da Bahia, na década de 1990 (SUZANO, 2024a). Além destas, tal condicionamento possibilitou, mesmo que mais à posterioridade, o surgimento da fábrica da VCP/Fibria S.A. no leste do MS no final da década de 2000, ainda que o projeto industrial inicialmente idealizado para o distrito florestal tenha sido considerado um fracasso, cabendo à região, por anos, somente o cultivo e comercialização/abastecimento de madeira às fábricas localizadas no estado de São Paulo (SILVA, 2017).

Atualmente, as mais novas fábricas em atividade ou construção estão progressivamente sendo localizadas em pontos cada vez mais distantes das áreas historicamente centrais do setor. Isto se exemplifica pela inauguração da fábrica em Imperatriz – MA, em 2013/2014, e pelo início da construção da nova fábrica em Ribas do Rio Pardo, em 2021, tida como uma interiorização produtiva quando comparada à fábrica de Três Lagoas – MS (praticamente em sentido linear) em relação à São Paulo. Em outras palavras, a escolha pelos locais de instalação das mais novas fábricas da Suzano S.A. vem se dando analogamente em forma de anéis de crescimento¹ cada vez mais distantes do centro dispersor histórico que é São Paulo, dando sinais evidentes de espalhamento produtivo no território brasileiro.

Tal percepção e enredamento territorial está alinhado com o que se observa nos circuitos da produção agropecuária como um todo. Com efeito, é justamente nas

¹ Os objetos de estudo da ciência dos padrões temporais e espaciais de plantas lenhosas (dendrocronologia) são os chamados anéis de crescimento, que são as camadas concêntricas de crescimento radial das árvores. Cada par serve como demarcador de um ciclo anual de crescimento – ou seja um ano de idade – sendo os anéis mais periféricos aqueles mais novos e os mais centrais, os mais antigos.

principais metrópoles do mundo que se concentra o comando referente ao agronegócio, estando as cidades globais em posição hierarquicamente superior às demais cidades da rede urbana (ELIAS, 2022). Em se tratando de Brasil, segundo Elias (2017), é justamente a cidade de São Paulo que se mostra como o epicentro do comando produtivo do agronegócio por ser o local escolhido como sede de grandes corporações nacionais e internacionais, funcionando, muitas vezes, como um elo subalterno de uma cadeia de comandos advindos e/ou voltados ao exterior.

De maneira típica, processos de diferenciação de pontos no território são acompanhados por condições de infraestrutura de transporte que facilita os mais diversos fluxos entre estes pontos, seja ele disseminador ou reprodutor de determinadas ordens. Em se tratando de produção primária, a infraestrutura ferroviária se mostrou crucial para os fluxos materiais do setor no Brasil, e por questões de desenvolvimento territorial e formação socioespacial históricos do país, a porção litorânea se construiu como a maior beneficiada nesse sentido, uma vez que as ferrovias conectam os pontos locais de produção das *commodities* e os portos de exportação internacionais (ALVES, 2024). Seja ligado ao setor mineral ou ao agrícola, a importância das ferrovias para o escoamento produtivo confere aos lugares que as suportam e agentes que as operacionalizam (concessionárias) ou acessam (utilizadores) vantagens materiais para o desenvolvimento, uma vez que servem, em última instância, como fator de diferenciação espacial. Tal diferenciação, no entanto, pode estar vinculada mais às dinâmicas externas do que propriamente às internas e, tratando-se do mercado de *commodities* minerais e agrícolas, tal fato se concretizou na história econômica recente do Brasil, com o aumento exponencial das exportações e liquidez internacional da produção brasileira, tendo na demanda do mercado asiático (sobretudo, chinês) sua força motriz (MICHELLOTTI; SIQUEIRA, 2018). Tal conclusão se torna nebulosa para as rodovias, pois, ao contrário da priorização do uso do modal ferroviário para o transporte de cargas em detrimento do uso para transporte de pessoas (ALVES, 2024), o uso de rodovias é mais complexo e difundido em termos de agentes e interesses sociais além dos ligados ao mercado de *commodities*.

É importante tensionar que estes fixos que permitem fluxos vão além da ordem material que os atribui sentidos. Para além das cargas que perpassam o território por ferrovias ou são armazenadas para comercialização em armazéns e portos, estão as ordens que definem os rumos e diretrizes produtivas. Para que os vagões de uma composição partam das fábricas em direção aos portos carregando celulose ou

produtos derivados, é necessária uma sequência de ordens dispersas do espaço e no tempo que irão definir o momento exato para se iniciar um transporte, planejados conforme acordos comerciais previamente definidos pelas instâncias administrativas. São as normas técnicas que trazem à esfera da rotina local os sentidos e as regulações que controlam suas dinâmicas. Em termos de prática da Suzano S.A., são as decisões tomadas mormente em São Paulo que influenciam diretamente o cotidiano de operações realizadas nas fábricas e UNFs dispersas pelo território brasileiro.

Entretanto, do ponto de vista territorial, é importante salientar que não se trata de uma relação de dependência o que se estabelece entre os lugares. Ao menos em termos de sucessão espaço-temporal, entende-se São Paulo como o “centro” desta relação produtiva e as demais UNFs como as “fronteiras”, isto é, lugares de efetiva ou potencial expansão de plantios, fábricas e produção no processo de desenvolvimento da Suzano S.A. no curso do tempo. Conforme Ioris (2018, p. 100, tradução nossa) preconiza, o território das fronteiras não se caracteriza somente por apresentar vantagens locacionais e áreas favoráveis ao investimento, mas também são locais onde velhas e novas formas socioespaciais se coalescem. Nota-se que, mesmo quando o território da fronteira é funcionalizado como receptor de uma determinada norma produtiva advinda do centro, ele também se comporta como norma a depender da escala de análise, uma vez que ambos constituem configurações espaciais singulares pertencentes processos mais amplos de produção do espaço (IORIS, 2018). Nesse contexto, a fronteirização² é entendida como

[...] Uma gama de processos interconectados de ruptura socioecológica e reorganização espacial que afetam regiões crescentemente sob a esfera de influência dos – e estabelecidos primeiramente para atender aos – centros capitalistas nacionais e internacionais (IORIS, 2018, p. 100, tradução nossa).

Este processo de construção diacrônica que explica a hierarquia sincrônica de São Paulo em relação aos outros lugares/regiões produtivas suscita a relação dialética que a cidade guarda com o campo e que o subespaço urbano guarda com o agrícola. De acordo com Santos (2013a [1994]), as cidades se apresentam menos vulneráveis

² Tradução livre de *frontier-making*, empregado no artigo original. Optou-se pela utilização do termo “fronteirização” – enquanto ato ou efeito de se criar ou interpretar fronteiras – para criar uma aproximação com o termo “regionalização”, por sua vez central na leitura deste capítulo.

à marcha de capitais e práticas hegemônicas fundadas em racionalidades modernizadoras por vetores verticais, em grande medida pelo fato de o meio ambiente preteritamente construído estes locais muitas vezes não ser tão funcional – salvo quando ressignificados – às novas formas de reprodução do capital novo. Isso se deve, no campo da dinâmica do cotidiano citadino, em razão destes locais se caracterizarem pela reunião e associação de “pedaços de tempo materializados” diversos e consequente autorização de comportamentos econômicos e sociais igualmente diversos (SANTOS, 2013a [1994], p. 91). Dessa forma, no contexto da história de ocupação humana tipicamente urbanizadora, as cidades já vinham servindo como palco das existências capitalistas (e devidas resistências) que marcam o território. Porém, as cidades já não se comportam como o *locus* por excelência dos novos capitais hegemônicos, convocando o campo como alvo da reprodução capitalista que redefine o espaço através de uma “racionalidade sutil que nos vem no bojo do trabalho”, cuja regulação passa a ser cada vez mais comandada por forças de mercado hegemônicas e deixa cada vez menos margem às regulações locais (SANTOS, 2013a [1994], p. 90 – 91).

É mister pontuar que esta forma de ocupação/regulação territorial vetorizada verticalmente se dá de forma multiescalar. Se na produção de pasta celulósica pela Suzano S.A. se manifesta a hierarquização inter-regional de uma região do mandar (sede de São Paulo) sobre as regiões do fazer (UNFs), o mesmo se observa na escala intrarregional. De fato, uma vez que a produção se dá de forma verticalmente ordenada, a regulação produtiva e consequentemente territorial se dá a partir da imposição das demandas das fábricas de Jacareí, Suzano, Limeira, Aracruz, Mucuri, Três Lagoas e Imperatriz sobre os plantios de eucalipto nos respectivos municípios de cada UNF. Em outras palavras, produz-se no campo o que se necessita na indústria, nas exatas condições para uma determinada eficiência e fluidez produtiva, isto é, o fluxo imaterial (ordem) que parte da fábrica ao campo retorna como fluxo material (madeira), realizando nesta relação territorial a divisão espacial do trabalho que funcionaliza cada fração das regiões produtivas.

Do ponto de vista meramente material em termos de ocupação do território, as produções de pasta celulósica nas cinco UNFs parecem se equivaler estruturalmente sob a ótica dos objetos técnico-produtivos empenhados: plantios de eucalipto e fábricas; além das vias de diferentes modais de transporte rodoviário e ferroviário que conecta ambas tipologias de objeto aos armazéns e portos para circulação e

distribuição para o consumo. Entretanto, sabe-se que cada lugar se apresenta como uma realidade estrutural específica e que cada estrutura é composta por um arranjo material e por uma organização funcional, além dos movimentos que as impelem para mudanças e adaptações, do ponto de vista interno e externo (SANTOS, 2013a [1994]).

O significado das relações entre lugares e de suas variáveis assume uma camada ainda mais profunda em termos espaciais quando posta em perspectiva a dimensão temporal. Sobre isso, Santos (2013a [1994], p. 60) distingue a noção de idade tecnológica da noção de idade organizacional, sendo a primeira dada em função da idade da técnica adotada, e a segunda estando “ligada à forma como são dispostos, em termos de espaço e de tempo, os fatores de trabalho correspondentes aos dados técnicos em questão”. Apesar de a aproximação técnica utilizada para a produção de pasta celulósica nestas UNFs ser essencialmente a mesma tanto na silvicultura/monocultura quando na indústria em seus constantes processos de modernização produtiva (idade tecnológica), a idade organizacional das UNFs são diferentes, permitindo inferir que as UNFs de São Paulo é a mais antiga, seguida pela de Aracruz e Mucuri – todas datadas do século XX –, enquanto a de Mato Grosso do Sul e Imperatriz são as mais novas, datadas da década de 2000 e 2010, respectivamente.

No entanto, pontua-se que a data de origem de cada região produtiva não se dá propriamente com a inauguração das fábricas em cada UNF, mas sim quando os instrumentos, meios ou formas de trabalho se tornaram uma forma de ação produtiva de emprego imediato ou posterior, isto é, quando se iniciou o plantio das monoculturas de eucalipto que, via de regra, antecedem a construção das fábricas. Importante, aqui, pontuar que, pelo fato de o setor florestal ser multiproduto e a madeira poder ser destinada a diversos usos, é conveniente propor a diferenciação sistemática de regiões silviculturais ou produtoras de madeira (como gênero) das regiões produtoras de celulose, de carvão vegetal ou de quaisquer outros produtos madeireiros e não madeireiros (como espécie). Isso porque pode haver a mudança de objetivo por qualquer motivo e a madeira dos plantios mudarem de direcionamento quanto ao uso, e uma região que em princípio se caracterizava pela produção de madeira vinculada à produção de carvão vegetal pode vir a se vincular à produção de pasta celulósica e vice-versa, após algumas adaptações técnicas específicas. Assim sendo, para os

casos em tela, a base florestal antecedeu a instalação das fábricas das UNFs, estando desde o início ligada ao setor de papel e celulose, ou não.

Para além das condicionantes em termos puramente técnicos da produção e seus objetos, é no campo das relações sociais que repousa a explicação de como conjuntos de técnicas semelhantes atribuem resultados diferentes a depender dos lugares, uma vez que, estes, guardam combinações específicas de variáveis que “extrapolam o processo direto da produção e permitem pensar num verdadeiro processo político da produção” (SANTOS, 2013a [1994], p. 59 – 60). É no escopo das diferenças destas variáveis que, em grande parte, estão as questões regionais que fundamentam a distinção temporal e espacial das cinco UNFs no que tange a seus territórios, economias e sociedades, a serem explorados mais adiante neste capítulo.

A (des)regulação política via de regra acompanha a regulação técnica do território. Podemos, assim, ao bem da interpretação, enxergar não só a produção a partir de suas ordens técnica e política, mas também a regionalização, encarando-a como efeito da técnica sobre o território ou, ainda, como significação política-econômica-territorial que visa atrair uma ou mais técnicas. É nessa relação que se compreende as bases genealógicas da implantação da técnica nas regiões compreendidas pelas UNFs Aracruz, Mucuri e Mato Grosso do Sul como produtos políticos dos instrumentos de planos macroeconômicos e incentivos fiscais ao longo do século XX. O uso produtivo do território pelo setor florestal nestas três regiões está ligado à instituição pública destas áreas como distritos florestais visando a priorização de recebimento de recursos dos fundos setoriais nas décadas de 1970 e 1980 (BACHA, 1991; HORA, 2015; DELCOL; HEIMBACH, 2024). A decisão de construir as fábricas nestas três regiões está ligada, simultânea ou posteriormente, à existência de plantios frutos de incentivos públicos, mesmo que com temporalidades e naturezas distintas, e esta é uma característica compartilhada também com a UNF Imperatriz.

A regionalização que marca a UNF Imperatriz é um caso que guarda especial aproximação com a UNF Mucuri. A relação existente entre as duas regiões é, sobretudo, administrativa, uma vez que ambas nascem das intenções de diversificação produtiva e ações da CVRD no final do século XX, através do projeto Bahia Sul em parceria com a Suzano Papel e Celulose, na Bahia, e do projeto Celmar S.A. em parceria com diversas empresas, no Maranhão. Outra UNF que guarda uma relação especial com a de Imperatriz é a do Mato Grosso do Sul, que apesar da aproximação em termos de data de início da atividade das fábricas (2009 e

2013/2014), apresenta distinções consideráveis em termos de tecnosfera e psicosfera que culminam em uma distinção regional igualmente destacável.

Sobre o uso do território, a tabela 12, a seguir, traz a soma das áreas dos municípios mobilizados com plantio, a área plantada e a proporção de ocupação por plantios para cada UNF, cujos valores permitem interpretações quando lidas pelos processos distintos de regionalização.

Tabela 12 – Área total, plantada e proporção de ocupação por UNFs, referente a 2022.

UNF	Área total dos municípios (ha)	Área plantada (ha)	Ocupação por plantios (%)
Mato Grosso do Sul	8.206.935,00	405.236,43	4,94
Aracruz	2.709.330,50	167.468,65	6,18
Mucuri	2.896.637,10	224.688,67	7,76
Imperatriz	17.826.081,69	18.055,49	0,10
São Paulo	5.942.622,00	227.559,00	3,83
TOTAL	-	1.043.008,24	-

Fonte: Resumo Púb. do Plano de Manejo Florestal – SUZANO, 2024c; elaborado pelo autor

Os dados demonstram que as regionalizações de São Paulo e de Imperatriz – respectivamente, a mais antiga e a mais nova, tanto em termos silviculturais quanto industriais – são as que apresentam menor ocupação proporcional de plantios por área. É evidente que tal cálculo está diretamente relacionado à extensão dos municípios envolvidos, fator que independe da técnica produtiva em si e que está mais relacionado aos processos de formação territorial de cada local. Porém, destaca-se a coincidência entre a ocupação proporcional das regionalizações de Mato Grosso do Sul, Aracruz e Mucuri (os maiores valores) e o fato de o início da produção nestes lugares estar direta e expressamente ligado às políticas públicas de incentivo fiscal, integração nacional (no escopo dos PNDs) e investimento de fundos setoriais federais. Em outras palavras, significa dizer que, em algum período, tais regionalizações produtivas se deram a partir de ações técnicas vinculadas diretamente às ações políticas, sobretudo ao longo da década de 1970.

Caso à parte, a UNF São Paulo apresenta em sua genealogia causas aparentemente mais ligadas aos interesses de crescimento privado da empresa do que propriamente público na prática de uma regionalização, provavelmente por sempre ter estado inserida ou próxima à Grande São Paulo, região já marcada por

intensos e expansivos processos de metropolização desde os primórdios do século XX (SANTOS, 2019 [1990]). Em outras palavras, desde seu nascimento, pode-se considerar que a UNF São Paulo não comunga das dinâmicas espaciais que marcam as relações que caracterizam as outras UNFs, sobretudo quando considerado o desenvolvimento espacial desigual que caracterizou o desenvolvimento territorial brasileiro do século XX e confrontou São Paulo com o restante do país.

Entre as realizações do cotidiano dos lugares e legitimações institucionalizadas de uso do território, a tecnosfera e a psicosfera se configuram, desconfiguram e reconfiguram continuamente. Os processos de regionalização dificilmente são iniciados pontualmente no território e se mostram sempre sistêmicos, atributo que caracteriza o próprio espaço. Logo, mesmo que a instituição dos distritos florestais da década de 1970 e seus imperativos administrativos de valência regional – que tanto beneficiaram a atividade florestal do Mato Grosso do Sul, Espírito Santo e Bahia – não tenham mais validade prática-operacional, seus efeitos sobre a configuração espacial destes lugares permanecem materializadas no território. Além disso, o espaço comporta diversos movimentos e divisões espaciais do trabalho que simultânea e cumulativamente condicionam o espaço, sendo na síntese destes movimentos que se manifestam tendências e oportunidades. É o caso que fundamentalmente diferencia a UNF Mato Grosso do Sul e a UNF Imperatriz das outras.

Para além da diferença genealógica de ordem temporal, isto é, a diacronia de cada região enquanto produtora de madeira, existe também uma diferença de ordem sincrônica. Enquanto a evolução produtiva no leste do MS se viu expressamente legitimada por uma regionalização político-institucionalizada, o MA esteve vinculado a processos expansivos de uma fronteira agrícola em curso desde a década de 1970 e 1980, que foi reconhecida político-institucionalmente em 2015, pela promulgação do Decreto Federal 8.447/2015 que definiu os limites do Matopiba (AGUIAR *et al*, 2024).

É importante ressaltar que a existência do fenômeno de regionalização sobre o território não necessita da existência de um reconhecimento institucional. Mesmo antes da promulgação do decreto que o reconhecia institucionalmente e após sua revogação, seus processos espaciais existiam e existem, seguindo suas próprias lógicas e movimentos. Por isso, mesmo que acadêmica e (por algum tempo) institucionalmente o nome dado a esta fronteira agrícola seja um acrônimo do nome dos quatro estados que a delimitava, a porção leste do estado do Pará já vinha sendo vinculada às dinâmicas do Matopiba (AGUIAR *et al*, 2024), e a própria ação da Suzano

S.A. nesta região é uma demonstração de tal fato. O processo de expansão produtiva centrado em Imperatriz – MA alcança, hoje, o leste do Pará e o norte de Tocantins, tensionando os limites e outrora atribuído ao Matopiba a partir das relações e fluxos materiais ocorrentes entre lugares internos e externos à sua delimitação. É o movimento de constante reconfiguração regional a partir da técnica e das relações produtivas que, em última instância, tensiona as horizontalidades do território usado.

Em sendo o fenômeno de regionalização um continuum espaço-temporal, existe também a possibilidade de verticalização do seu significado culminando em graus de enraizamento sobre uma determinada fração do território. Um exemplo de aprofundamento é o recente reconhecimento institucional da região de Três Lagoas – MS como o “Vale da Celulose”, a partir da criação, em 2022, de um polo tecnológico voltado ao “desenvolvimento e fomento de inovação” nesta região e que “decorre do desejo de instituições em unificar as capacidades técnicas de Três Lagoas em uma direção que estimule a inovação e a tecnologia” (VALE DA CELULOSE, 2024). Supostamente visando o desenvolvimento socioeconômico da região de Três Lagoas, constam no elenco de instituições envolvidas na criação e no funcionamento desta articulação público-privada diversas instituições de ciência, tecnologia e de inovação, sociedade civil, empresas (Suzano S.A. inclusa) e Governo (do Estado do MS e Prefeitura Municipal de Três Lagoas – MS).

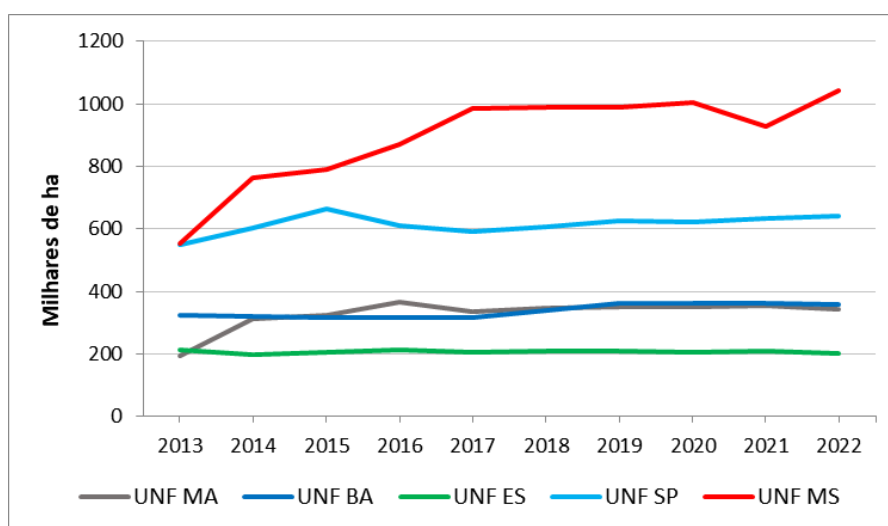
Os pontos até aqui apresentados procuram caracterizar cada região a partir de diferentes formas de ser e formas de existir no território e na totalidade do espaço nacional. Apesar dos argumentos desenharem diferenciações abstratas, eles são importantes para uma leitura mais ampla da dinâmica interna de cada região.

4.2.2 Dos aspectos produtivos e econômicos dos subespaços

O fato de um plantio de eucalipto poder servir a diferentes fins, mudando somente e eventualmente o espaçamento entre plantas, o tempo e as técnicas empenhadas, torna difícil a interpretação em meso e macroescala do uso produtivo do território a partir da mera existência de formas/objetos. Em outras palavras, os dados disponibilizados pelo IBGE sobre o efetivo de área plantada com eucalipto não discriminam os usos pretendidos, e este aspecto deve servir somente como contexto de ocupação territorial. Por exemplo, uma determinada área plantada pode existir para futuramente fornecer madeira ao setor de carvão vegetal, madeira em tora para papel

e celulose ou então para serraria. De qualquer modo, julga-se necessária a ilustração da evolução deste aspecto material do território, conforme figura 9, a seguir. Por limitação dos dados disponíveis por espécie de árvore em relação ao eucalipto, só foi possível o acompanhamento dos valores a partir do ano de 2013.

Figura 9 – Área plantada com eucalipto por ano e UNF.



Fonte: PEVS – IBGE, 2022; elaborado pelo autor.

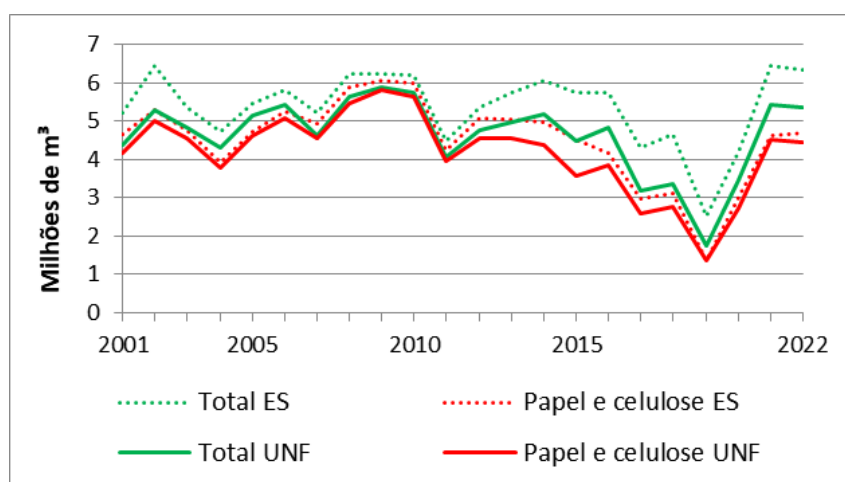
Quando observados o início e o fim do período constante da figura anterior, os dados demonstram uma relativa estagnação na área plantada com eucalipto nas regiões do Espírito Santo e Bahia, além de um leve aumento na região de São Paulo, e um significativo aumento nas regiões do Maranhão e Mato Grosso do Sul. Destaca-se os elevados valores absolutos de área registrados na UNF SP e UNF MS em comparação às outras, com a região sul-mato-grossense apresentando quase três vezes a área das três regiões de menor valor. Em termos relativos, a UNF MS também se destaca por ter quase dobrado sua área plantada entre 2013 e 2017, comportamento igualmente registrado na UNF MA, cuja área com eucalipto também quase duplicou entre 2013 e 2016; com ambas as regiões apresentando área relativamente constante desde então. Em suma, em termos de expansão da ocupação do território por plantios florestais, as UNFs MS e MA apresentaram mudanças significativas, enquanto as UNFs ES, BA e SP não registraram igual comportamento.

Contudo, para que uma análise do território ultrapasse as limitações da forma e ganhe as dimensões do conteúdo, deve-se considerar os usos atribuídos aos objetos em questão, isto é, aos plantios florestais com eucalipto. Por isso, procedeu-

se com a análise de dados ligados à produção, na figura das quantidades de madeira em tora produzida para papel e celulose, em paralelo às quantidades de madeira em tora produzida no total, para tornar possível uma comparação do comportamento parcial do setor madeireiro em cada região e estado articulado na produção.

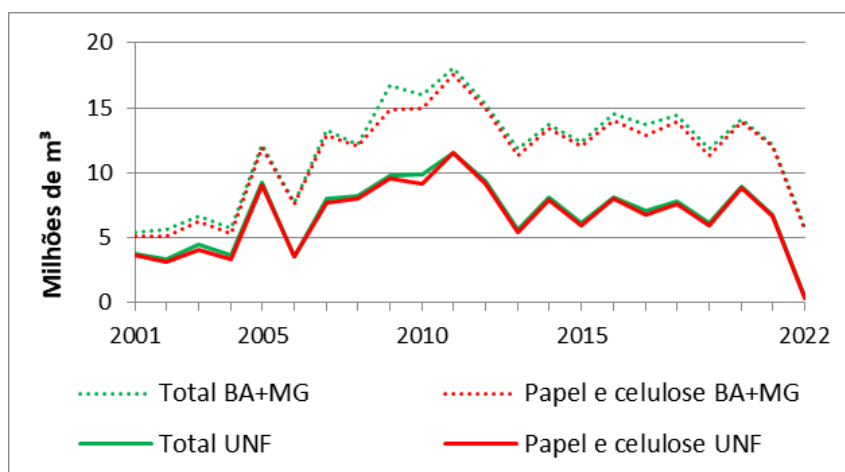
O conjunto de figuras gráficas a seguir traz as séries históricas da quantidade de madeira em tora produzida para papel e celulose e no geral referentes a cada UNF e aos estados envolvidos em cada uma destas regiões produtivas. As figuras 10, 11 e 12 demonstram, respectivamente, as quantidades referentes às regiões de Aracruz – ES, Mucuri – BA e São Paulo – SP: as que registram as atividades fabris mais longevas, com início datado ainda no século XX.

Figura 10 – Madeira em tora produzida na UNF ES e em todo o estado.

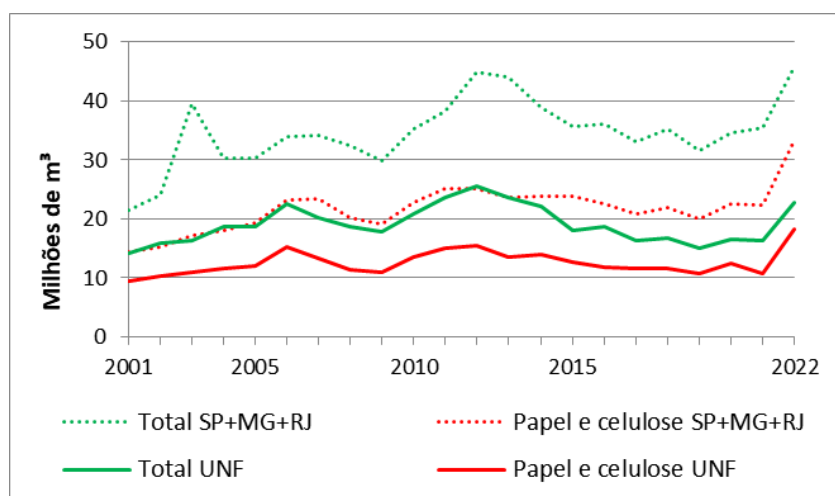


Fonte: PEVS-IBGE, 2022; elaborado pelo autor.

Figura 11 - Madeira em tora produzida na UNF BA e em todos os estados.



Fonte: PEVS-IBGE, 2022; elaborado pelo autor

Figura 12 - Madeira em tora produzida na UNF SP e em todos os estados.

Fonte: PEVS – IBGE, 2022; elaborado pelo autor.

Pelos dados dispostos no conjunto de figuras apresentado, é possível traçar similaridades e diferenças entre as quantidades de madeira em tora produzidas nas regiões. Analisando os valores no início e no final do período, percebe-se que a UNF ES (figura 10) apresentou relativa constância, apesar da queda progressiva entre 2011 e 2019, retornando ao mesmo patamar produtivo a partir de 2020. A UNF BA (figura 11), apesar de ter dobrado sua produção ao longo da década de 2000, manteve-se constante na década seguinte, chegando a registrar uma abrupta queda no ano de 2022 (talvez um erro de registro do IBGE). Já a UNF SP (figura 12) também registrou valores relativamente constantes entre o início e final do período, porém destaca-se a ampla superioridade dos valores apresentados pela região e pelo estado sobre BA+MG e ES ao longo de todo o tempo.

Aprofundando-se um pouco mais nos valores de produção, existem diferenças em termos proporcionais que denotam graus de especialização distintos das UNFs com seus estados. Assume-se a ocorrência de uma especialização em duplo significado: um em termos produtivos, ao comparar os valores da produção de madeira em tora para papel e celulose com os de madeira em tora total para a UNF; e outro em termos territoriais/regionais, quando comparada a produção de madeira em tora para papel e celulose entre as UNFs e seu(s) respectivo(s) estado(s). A tabela 13, a seguir, sintetiza essas comparações e proporções a partir das médias entre as produções registradas entre 2001 e 2022 em cada UNF e respectivo(s) estado(s).

Tabela 13 – Média das proporções entre produções por UNF, 2001 - 2022 (em %)

Prod. madeira em tora	UNF ES	UNF BA	UNF SP
Pap. & Cel. / Total	89,14	95,53	66,22
Pap. & Cel UNF / Pap. & Cel. UF	92,58	57,29	58,31
Fonte: PEVS-IBGE, 2022; elaborado pelo autor			

Os valores de produção de madeira em tora para papel e celulose apresentados nas figuras 10, 11 e 12 assumem uma camada de relativização importante em termos de compreensão dos graus de especialização setorial e regional quando mediados pelos dados da tabela 13. Enquanto a UNF SP apresenta graus não tão elevados em ambas as especializações, a UNF BA e a UNF ES apresentam elevadíssimo grau de especialização setorial, com a segunda UNF apresentando também um elevado grau de especialização regional. De forma explicativa, entende-se por “especialização setorial”, no contexto desta discussão, a relação entre a produção de madeira em tora para papel e celulose comparada à produção de madeira em tora total na região, enquanto “especialização regional” diz respeito à participação relativa da produção de madeira em tora para papel e celulose na região em comparação à produção de mesma natureza em nível estadual.

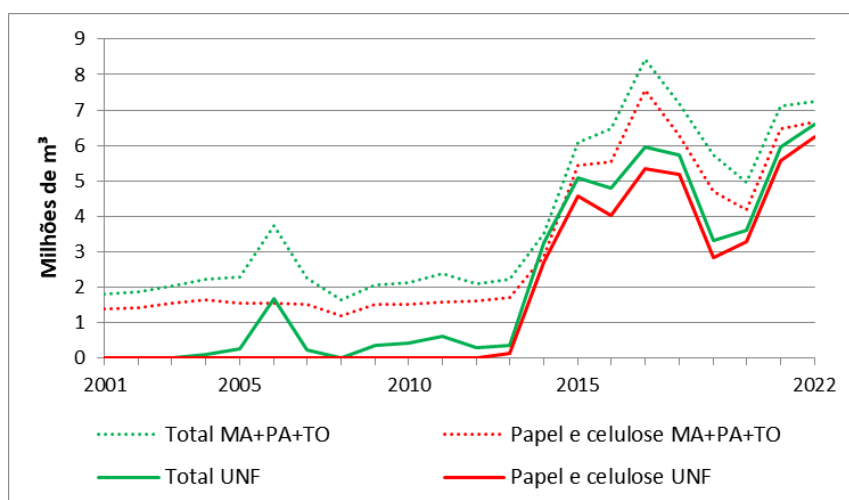
Em outras palavras, segundo dados da tabela 13, na abrangência da UNF SP, a produção de madeira em tora encontra, também, outras finalidades que não o setor de papel e celulose – apesar do relativo domínio – e representa pouco mais da metade da participação na produção de madeira para este setor nos estados envolvidos. De maneira parcialmente semelhante, a UNF BA também registra uma produção de madeira em tora para o setor de papel e celulose que representa um pouco mais da metade do total produzido em nível de estado, com o detalhe de 95% da produção de madeira em tora na região ser destinada ao setor de papel e celulose. Já a UNF ES se destaca em ambos os critérios: a produção de madeira em tora para papel e celulose representa quase 90% da produção total na região, enquanto concentra quase 93% da produção de madeira voltada ao setor em todo o estado.

É evidente que os valores refletem os contextos espaciais distintos que permeiam as três realidades territoriais. Em São Paulo, por exemplo, há uma maior diversificação econômica da cadeia florestal, além da presença de outros agentes do setor distribuídos pela região produtiva e pelo estado. Na Bahia, a própria presença

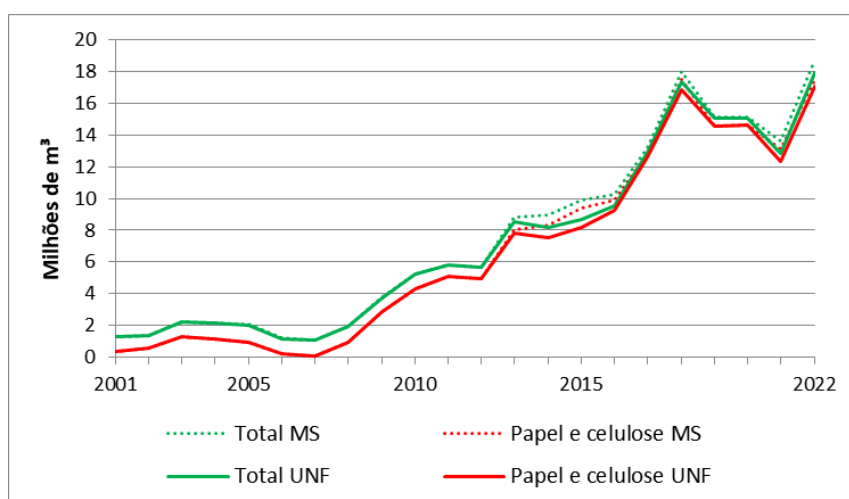
da Veracel Celulose na região de Eunápolis – BA atua na distribuição da produção à outras localidades não abrangidas pela UNF BA, enquanto no Espírito Santo, a produção se vê histórica e diretamente vinculada às ações da atual Suzano S.A, com o território produtivo refletindo diretamente tais dinâmicas concentradoras.

Em se tratando das duas outras e mais recentes UNFs, um outro fator se torna visível a partir dos gráficos de produção de madeira em tora nas duas regiões. O fato de o início das atividades das fábricas de celulose nas duas localidades ter sido feito ainda neste século faz com que o contexto da produção madeireira anterior e posterior às ações produtivas pela Suzano S.A. em cada região seja posta em análise, relacionando tempo, espaço, técnica e política.

Conforme observado nas figuras 13 e 14, a seguir, que trazem, respectivamente, as produções de madeira em tora produzida no geral e especificamente ao setor de papel e celulose para a UNF MA e UNF MS (e respectivos estados envolvidos, destaca-se uma mudança abrupta no comportamento das curvas a partir de um determinado ponto no período. Os anos 2013 e 2014, na figura 13, e os anos 2007, 2008 e 2009, na figura 14, constituem pontos de inflexão das curvas de produção a partir dos quais elas apresentam uma ascendência que levam a produção nestas regiões a patamares inéditos. Tais períodos equivalem exatamente à entrada da Suzano S.A. nestes territórios, com o detalhe de no MS ela fazer parte de um conjunto de empresas que contemporaneamente se tornaram ativas no local (as outras foram a CMPC e a Arauco, em 2009, e a Eldorado Celulose três anos depois). Portanto, existe uma vinculação temporal direta entre a atividade da Suzano S.A. e a configuração produtiva do território.

Figura 13 - Madeira em tora produzida na UNF MA e em todos os estados.

Fonte: PEVS – IBGE, 2022; elaborado pelo autor.

Figura 14 - Madeira em tora produzida na UNF MS e em todo o estado.

Fonte: PEVS – IBGE, 2022; elaborado pelo autor.

Além disso, destaca-se os saltos absolutos e relativos da quantidade de madeira em tora produzida entre o início e o fim do período em ambas as regiões e a associação que tais comportamentos apresentam com o início da atividade da Suzano S.A. Os valores de produção que a UNF MS registrava nos anos anteriores à 2007 dificilmente ultrapassavam 1 milhão de m³, porém a ascendência observada após 2009 levou ao registro de valores próximos a 18 milhões de m³ em anos mais recentes. No caso da UNF MA, apesar dos valores absolutos máximos alcançados representarem somente 1/3 dos valores da UNF MS, o aspecto relativo do salto produtivo é emblemático. Isso porque os municípios mobilizados na UNF MA não registravam produção de madeira em tora para papel e celulose até 2012, ou seja, o

início da atividade fabril da Suzano S.A. em 2013/2014 na região é um fator decisivo para a reconfiguração produtiva do território, servindo de vetor protagonista de uma nova lógica em perspectiva temporal-espacial. É importante ressaltar que, segundo dados da PEVS (IBGE, 2022), a inserção de municípios do Tocantins como abastecedores de madeira em tora para papel e celulose à UNF MA se deu somente a partir de 2017, enquanto o Pará passou a ser mobilizado em 2014, e o Maranhão já em 2013.

Em primeira instância, há uma distinção gráfica entre as duas regiões quanto às proporções de produção e as especializações produtivas e territoriais observadas. A aproximação da curva de produção de madeira em tora para papel e celulose e no geral são grandes em ambas as regiões, representando graus parecidos de especialização setorial. Por outro lado, apesar da diferença de escala do eixo vertical, percebe-se que a UNF MS (figura 14) apresenta uma proporção mais próxima de 1:1 na produção de madeira em tora para papel e celulose entre a região e o estado, enquanto a UNF MA (figura 13) apresenta proporções menores, apesar de também registrar uma significativa aproximação. Em outras palavras, ambas as regiões se destacam pelo grau de especialização regional, com destaque às condições da UNF MS em razão dos valores absolutos alcançados, cabendo à UNF MA um destaque quanto à amplitude entre os patamares produtivos do início e do fim do período analisado. As proporções referidas anteriormente estão ilustradas na tabela 14, a seguir.

Tabela 14 – Média das proporções entre produções por UNF, antes e depois das fábricas (em %)

Prod. madeira em tora	UNF MS		UNF MA	
	Antes	Depois	Antes	Depois
Pap. & Cel. / Total	37,45	92,19	2,75	89,16
Pap. & Cel. UNF / Pap. & Cel. UF	100	96,48	0,57	80,51

Fonte: PEVS-IBGE, 2022; elaborado pelo autor

Conforme discutido anteriormente, a tabela anterior ilustra a reconfiguração produtiva do setor florestal madeireiro no nível das regiões e suas relações com os estados mobilizados. O início das atividades das respectivas fábricas serve de marcador temporal de uma nova situação espacial, qual seja a primazia que o setor

de papel e celulose passa a ter em relação à produção de madeira em tora nestas regiões, isto é, ilustrando uma especialização setorial. Além disso, a especialização regional se manifesta em diferentes graus. No caso da UNF MS, a pequena diminuição da participação da produção de madeira em tora para papel e celulose na região em comparação ao estado indica a ocorrência de produção em outros lugares não-abrangidos pela região, podendo serem incluídos ou não nela a depender das dinâmicas futuras da Suzano S.A. No caso da UNF MA, observa-se um aumento de ambas as ordens de especialização, com o detalhe de que esta ressignificação vem se dando em um menor período que na UNF MS e todas as outras UNFs, uma vez que a atividade maranhense é a mais nova de suas regiões-irmãs, com uma idade organizacional de somente dez anos.

Sumarizando categoricamente as cinco regiões em termos de proporções de madeira em tora produzida para papel e celulose entre os anos de 2001 e 2022, temos que a UNF MS é a região de maior grau de especialização regional, seguida pela UNF ES, UNF MA, UNF SP e UNF BA. No entanto, a UNF MA guarda uma característica distinta em relação às outras o que tange às dinâmicas espaço-temporais, justificadas por ser a mais recente deles (em contraste com São Paulo, Espírito Santo e Bahia) e, sobretudo, por esta região ter sido incluída nos circuitos da celulose de mercado com o início da atividade da Suzano S.A. no território, sendo ela seu agente hegemônico virtualmente isolado em termos setoriais. De fato, a associação temporal direta entre a chegada da Suzano S.A. com o início do registro de produção madeireira destinada ao setor de papel e celulose torna a UNF MA um estudo de caso sobre a organização espacial pela relação de uma grande corporação com as dinâmicas de um território cada vez mais ligado às demandas comerciais desta.

Por outro lado, os elevados valores de produção de madeira ao setor de papel e celulose somado a uma diversidade de outros agentes observados na região da UNF MS indicam um cenário de maior atratividade a novos investimentos. Tal indicativo se mostra real tanto na ordem política – pela instituição desta região como “Vale da Celulose” – quanto na ordem técnica quando considerados os projetos de expansão produtiva com a construção de novas fábricas na região ou em seus limites, a exemplo do Projeto Cerrado da Suzano S.A. referente à fábrica em Ribas do Rio Pardo – MS. Além deste, há também o Projeto Sucuruí da Arauco Brasil referente a uma fábrica em Inocência – MS com início das obras previsto para 2025 e atividades para 2028.

Na prática, o que vem sendo observado na região da UNF MS é um exemplo dos apontamentos de Brandão (2012) sobre a busca política de lugares por condicionamentos vantajosos para atrair novos investimentos no setor, ao se tornarem ambientes mais competitivos através das mais variadas ordens de subsídios em prol da inserção na modernidade, às custas de um comprometimento das finanças locais aos imperativos de um capital cada vez mais sensível às variações do lugar. Suscita-se, então, as antigas discussões dos *clusters* territoriais e das especializações regionais como explicações da expansão produtiva incomparável que a UNF MS apresenta em comparação às outras regiões brasileiras. Em outras palavras, a produção na UNF MS aparentemente se encontra em uma categoria distinta da relação Estado-mercado e da síntese das ordens técnicas e das ordens políticas no atual momento do Brasil; uma retroalimentação específica entre a tecnosfera e a psicosfera que culmina em um uso particularmente legitimado do território.

Com exceção da região compreendida pela UNF SP, o que se observa em todas as outras regiões é a prevalência atual da produção de madeira em tora para papel e celulose em detrimento de outras destinações deste tipo de madeira. O aumento na produção de madeira em tora para papel e celulose pode estar acompanhada de um aumento de área plantada e/ou redirecionamento dos plantios existentes, sendo necessário um aprofundamento em cada caso para o conhecimento da realidade específica. Independentemente de o aproveitamento produtivo advir de plantios de existência prévia e/ou do alargamento de suas dimensões, o expressivo aumento de área plantada e produção de madeira em tora para papel e celulose nas regiões da UNF MS e UNF MA as posicionam em uma categoria distinta em relação às outras, qual seja a de estar enfrentando mais expressamente pressões no sentido de configuração do território.

Tal especificidade produtiva é aprofundada pelo fato de a Suzano S.A. ser considerada um agente mais “novo” nas dinâmicas de organização espacial na abrangência da UNF MA e UNF MS – comparadas às múltiplas décadas de atividade das fábricas nas outras regiões – em um período no qual o agronegócio apresenta uma maior consolidação na formação política brasileira, com suas *commodities* assumindo protagonismo crescente na pauta produtivo-exportadora do país. Conforme pontuado por Frederico (2011, p. 2), o resultado deste cenário de vinculação produtiva e política é não só a *comoditização* da economia, mas também a *comoditização* do território, na medida em que algumas regiões se distinguem por

apresentar atratividade aos investimentos públicos e privados e reunir infraestruturas e normas que as tornam funcionais à lógica do mercado globalizado. Isto condiciona a um crescente direcionamento do território a servir de suporte à produção destas mercadorias mais vinculadas à esta lógica, e aos objetos a serem construídos ou ressignificados para melhor servir a esta produção.

Em sendo a *comoditização* do território um processo cujo grau de intensidade depende de variáveis específicas a cada subespaço, é normal que as cinco regiões produtivas em questão também se distingam em termos de composição de seu meio geográfico. Os processos produtivos e sociais acabam sendo afetados pela forma desigual de distribuição da ciência, da tecnologia e da informação, de modo em que aqueles subespaços com maior densidade de objetos hegemônicos convocam ações hegemônicas (e vice-versa), com cada combinação permitindo lógicas, formas regulatórias e rentabilização específicas aos agentes econômicos e sociais (SANTOS, 2014a [2005], p. 148 – 149). São estes “espaços da racionalidade” que se mostram mais abertos à realização da racionalidade e imperativos dos atores hegemônicos, e talvez isso explique o franco crescimento produtivo na UNF MS e os crescentes investimentos pela Suzano S.A. e outras grandes corporações na região e vizinhança.

Os processos de racionalização de subespaços e *comoditização* do território se dão segundo graus distintos. Os dados de área e produção discutidos neste capítulo indicam diferenciações de intensidade entre as cinco regiões analisadas, mas não permite a determinação destes, sendo necessário um aprofundamento em cada realidade local para este nível de conhecimento. No entanto, percebe-se diferenças quanto à “aceitação” de cada fração territorial em relação objetos/fixos técnicos voltados à produção de celulose de mercado (plantios florestais e indústrias). Se os dados não tornam possíveis identificar os fatos, ao menos identificam as condições necessárias, e quando assumida a ótica da regionalização/fronteirização e relacionada com a evolução da produção de madeira em tora para papel e celulose de cada região, essas distinções se tornam mais evidentes. Assim sendo, do ponto de vista territorial e regional, a UNF MS se encontra em estágio cada vez mais avançado de *comoditização*, enquanto a UNF MA vem apresentando indícios de avanço e, as outras três, indícios de estabilidade, guardadas as respectivas particularidades sistêmicas e todas as outras dimensões sociais, as quais podem contradizer tais afirmativas nas escalas mais locais.

De modo geral, as regiões madeireiras mobilizadas pela produção de pasta celulósica pela Suzano S.A estão apresentando elevada participação relativa na produção em detrimento de outras frações do território nos mesmos estados. Além disso, os dados produtivos das cinco regiões produtivas indicam graus distintos de especialização. É evidente que os complexos movimentos da sociedade são capazes de redirecionar caminhos e alterar a linearidade das tendências, mas os dados produtivos referentes às UNFs mais recentes (UNF MA e UNF MS) indicam um aumento exponencial da relação oferta-demanda por madeira em tora para celulose e papel, permitindo inferir, em uma primeira instância, de escala mais ampla, a ocorrência de processos mais intensos de reconfiguração produtiva e territorial nessas regiões. Os efeitos de tal reconfiguração podem servir de condicionantes de maiores tensões territoriais e na dinâmica social dos lugares, e a consideração dos conflitos territoriais e mudanças na estrutura fundiária servem como indicadores cruciais para o conhecimento da relação entre os agentes, suas ações e o território.

4.2.3 Dos aspectos socioterritoriais

O entendimento da situação de um determinado recorte da sociedade é demasiado complicado porque nem todos os detalhes das diversas esferas e escalas conseguem ser abarcadas analítica e simultaneamente na compreensão do cotidiano social. Por isso, para uma compreensão mais plena dos efeitos e contextos dos objetos que este subitem trabalha, é necessária uma complementação através de visitas à campo, sem, contudo, retirar a validade da análise enquanto indicativa e comparativa a partir de uma abordagem em escala mais ampla para se compreender as disparidades entre as mediações do global com o local, isto é, regional.

4.2.3.1 Estrutura fundiária e as condicionantes da produção

Um primeiro ponto a ser questionado sobre os contextos socioterritoriais destas regiões é quanto à estrutura fundiária de seus territórios. Isso porque, segundo Weber (2004 [1921]), a propriedade serve efetiva e diretamente como base de poder e, aqui, ela está sendo entendida não somente em um sentido específico de detenção de títulos de domínio de natureza cartorial, mas também em um sentido mais amplo de

poder sobre os direcionamentos e apropriação das produções realizadas em uma porção de terra, seja através de parcerias, associações ou fomentos.

A tabela 15, a seguir, traz as proporções de extensão de terra correspondente à cada categoria de imóveis/estabelecimentos rurais segundo sua área, subdivididas em pequena propriedade (área de até quatro módulos fiscais), média propriedade (área superior a quatro e até quinze módulos fiscais) e grande propriedade (área superior a quinze módulos fiscais), a partir dos dados da segunda apuração do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2006) e dos resultados definitivos do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017). Tais definições foram assumidas seguindo o disposto na Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, alterada pela Lei nº 13.465 de 2017, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária. Como módulo fiscal, foi considerada a média entre os valores dos municípios envolvidos para cada região, coletados da plataforma de governança territorial, no sítio eletrônico oficial do INCRA (2024).

Tabela 15 – Proporção dos estabelecimentos agropecuários por grupo de área em cada UNF.

UNF	M. Fiscal (ha)	Pequenas (%)		Médias (%)		Grandes (%)	
		2006	2017	2006	2017	2006	2017
MA	70,8	38,32	40,30	12,37	10,88	49,30	48,82
MS	35	3,13	3,49	6,88	6,31	89,98	90,20
ES	23,7	31,34	38,77	28,18	31,13	40,48	30,10
BA	44,16	25,06	25,61	17,69	21,03	57,25	53,36
SP	19,5	26,08	25,59	33,54	34,45	40,39	39,96

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE, 2006; 2017; elaborado pelo autor

Os dados da tabela 15 indicam uma clara distinção da UNF MS em relação às outras no que tange à proporção de áreas no grupo das grandes propriedades. Enquanto o conjunto de municípios desta região registra cerca de 90% da área agrícola em imóveis rurais de grande dimensão, as outras regiões registram entre 30 e 50% em ambos os censos. Por outro lado, enquanto as outras regiões registram valores entre 25 e 40% da área em pequenas propriedades (com destaque à UNF MA e à UNF ES), a UNF MS registra somente cerca de 3%, evidenciando uma clara desigualdade quanto à distribuição de terras na região. Os valores aproximados entre o Censo de 2006 e o de 2017 indicam uma certa estabilidade na estrutura fundiária

em todas as regiões, o que já era previsível na medida em que uma revolução no quadro estrutural de um determinado subespaço (na ausência de um notável movimento de ruptura) requer um tempo maior que o período intercenso típico, já que a própria construção destes subespaços se deu e se dá de forma longa no tempo.

Além das diferenças em área dos estabelecimentos agropecuários entre as regiões, evidenciam-se graus de concentração fundiária em todas elas quando se considera o número de estabelecimentos. Analisando os dados do Censo de 2017, percebe-se que, apesar das pequenas propriedades representarem a maior proporção do número de estabelecimentos (na maioria dos casos chegando próximo a 90% do número total), elas guardam a menor proporção de área. Por outro lado, as grandes propriedades registram proporções do número de estabelecimentos menores que 5%, mas guardam uma proporção de área próxima de 40% (com exceção da UNF MS). Tais situações iluminam condições de concentração fundiária na abrangência territorial de todas as cinco regiões. Os referidos valores de número de estabelecimentos estão dispostos na tabela 16, a seguir.

Tabela 16 – Número e proporção de estabelecimentos agropecuários por grupo de área, por UNF.

UNF	Pequenas		Médias		Grandes	
	(un.)	(%)	(un.)	(%)	(un.)	(%)
MA	53.194	96,48	911	1,65	1.030	1,87
MS	6.887	63,24	1.223	11,23	2.781	25,53
ES	24.468	93,13	1.481	5,64	325	1,24
BA	12.445	89,43	850	6,11	621	4,46
SP	38.246	86,72	4.691	10,64	1.166	2,64

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE, 2006; 2017; elaborado pelo autor

É importante salientar um aspecto metodológico dos levantamentos do IBGE que tende a influenciar os cálculos baseados nos dados coletados pelo órgão. A questão é que quando há somente um ou pouquíssimos agentes da produção relacionados a determinados valores, estes são inibidos “para não identificar o informante”, sendo registrados os valores “X” no banco de dados. Tal valor foi observado, sobretudo, para os grupos de área acima de 10 mil hectares em diversos municípios que registraram produção de madeira em tora expressivos, segundo o PEVS (IBGE, 2022), como por exemplo: Açailândia - MA, Dom Eliseu - PA e Itinga do

Maranhão - MA na UNF MA; Brasilândia – MS na UNF MS; Aracruz – ES e São Mateus – ES na UNF ES; Caravelas – BA, Mucuri – BA e Nova Viçosa – BA na UNF BA; e Lençóis Paulista – SP na UNF SP.

Este fato permite inferir que as categorias de maior dimensão de área dos imóveis em diversos municípios fortemente ligados à produção de madeira em tora para papel e celulose estão sob propriedade de um ou pouquíssimos agentes. Desta forma, os dados podem indicar um maior equilíbrio de distribuição de áreas – ou menor concentração de terras – entre as pequenas, médias e grandes propriedades onde pode não haver tal equilíbrio. Este seria um caso de desinformação involuntária advindas dos detalhes metodológicos, contribuindo mais para um desconhecimento do que um conhecimento da realidade, apesar da sólida legitimidade e competência do órgão e aceitável prudência ao não identificar os informantes. Ressalta-se não ser pretendido questionar a atuação do órgão, mas sim pontuar a necessidade de pesquisas de campo locais e complementares superar as limitações metodológicas de amostragem, visando um conhecimento mais pleno da(s) realidade(s).

Entendendo o espaço a partir de seu aspecto absoluto, Harvey (2013, p. 437) defende que as grandes propriedades privadas de terra conferem um poder monopolista aos seus proprietários mediante a exclusividade da ocupação de uma determinada porção do espaço. Assim, o que se observa na UNF MS é uma subjugação do espaço agrícola aos interesses dos grandes proprietários que conjuntamente controlam em torno de 90% da área dos estabelecimentos. Certamente, esta é uma das bases do sucesso diferencial do setor de papel e celulose na região: grandes propriedades/porções de terra (“fator terra”; inerente aos projetos florestais) disponibilizadas às demandas produtivas de grandes indústrias (“fator capital”). A construção e inauguração da fábrica em Três Lagoas – MS (ou fábricas, se considerar outras empresas) foi diretamente responsável por atrair grandes massas de trabalhadores para a instalação e posterior operação da fábrica (KUDLAVICZ, 2011; PERPETUA, 2012; LELIS; LOCATEL, 2022), completando como “fator trabalho” a tríade dos fatores produtivos em condições ímpares.

Se a estrutura fundiária do espaço agrícola no geral não registrou mudanças significativas entre um censo e outro, o mesmo não foi observado no tocante aos aspectos produtivos de estabelecimentos rurais voltados especificamente à produção florestal a partir de plantios. Em todas as regiões foi registrado um aumento na área

total de estabelecimentos (fator terra), pessoal ocupado (fator trabalho) e quantidade de tratores (fator capital), conforme observado na tabela 17 a seguir.

Tabela 17 – Área dos estabelecimentos agropecuários, pessoal ocupado e quantidade de tratores por UNF.

UNFs	Área dos estab. (ha)			Pessoal Ocupado (ind.)			Quant. de tratores (un.)		
	2006	2017	Variação	2006	2017	Variação	2006	2017	Variação
MA	85.485	818.557	858%	2.708	4.899	81%	14	138	886%
MS	113.477	1.190.463	949%	662	7.531	1.038%	145	919	534%
ES	191.442	229.003	20%	436	15.788	3.521%	22	394	1.691%
BA	180.289	498.005	176%	718	2.866	299%	9	199	2.111%
SP	404.434	785.153	94%	6.315	12.102	92%	545	1148	111%

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE, 2006; 2017; elaborado pelo autor

Em se tratando da área total dos estabelecimentos, a UNF MS novamente se destaca pelo conjunto de estabelecimentos em sua abrangência ter quase decuplicado em extensão, partindo de um dos menores para alcançar o maior valor absoluto dentre as regiões. Salto semelhante foi registrado na UNF MA, que deixou de ser a região com a menor área de estabelecimentos para se tornar a vice-líder no quesito. Destaca-se que estas duas regiões são exatamente aquelas cujas indústrias inauguraram suas atividades no período intercenso, tornando compreensível tal diferença entre as áreas registradas. Quanto ao quantitativo de pessoal ocupado, é a UNF ES e a UNF SP que despontam como as que apresentam os maiores valores em 2017, destacando o enorme salto na região capixaba, apesar da inexpressiva variação em área dos estabelecimentos. Já em relação à quantidade de tratores, a UNF BA se destaca em termos relativos, enquanto a UNF SP e a UNF MS se destacam em termos absolutos como as de maior quantitativo em 2017.

Os dados evidenciam que, em todos os casos, foi observado um aumento no fator trabalho (mais pessoal ocupado) e no fator capital (mais máquinas), o que, somados ao aumento de área de estabelecimentos mobilizados, refletem o fortalecimento econômico do setor produtivo de celulose de mercado frente a um cenário, apontado por Almeida *et al.* (2010), como de uma articulação sob novas formas intensivas e extensivas de acumulação. Sobre a expansão de áreas de estabelecimentos, ainda que a tecnificação agrícola rompa com a necessidade de se

expandir áreas produtivas para alcançar maiores produções (FREIRE FILHO, 2010), uma maior inclusão de propriedades na lógica produtiva se mostra interessante à reprodução do capital, seja para a própria extensão da atividade ou meramente para constituir uma “área de reserva” às futuras (re)produções e diversificações produtivas.

Em razão de a terra ser igualmente condição e meio de produção ao fluxo de capital em uma agricultura racionalizada (HARVEY, 2013), é coerente, portanto, relacionar a distinta potencialidade e efetividade da produção corrente na UNF MS com o conjunto de características econômicas e socioterritoriais extraordinárias – especialmente quanto ao grau de concentração da estrutura fundiária – ao aparente sucesso do modo de produção capitalista da qual o agronegócio é portador. Ora, sendo o espaço “essencialmente ligado à reprodução das relações (sociais) de produção” (LEFEBVRE, 2008 [1972], p. 48), os comportamentos produtivos distintos das regiões servem, antes de tudo, como sinais de coerências funcionais distintas. Tais coerências oferecem capacidades de rentabilidade, produtividades espaciais e competitividades diferentes “em função de suas virtualidades naturais, de sua realidade técnica e de suas vantagens de ordem social” (SANTOS, 2020a [1996], p. 248), e é por esta lente geográfica que se pode interpretar a formação da UNF MS como uma categoria mais avançada (em vias de se tornar a maior) entre as Regiões Produtivas do Agronegócio especializadas em celulose de mercado no Brasil.

De fato, as grandes propriedades fundiárias estão no cerne da articulação que caracteriza a economia do agronegócio (DELGADO, 2012) e, portanto, quanto maior for a porção territorial capturada pela classe dos grandes proprietários, maior será a facilidade de a articulação realizar seus interesses enquanto materialidade no território. Em pleno acordo, Michelotti e Siqueira (2019) apontam que a economia do agronegócio é simultaneamente uma frente de acumulação e um pacto político em torno da grande propriedade e da apropriação de terras. Isto indica a existência de uma proporcionalidade direta entre acumulação de capital e concentração fundiária.

Resta importante evidenciar o papel essencial que a terra apresenta como valor de uso à atividade agrícola e silvicultural a partir de sua dupla valência: por um lado, como “condição ou elemento da produção” e, por outro, como “instrumento ou meio de produção” (HARVEY, 2013, p. 432). Em síntese, o acesso à terra é tão fundamental quanto o capital disponível para os ciclos produtivos e não é coincidência que a acumulação de capital caminhe paralelamente à acumulação de terra no espaço agrícola. A problemática se manifesta quando se percebe que, enquanto, de um lado,

há um mercado de terras cada vez mais pujante cujos aumentos de preço se vinculam diretamente a consolidação da economia do agronegócio exportador, do outro, há uma atuação (ou ausência) seletiva do Estado na regulação de tais dinâmicas fundiárias (SAUER; LEITE, 2012). Uma majorante de tal problemática é a disponibilização de recursos públicos do BNDES às iniciativas privadas, que acabam por aquecer o mercado de terras através da viabilização de investimentos na expansão da produção de *commodities* (SAUER; LEITE, 2012).

Mesmo que indiretamente, em contraponto à cooperação estatal ao mercado de terras, há a histórica ineficácia do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA na demarcação e titulação de terras aos povos tradicionais. Dados disponibilizados pela Coordenação-Geral e Regularização de Territórios Quilombolas (DFQ) do INCRA mostram que, até o mês de julho de 2024, há 600 processos de regularização/titulação de terras quilombolas com algum tipo de andamento na autarquia (INCRA, 2024). Como exemplo, o estado do Maranhão apresenta 78 processos, dos quais somente três apresentam deferimento parcial, enquanto 48 ainda estão na primeira etapa, apesar de terem sido protocolados há mais de quinze anos. O questionamento que fica é: por que o acesso às terras como recurso, pelos agentes do mercado, vem sendo crescente enquanto o direito às terras como abrigo, aos povos tradicionais, ainda se encontra travado?

Reconhecendo que a “relação entre o capital e a propriedade da terra não é reduzida a uma relação de eterna harmonia” (HARVEY, 2013, p. 467), entende-se que o território comporta uma constelação de interesses que tende a aproximar os grandes proprietários aos grandes capitalistas em prol de rentabilidade e ganhos mútuos, além da possibilidade de os próprios capitalistas serem os detentores das propriedades³. Intumescendo a complexidade desta constelação de interesses, diferentes agentes apresentam diferentes afinidades quanto à definição dos usos do território, seja para se beneficiarem em associação ou eventualmente resistirem em oposição às imposições produtivas sistêmicas. É nesse contexto que os conflitos se apresentam, segundo Michelotti e Siqueira (2019), como expressão da desigualdade e

³ Segundo artigo da revista Valor Econômico, em 2023, a Suzano S.A. comprou cerca de R\$ 1,83 bilhões em terra no Mato Grosso do Sul para ampliar sua autossuficiência de madeira para a produção de celulose de mercado e elevar os investimentos no estado para o ano de 2024 (FONTES, 2023).

concentração de terras associada à expansão do agronegócio, na qual a dimensão territorial se mostra uma camada fundamental.

4.2.3.2 Conflitos por terra

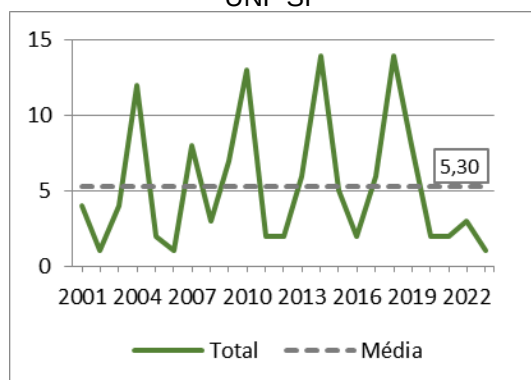
Para Porto-Gonçalves e Cuin (2013), conflito é um conceito central às análises que lidam simultaneamente com a sociedade e o espaço geográfico, uma vez que realçam as dinâmicas das relações sociais e de poder e indicam a contradição existente entre visões e práticas de agentes diferentes sobre um mesmo objeto – nesse caso, terra. Assim, conflito pode ser entendido como “a contradição social em estado prático, a contradição em ato” (PORTO-GONÇALVES; CUIN, 2013, p. 243). Em ordem explicativa, os autores argumentam que a adoção dos conflitos como peças na análise de processos socio-geográficos no campo é fundamental porque: “todo conflito é localizável no espaço/tempo e, assim, nos permite identificar o movimento contraditório desigual da sociedade enquanto espaço geográfico”; e

[...] Sendo a terra um bem limitado e, ao mesmo tempo, uma condição natural da existência humana, ou se se prefere de produção/reprodução da vida, o acesso e controle desse bem é, rigorosamente falando, vital. Desse modo, o impedimento ao acesso e sua concentração são fontes de poder e, portanto, de relações sociais de dominação/opressão/exploração (PORTO-GONÇALVES; CUIN, 2013, p. 243 – 244).

O excerto anterior indica a existência de uma relação direta entre conflitos e concentração de terra. No mesmo diapasão, Michelotti e Siqueira (2019) diagnosticaram a associação entre a concentração fundiária, a expansão do agronegócio e ocorrências de conflitos por terra em ocasião da análise de estados que compõem o complexo soja-pecuária de fronteira. Uma vez que o setor florestal esteve historicamente envolvido em diversos conflitos com povos tradicionais e trabalhadores rurais desde o final da ditadura (ACSELRAD; PINTO, 2009), verifiquemos a evolução da ocorrência de conflitos nos municípios que compõem as UNFs da Suzano S.A. ao longo do século XXI. A seguir, é apresentado um conjunto de gráficos referentes às ocorrências de conflitos por terra por ano, de 2001 a 2023 na abrangência das cinco UNFs e seus respectivos estados envolvidos. As figuras 15A, 16A, 17A, 18A e 19A se referem aos conflitos em nível das UNFs e, as figuras

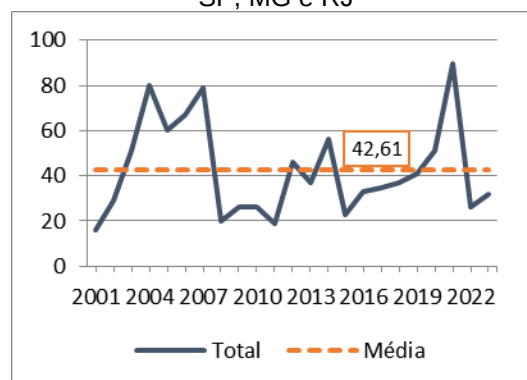
15B, 16B, 17B, 18B e 19B, em nível dos estados, como um todo, para uma perspectiva comparativa. Os valores foram extraídos dos relatórios Conflitos no Campo Brasil, elaborados pela Comissão Pastoral da Terra – CPT para os anos em questão.

Figura 15A – N° de conflitos por terra, ao ano:
UNF SP



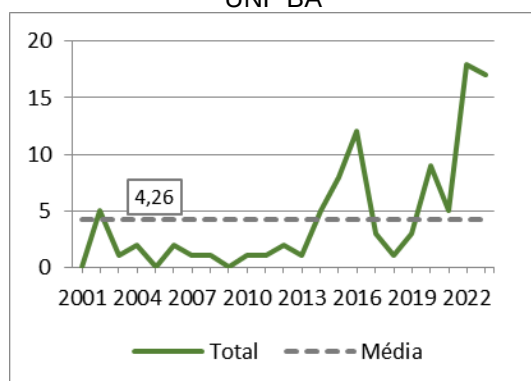
Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino - CPT, vários anos; elaborado pelo autor

Figura 15B – N° de conflitos por terra, ao ano:
SP, MG e RJ



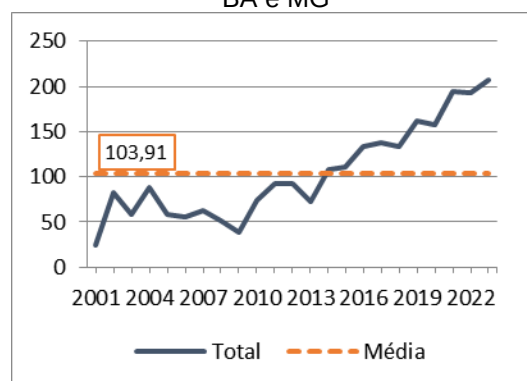
Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino - CPT, vários anos; elaborado pelo autor

Figura 16A – N° de conflitos por terra, ao ano:
UNF BA



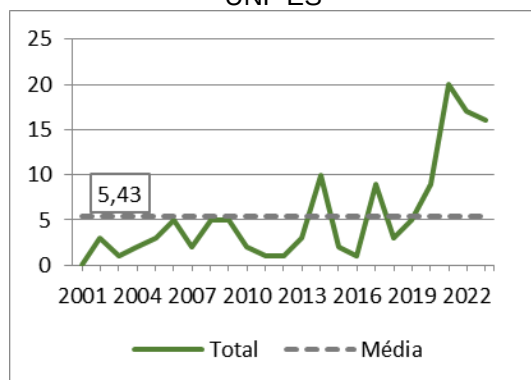
Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino - CPT, vários anos; elaborado pelo autor

Figura 16B – N° de conflitos por terra, ao ano:
BA e MG



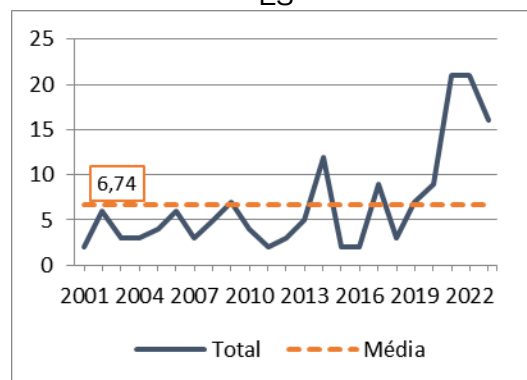
Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino - CPT, vários anos; elaborado pelo autor

Figura 17A – N° de conflitos por terra, ao ano:
UNF ES

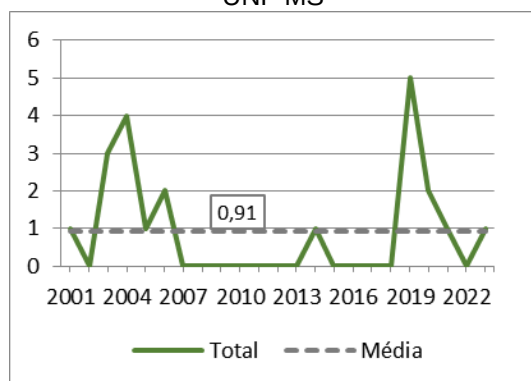


Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino - CPT, vários anos; elaborado pelo autor

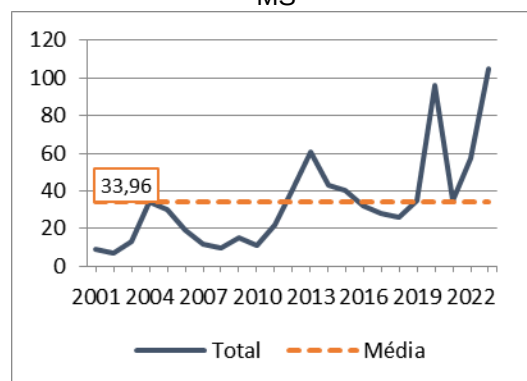
Figura 17B – N° de conflitos por terra, ao ano:
ES



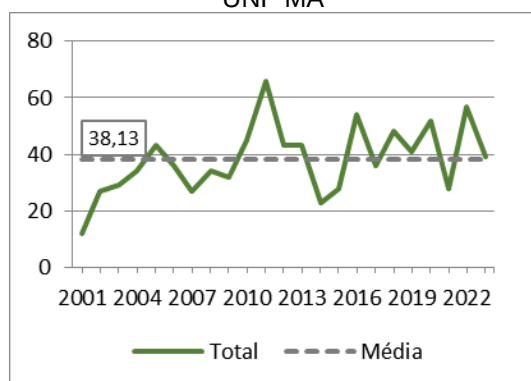
Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino - CPT, vários anos; elaborado pelo autor

Figura 18A – N° de conflitos por terra, ao ano:
UNF MS

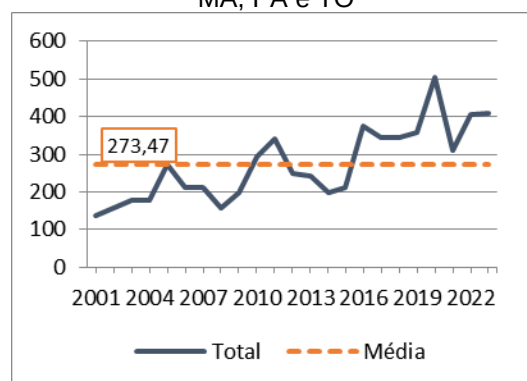
Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino - CPT, vários anos; elaborado pelo autor

Figura 18B – N° de conflitos por terra, ao ano:
MS

Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino - CPT, vários anos; elaborado pelo autor

Figura 19A – N° de conflitos por terra, ao ano:
UNF MA

Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino - CPT, vários anos; elaborado pelo autor

Figura 19B – N° de conflitos por terra, ao ano:
MA, PA e TO

Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino - CPT, vários anos; elaborado pelo autor

Um primeiro ponto a se destacar no comportamento da ocorrência de conflitos em nível de estado é que somente São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro apresentaram comportamentos semelhantes comparando a década de 2000 e a década de 2010 (figura 15B). Todos os outros estados envolvidos apresentaram um crescimento destacado a partir do início da década de 2010, especialmente o conjunto de Minas Gerais e Bahia (figura 16B) e o Mato Grosso do Sul (figura 18B). Em termos quantitativos, destacam-se os elevados valores do conjunto de Maranhão, Tocantins e Pará (figura 20B) e os baixos valores do Espírito Santo (figura 17B).

No nível regional, os municípios da UNF SP (figura 15A) também apresentaram valores em torno da média para todo o período, que por sua vez representa em torno de 12% do valor médio do conjunto de estados associados. Os municípios da UNF BA (figura 16A) e UNF ES (figura 17A) apresentaram valores médios próximos aos da UNF SP, com a diferença de suas dimensões terem aumentado a partir dos anos 2012

e 2013 passando a superar a média para todo o período com certa frequência nos anos posteriores. Mas a virtual semelhança entre o comportamento e valores da ocorrência de conflitos das UNF BA e UNF ES são contrastadas com a enorme diferença do significado destes valores quando são comparados aos seus respectivos estados envolvidos: enquanto a média da UNF BA representa aproximadamente 4% da média do conjunto Bahia e Minas Gerais, a média da UNF ES representa em torno de 81% da média em nível estadual. Significa inferir que, diferente da UNF SP, UNF BA e seus estados, os registros de conflitos capixabas estão concentrados nos municípios envolvidos na UNF ES, ou seja, o território usado e mobilizado na produção de pasta celulósica pela Suzano S.A. no Espírito Santo é o mais diretamente vinculado aos conflitos por terra no estado.

Os municípios da UNF MS (figura 18A), por sua vez, destacam-se pelo comportamento similar entre os anos iniciais e finais, além do baixo valor médio registrado em todo o período, que foi menor de que 1 conflito por terra – zerando em alguns anos –, valor que representa em torno de 3% da média para todo o estado do Mato Grosso do Sul. Por outro lado, os municípios da UNF MA se destacam pelo elevado valor médio de conflitos por terra que registrados no período (aproximadamente 38 conflitos), superando até o somatório das médias das outras UNFs. No entanto, pela ótica da comparação da média regional com a do conjunto de estados, o valor da UNF MA representa em torno de 14% da média dos estados, somando-se contrastando com a UNF ES, nesse sentido. Percebe-se que o comportamento dos valores ao longo do período também pode ser diferenciado entre a primeira e a segunda década, quando, então, passa a comumente registrar ocorrências de conflitos por terra superiores à média, após 2010.

É justamente o destaque relativo à proporção entre a média regional e estadual, da UNF ES, e o destaque absoluto quanto aos valores registrados pela UNF MA que tornam a face qualitativa dos conflitos algo a ser mencionado. Foi exatamente nestas duas regiões produtivas que o envolvimento da Suzano S.A. foi sistematicamente mencionado. Por “sistematicamente”, entende-se “recorrentemente”, uma vez que pontualmente a Suzano S.A. foi mencionada em conflitos por terra em outros estados como Bahia, Minas Gerais e São Paulo. Para um melhor entendimento das diferenças e conhecimento do envolvimento direto da Suzano S.A. com tais quantitativos de conflitos, a tabela 18, a seguir, traz as contagens das citações à empresa nos conflitos por terra entre 2001 e 2023.

Tabela 18 – Número de citações à Suzano S.A. em conflitos por terra nos municípios envolvidos, por UNF e UF (2001 – 2023)

Região/UF	Totais	c/ Suzano S.A. (un.)	c/ Suzano S.A. (%)
<u>UNF MA</u>	<u>877</u>	<u>102</u>	<u>11,6%</u>
MA	706	102	14,4%
TO	46	-	-
PA	125	-	-
<u>UNF ES</u>	<u>125</u>	<u>58</u>	<u>46,4%</u>
ES	125	58	46,4%
<u>UNF BA</u>	<u>98</u>	<u>5</u>	<u>5,1%</u>
BA	83	5	6,0%
MG	15	-	-
<u>UNF SP</u>	<u>122</u>	<u>2</u>	<u>1,6%</u>
SP	119	2	1,7%
RJ	3	-	-
MG	-	-	-
<u>UNF MS</u>	<u>21</u>	<u>0</u>	<u>0</u>
MS	21	-	-

Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino - CPT, vários anos; elaborado pelo autor.

É importante que se traga a especificação quanto à citação da Suzano S.A. no registro de conflitos por ser evidente que os conflitos são manifestações de movimentos de fundo diversos que atuam sobre a síntese de situações locais, de cotidianos e de atores igualmente diversos e, assim, a associação da empresa aos conflitos permite avançar um pouco mais além da frieza dos dados e enxergar territorialidades e agências. Os dados da tabela 18 mostram que, novamente, destacam-se os valores da UNF MA e UNF ES. A primeira é a região que apresentou maior número de conflitos no geral e que especificamente teve a Suzano S.A. envolvida (102 conflitos), sendo a segunda região com maior proporção de envolvimento da empresa (11,6%). Relevante mencionar que tais valores estão mormente ligados ao estado do Maranhão, sobretudo, os conflitos que envolvem a Suzano S.A. Já a UNF ES se destaca pelo fato de a Suzano S.A. participar de praticamente metade dos conflitos registrados nos municípios ao longo de todo o período, sendo, inclusive, a segunda região (e estado) com maior número dos conflitos no geral e dos que envolvem a empresa.

Em termos específicos, a UNF ES registrou o primeiro conflito com a Suzano S.A. (enquanto Aracruz Celulose) no ano de 2003, enquanto a UNF MA só veio a

registrar o primeiro conflito com a corporação em 2010, alguns anos antes do início das atividades no final de 2013. O ponto é que a Suzano S.A. só foi inserida nas dinâmicas socioterritoriais do Maranhão sete anos após o primeiro conflito com seu nome no Espírito Santo do século XXI, e, mesmo assim, supera em quase o dobro o quantitativo de envolvimento em conflitos na região maranhense, o que destaca uma maior ebulição de conflitos com a empresa na área. De fato, segundo o levantamento dos dados da CPT (vários anos), os municípios maranhenses compreendidos na UNF MA apresentaram uma média entre 19 e 20 conflitos por terra, entre 2010 e 2013, com envolvimento direto da Suzano S.A.; exatamente durante a fase de construção da fábrica.

Como contraste, as outras UNFs se destacam pela pouca ou nenhuma citação quanto ao envolvimento da Suzano S.A. nos conflitos, ressaltando que a ausência de registros não significa, necessariamente, ausência de conflitos. De qualquer modo, as distintas dimensões dos valores absolutos e relativos, temporalidades e citação de envolvimento da Suzano S.A. nos conflitos denotam uma variabilidade e impossibilidade de tratamento homogêneo/generalista sobre a atuação deste agente no território usado da referida produção. Em sendo o território usado um “todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes” (BERNARDES *et al.*, 2001, p. 2), a mesma ação produtiva de um agente acaba se inserindo e significando coisas distintas quando do uso do território, a depender das características e da estrutura interna que condiciona cada uma de suas frações como unidades locais ou regionais.

A distinção socioterritorial entre as cinco regiões produtivas pode ser sintetizada a partir da noção de fronteira, proposta por Becker (1985, p. 358 – 359), como sendo “o espaço em incorporação ao espaço global/fragmentado”, cuja organização capitalista se vê “não plenamente estruturada, cujos “estoques são pouco densos e descontínuos” e “as formas e relações sociais de produção híbridas e fluidas”. Além disso, as fronteiras podem ser vistas como uma extensão da totalidade nacional, um “espaço de projeção para o futuro, da expectativa, um espaço ideológico” (BECKER; 1985, p. 359). Ora, se cada organização capitalista se estrutura a partir de formas específicas em cada fração do espaço (diferenciando formações socioespaciais), o grau de aprofundamento da ideologia e do modo de produção capitalista vai depender dos aspectos da estrutura interna da fração em que se propaga, além de toda uma gama de aspectos espaciais transescalares.

4.3 Considerações das tendências e dos limites do uso corporativo do território

A velocidade com que um lugar deixa de apresentar aspectos de fronteira não está ligada somente ao tempo, mas, especialmente, às formas geográficas e sociais que lá se encontram. Do contrário, o que explicaria o exponencial ritmo e novos patamares de crescimento econômico e de reestruturação produtivo-territorial que Delcol e Heimbach (2024), Lelis e Locatel (2021) e outros autores vêm identificando no Mato Grosso do Sul em detrimento de outras regiões produtivas? Fato é que a técnica produtiva é essencialmente a mesma, o(s) produto(s) e o agente são os mesmos, e o tempo cronológico da UNF MS e da UNF MA, bem próximos. Outra questão: já que as atividades da UNF MS e da UNF MA datam de uma tecnologia industrial parecida e foram inauguradas em datas próximas, por que o Mato Grosso do Sul alcança patamares produtivos inéditos na produção brasileira e os outros estados de produção mais estabelecidas não acompanham tal crescimento? A verdade é que “cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente” (SANTOS, 2020a [1996], p. 339), e algumas frações apresentam condições mais vantajosas e complacentes aos processos de produção e acumulação capitalista.

A ocorrência de conflitos territoriais se apresenta como um fator importante para a compreensão das diferenças, especialmente quanto às decisões locacionais e de expansão produtiva pelas empresas florestais. Sobre isso, Acseirad e Pinto (2009) apontam que a maior ocorrência ou tendência à conflitos em uma determinada área pode ser lida pelas empresas como um “risco social” que influencia suas atividades e decisões corporativas. Os autores constataam, ainda, que a diversificação das áreas de plantio serve de estratégia locacional das empresas florestais como uma forma de, justamente, minimizar os riscos/ocorrência de conflitos em busca de supostas “licenças sociais para operar”, algo que serviria a eles como uma maneira de transformar a relação com populações locais: passando de risco à ativo na acumulação de capital social (ACSELRAD; PINTO, 2009).

A concentração fundiária também é um ponto importante por ser condicionante do escalonamento da produção, na medida em que a terra é um fator *sine qua non* da atividade agropecuária e o acesso a maiores porções tende a significar maiores produções. É este conjunto de maior concentração fundiária e menor ocorrência histórica de conflitos territoriais que contextualiza e talvez ajude a entender o motivo

de a UNF MS da Suzano S.A. se apresentar com o *hotspot* da produção de pasta celulósica em nível nacional, com quase o dobro de áreas plantada (segundo dados já anteriormente dispostos na tabela 12), em comparação às outras regiões. Em contrapartida, mesmo com atividades industriais temporalmente próximas, a UNF MA registra uma área plantada menor do que 5% da área da UNF MS, ao passo em que apresenta uma ocorrência de conflitos por terra em torno de 2.000% maior. Tal observação evidencia que aspectos espaciais guardam valências que, por vezes, explicam melhor um fenômeno do que uma perspectiva meramente temporal, ressaltando a interdependência ontológica entre o tempo e o espaço.

Uma relação diretamente proporcional entre a ocorrência de conflitos por terra e a concentração fundiária também foi encontrada por Michelotti e Siqueira (2019), quando da análise do Complexo Soja Pecuária de Fronteira entre os anos de 2009 e 2016, a qual, aliás, inclui o Mato Grosso do Sul, a Bahia e o Maranhão. Destaca-se, aqui, que qualquer regionalização é passível de outras diversas sub-regionalizações a depender da escala de análise, e, nesse sentido, as UNF MS, UNF BA e UNF MA serviriam como sub-regiões neste complexo, cujas divisões de trabalho sobrepostas guardam dinâmicas distintas entre si. Em outras palavras, se analisadas em nível do grande grupo “agronegócio”, os agentes da soja, pecuária e eucalipto podem conformar circuitos de cooperação, mas em nível de atividades específicas eles podem conformar circuitos de competição pelo uso de uma mesma fração do território: tanto pela ótica dos produtos quanto pela ótica dos agentes.

É desse modo que, em termos de totalidade, por exemplo, pode se diferenciar a UNF MS da UNF MA. Na primeira, o uso do território da região pelos agentes da celulose conformam um circuito espacial produtivo de celulose em franca expansão no território (LELIS; LOCATEL, 2021; DELCOL; HEIMBACH, 2024), legitimado pela concretização de um *cluster*⁴ e idealização do Vale da Celulose. Na segunda, a produção de eucalipto pela Suzano S.A. testemunha a formação de novas ou a expansão de atuais regiões produtoras de soja a partir do sul e leste do Maranhão (CASTILLO *et al.*, 2021), o que pode se tornar um impeditivo ou uma condicionante à expansão presente e futura da eucaliptocultura. Deste modo, a atual estrutura

⁴ “Mais importante será considerar o conjunto do fenômeno um trabalho ‘coletivo’ no território, formando *clusters*, que demarcam as conexões entre divisões do trabalho concorrentes e complementares. Vistas num dado momento de seu funcionamento e de sua evolução, elas aparecem como complementares; olhadas na sua dinâmica, são concorrentes” (SANTOS; SILVEIRA, 2021 [2001], p. 300).

produtiva-territorial da região sul-mato-grossense nos permite indicá-la como uma Região Produtiva do Agronegócio (ELIAS, 2011; 2013), enquanto a situação da região maranhense nos mostra que outros agentes do agronegócio podem representar uma força de resistência aos avanços do uso do território para a produção de pasta celulósica. Em outras palavras, no que tange ao uso do território pelos agentes da celulose, outros agentes do agronegócio podem competir por uma porção de terra tanto quanto aqueles agentes contrários à lógica produtiva hegemônica desta articulação, com a distinção de que, enquanto uns lutam pelo poder na forma da produção, outros lutam pela vida na forma dos conflitos.

Na abrangência das regiões produtoras de celulose de mercado da Suzano S.A., os dados indicam não ser possível indicar uma proporcionalidade direta entre a presença e dimensão de monoculturas de eucalipto com a ocorrência e quantidade de conflitos. Isso porque a UNF MS sendo a região que apresenta maior área plantada, maior área de estabelecimentos envolvidos, maior capacidade de produção industrial e que registra maior produção de madeira em tora para o setor – isto é, a região de maior extensão e intensidade produtiva – não é a que apresenta maior número de conflitos. Em contrapartida, a UNF MA e UNF ES são as regiões que apresentaram as menores áreas plantadas, mas prevaleceram como as de maior ocorrência de conflitos, sendo, inclusive, as únicas em que a Suzano S.A. tem seu envolvimento citado em mais de 10% dos conflitos na região, seguidas da UNF BA com aproximadamente 5% e UNF SP com 2%.

O que ambas as regiões supracitadas apresentam em comum é o fato de serem as de maior quantidade e proporção de pequenas propriedades rurais, indicando uma aparente (e pela perspectiva das dinâmicas de poder e dominação, previsível) proporcionalidade direta entre estas variáveis e a ocorrência de conflitos. Importante evidenciar a associação temporal entre a ascensão do número de ocorrências de conflitos na região com o início da fábrica de Imperatriz no caso da UNF MA e das menções de envolvimento da Suzano S.A. nestes conflitos. Tal fato indica que a empresa ou se aproveita de instabilidades socioterritoriais ou de outros movimentos de fundo para sua expansão, ou age como promotora; mas, de qualquer modo, realiza sua produção à despeito do quadro conflitual, restando ao outro polo da disputa a luta como resistência na dupla natureza apontada pelo Professor Carlos Walter: lutar por território e/ou lutar por autonomia; pelo espaço e/ou pela identidade cultural.

Em uma perspectiva de significado espacial mais amplo, a combinação dos aspectos espaciais, fundiários e conflituais ajudam a entender o porquê a chegada da fábrica, hoje, administrada pela Suzano S.A. em Três Lagoas – MS, juntamente às de outras empresas, entre 2009 e 2012, associam-se a um condicionamento específico para formação de um oligopólio territorial⁵ (hoje, batizado de “Vale da Celulose”), enquanto a chegada da fábrica de Imperatriz – MA, em 2013/2014, é vista como a constituição de uma fronteira agrícola de base florestal, de acordo com Oliveira, A. (2019). Hoje, se torna cada vez mais difícil apontar a UNF MS como inserida em uma fronteira agrícola de base florestal nos moldes de outrora, sendo mais coerente apontar um deslocamento a partir da construção da fábrica de Ribas do Rio Pardo – MS como nova demarcação, mesmo que este lugar já estivesse incluído nos circuitos pela presença de plantios.

De acordo com Acselrad (2023b), a persistência da ideologia desenvolvimentista é o que se encarrega de justificar os grandes projetos extrativos, os quais servem não só como meios de apropriação dos territórios pelo mercado, mas, também, como um instrumento de “apropriação” do Estado pelo capital. Dessa forma, as razões para a implementação destes grandes projetos estariam fundadas na ordem política e na ordem econômica, o que virtualmente equipara ou, até mesmo, sobrepõe as grandes corporações ao Estado, em certos locais (ACSELRAD, 2023b). É pela articulação do Estado e de grandes corporações na promoção de grandes projetos que um ato de investir passa a significar um ato de governar – a depender da escala da produção e jurisdição do agente público envolvido –, na medida em que incentivos fiscais, vantagens regulatórias e flexibilização de normas condicionam a decisão pela localização dos investimentos e vice-versa (ACSELRAD, 2023b). É por esta seara que se pode considerar a não realização plena do antigo projeto de reforma agrária como uma decisão sistêmica.

Toda a discussão sobre a concentração fundiária se torna crucial porque, além do evidente trunfo que representa em prol da expansão dos plantios de eucalipto e da consequente maior produção de celulose de mercado, ela caminha lado a lado com

⁵ “A atividade agrícola moderna, sob o comando técnico-científico de grandes empresas, põe à disposição da respectiva atividade as condições encontradas em cada lugar. Na verdade, porém, não se trata de uma atividade que permita falar de horizontalidades, já que as principais etapas do respectivo processo dependem exclusivamente dos interesses dessas grandes empresas. Por isso, nessas condições, é lícito referirmo-nos à existência de verdadeiros oligopólios territoriais” (SANTOS; SILVEIRA, 2021 [2001], p. 302).

outra forma de acumulação de capital ou, mais propriamente, renda. Fato é que não é somente a produção sobre frações do território que vem se tornando atraentes ao capital, mas a própria fração do terra vem se vinculando a processos outros, menos ligados à captação de valor do capital produtivo (mais-valia e lucro) e mais à captação do capital fictício (renda). Sobre isso, Nascimento e Frederico (2022, p. 5) discutem o surgimento de novos agentes do espaço agrícola, na figura das Imobiliárias Agrícolas Financeirizadas, que seriam “empresas agrícolas vinculadas ao capital financeiro dedicadas a obter rendas futuras por meio da incorporação, transformação, comercialização e gerenciamento de propriedades agrícolas”. É por intermédio da especulação imobiliária que estes agentes transformam a terra agrícola em ativo (NASCIMENTO; FREDERICO, 2022), complexificam a estrutura e formas do capital em atuação no espaço agrícola modernizado e, assim, aumentam o aparato de forças de controle do capital sobre o território através da vinculação do mercado de *commodities* a um pujante mercado de terras.

Antes de Harvey (2013) prosseguir com a discussão da delicada relação dialética que a terra e o mercado fundiário guardam com o capital, o autor aciona Marx e indica que a atuação mais interessante do Estado aos capitalistas no tocante à questão fundiária seria garantir a preservação ou melhoria da propriedade privada de terras pelos aspectos ideológico e jurídico. Do ponto de vista de capital produtivo, partindo do fato prático de que os capitalistas estão entre os proprietários de terra, a terra aparece como uma condição de produção alheia à classe trabalhadora (HARVEY, 2013). Do ponto de vista de capital fictício, para que seja possível a terra servir como mercadoria – não somente como condição – ela deve estar disponível à troca; deve ser comercializável. É por isso que não seria interessante se ao mercado se as fundações e institutos da questão fundiária brasileira atingissem sua plenitude de demarcação, regularização e titulação de terras, uma vez que terras de povos tradicionais devidamente instituídas são impossibilitadas de servirem como meio de produção ou ativo especulativo.

É alarmante que o grande aumento na demanda e preço de terras observado última década (FLEXOR; LEITE, 2017) tenha se dado, e ainda se dá, em um contexto de ineficácia do Estado na regularização de terras quilombolas e de permissividade à tentativas de reformas legislativas retrógradas em termos de direitos à terra, à exemplo da Proposta de Emenda Constitucional 48/2023, a tese do marco temporal para revisão de demarcações de terras indígenas. Neste cenário, condicionar-se-ia

uma privação de direitos fundamentais de povos tradicionais e originários, fazendo com que a menor existência de terras indígenas ou quilombolas signifique que mais terras estejam disponíveis aos agentes que sirvam ao agronegócio e ao fenômeno que Bühler, Gautreau e Oliveira (2020) denominam como neoliberalização da natureza.

É neste ponto que as preocupações quanto à questão ambiental se vê notadamente tensionada pela produção monocultural de eucalipto, aqui representante de um modelo de ocupação territorial típica do período que Haraway (2016) discute como Capitaloceno, marcado por escalas, relações taxa/velocidade, sincronidades e complexidades crescentes e que representam um novo momento de mudança do planeta em relação aos eventos ecológicos evolucionários e à história humana. É nesse ínterim que surgem questionamentos e mobilizações sociais e políticas quanto às cicatrizes socioambientais ligadas a esta forma de usar e transformar o ambiente natural, sendo toda a questão dos chamados “desertos verdes” um exemplo disto, o qual foi levantado e acionado pelo campesinato como resistência e denúncia aos efeitos ambientais deletérios da superexploração ambiental.

No bojo das reformas legislativas do Estado, o setor florestal se viu diretamente beneficiado pela Lei nº 14.876, de 31 de maio de 2024, que flexibilizou o texto da Política Nacional de Meio Ambiente de 1982, retirando a silvicultura do rol de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais. Na prática, significa que a expansão de plantios com eucalipto não dependerá mais de prévio licenciamento ambiental, dando maior permissividade às grandes empresas florestais para expandirem suas monoculturas de eucalipto historicamente problemáticas em termos socioterritoriais e ambientais.

As questões supracitadas sobre o marco temporal e a isenção de licenciamento ambiental às atividades silviculturais servem de demonstrativos de uma posição submissa do território brasileiro aos circuitos do capital transnacional. Acselrad (2023a) nos lembra que a atual divisão internacional ecológica do trabalho não se preocupa somente com o acesso à matéria prima e infraestrutura, mas, também, com a realocação dos impactos sociais e ambientais ligados à transformação de matéria e energia em mercadoria exportável, que afeta mais diretamente os grupos sociais mais despossuídos dos países periféricos. Torna-se cada vez mais evidente uma dominação em nível político, cultural, econômico, ecológico e territorial, na qual as grandes corporações funcionam como vetores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro da dialética existente entre as relações locais e relações globais e entre os objetos e ações, esta dissertação buscou explorar caminhos interpretativos e iluminar alguns aspectos críticos sobre o desenvolvimento do setor de papel e celulose e os processos ligados à regionalização em cinco lugares da produção da Suzano S.A. ligadas aos circuitos de celulose de mercado. Em um cenário de expansão e cooperação técnica e política beneficiadora das mais diferentes formas de acumulação de capital no espaço agrícola, a análise da produção e consequente regionalização empenhada pela corporação Suzano S.A. serve para demonstrar que os limites do capitalismo há tempos já não se restringem ao espaço urbano. Além disso, a compreensão parcial das disparidades regionais pela lente produtiva serve para, em última instância, compreender o funcionamento do espaço agrícola brasileiro em tempos de fortalecimento do agronegócio na agenda do Estado brasileiro.

Por sua formação ter se dado sob a projeção de uma divisão internacional do trabalho de facetas políticas, econômicas, territoriais e, também, ecológicas, o Brasil se viu historicamente subordinado aos imperativos dos países centrais do capitalismo em escala mundial. A reprimarização e a desindustrialização da economia brasileira a partir da virada dos séculos XX e XXI consolidam um posicionamento macroeconômico do Brasil frente ao mundo, mas que se manifesta em graus distintos a depender do setor produtivo. Especificamente, o setor de papel e celulose testemunhou uma pujança dos patamares produtivos de seus principais agentes, tanto por projetos florestais como grandes projetos industriais. O contexto da organização do espaço interno brasileiro se viu, assim, mais do que nunca, influenciado por uma política de Estado tendenciosa à (des)regulação e ao favorecimento privilegiado da produção das grandes corporações, que, por sua vez, adquirem capacidade e poder diretor dos rumos produtivos-territoriais a partir de uma técnica hegemônica e homogeneizante.

No rol das variadas formas de articulação público-privada mais amplas se encontra o agronegócio como um pacto de economia política que aproxima,

dialeticamente os grandes agentes técnicos da produção agropecuária dos agentes políticos e dos grandes proprietários de terra. Graus distintos de aproximação e beneficiamento entre os agentes condicionam diferenciações sistêmicas do espaço para a realização da produção, de modo que os objetos e as ações, pretendidas e realizadas, em um determinado lugar se associam a uma funcionalização responsável por atribuir sentidos, traduzir e diferenciar regiões como formas especiais de reprodução do capital.

Sob o escopo das articulações público-privadas, os dados e documentos discutidos ao longo desta dissertação mostram que a participação pública foi preponderante para os rumos do setor de papel e celulose. Seja através de (re)estruturações do arcabouço jurídico-legislativo ou através de investimentos diretos com vistas à expansão da capacidade produtiva dos agentes de papel e celulose, fato é que isenções tributárias, fundos de investimento setoriais e, mais recentemente, os desembolsos do BNDES foram/são fatores fundamentais para a evolução do setor.

Na atuação seletiva do BNDES se evidencia mais do que um apoio geral ao setor. O que se percebe é um histórico tratamento privilegiado a alguns agentes, beneficiando, ao longo do tempo, aqueles com os maiores projetos e cujas dimensões produtivas os colocavam em condição de se tornarem *players* de destaque no cenário nacional e internacional, isto é, o banco contribuindo para os processos de formação e potencialização de grandes corporações. A ação do BNDES, que se dá pela participação acionária no quadro societário e pelos repasses diretos ou indiretos de desembolsos às empresas, pode ser lida como uma manifestação clara da relação entre o Estado e o mercado.

Na argumentação e interpretação dos fatos que construíram a Suzano S.A. como a maior empresa do setor de papel e celulose do Brasil e uma das maiores do agronegócio no Brasil e no mundo, encontra-se a contribuição fundamental do BNDES. Após uma série de apoios do banco e das várias fusões e aquisições entre empresas, a junção da Aracruz Celulose com a Votorantim Celulose e Papel, em 2009, e a posterior junção destas com a Suzano Papel e Celulose, formando a Suzano S.A., em 2019, serve de epítome e apogeu das tendências de concentração administrativa e produtiva que marcaram os anos 1980 e 1990 e que permaneceram ao longo do século XXI. Estava finalmente construída uma das grandes potências empresariais mundiais do ramo de celulose de mercado, e, com isso, a distribuição de poder econômico-territorial do setor no Brasil ficou concentrada de maneira inédita.

As dimensões e dispersão territorial nacional da produção de celulose de mercado pela Suzano S.A. e consequente regionalização empenhada por ela no território brasileiro configura um objeto empírico de análise espacial. Os momentos e regiões distintas nas quais a atividade produtiva se insere se mostrou passível de causas e efeitos também distintos no que tange à estrutura interna e disparidades das regiões produtivas. Na análise das cinco atuais regiões produtoras de celulose de mercado pela Suzano S.A., quais sejam: a UNF MS, UNF MA, UNF BA, UNF ES e UNF SP; iluminam-se diferenças regionais-territoriais, econômico-produtivas e sociais interessantes que influenciam nas dinâmicas territoriais de cada subespaço.

Pela perspectiva regional-territorial, percebeu-se que a produção capitalista de celulose de mercado se mostra sensível à ocupação de “novas áreas” para sua expansão produtiva, aspecto este intimamente vinculado a uma ocupação territorial fundada na lógica de centro-fronteira. A relação entre a crescente expansão produtiva por uma grande corporação (especialmente na UNF MS e UNF MA), a ausência seletiva em processos demarcações ou não-titulação de terras pelo Estado e um mercado de terras em crescimento merece cada vez mais atenção, na medida em que parecem caminhar lado a lado em prol de um melhor condicionamento para um uso hegemônico e deletério do território. É na retórica do Brasil como uma potência agro exportadora, especialmente desde os anos 2000, e mais recentemente na retórica de uma economia verde (comumente, uma terminologia branda de capitalismo verde), que a Suzano S.A. justifica suas dimensões produtivas únicas e crescentes de celulose de mercado. Na prática, a competitividade sempre buscada por agentes hegemônicos, como a Suzano S.A., acaba prevalecendo os imperativos de acumulação, produção e rentabilidade sobre os outros sentidos de uso do território, isto é, a lógica de se usar o território como recurso se impõe aos usos do território como abrigo.

Da mesma forma, pela perspectiva econômica, evidenciou-se que diferentes estruturas fundiárias e agrárias dos lugares podem fornecer condições diferentes à produção de um mesmo bem pelo mesmo agente, obrigando-nos a interpretar uma região produtiva para além do agente e do produto, e trazendo ao primeiro plano a dimensão territorial. Além disso, o mercado de terras que se desenvolve em paralelo e em associação às produções agrícolas se constrói cada vez mais fortemente como um elemento espacial do Brasil do campo, e seu reforço marca um novo momento

para a produção capitalista do espaço através dos processos de financeirização e neoliberalização da natureza.

Por sua vez, pela perspectiva social, pontua-se que os conflitos por terra devem ser sempre iluminados quando se analisa um território e seus usos efetivos e potenciais, já que os próprios conflitos servem de resposta do território local à complementariedade ou objeção às formas verticalmente impostas de um uso hegemônico. A dimensão conflitual deve ser sempre levada em consideração em uma visão progressista de país, na medida em que a justiça e o quadro de bem-estar da população só vai até onde os direitos fundamentais das parcelas menos privilegiadas são atendidos, de modo que a configuração territorial acaba servindo como instrumento, causa e efeito do quadro social. Afinal, os conflitos servem como meio de agência e disputa dentro de uma lógica de poder desigual e deletéria de existências das populações menos privilegiadas e ouvidas em cada fração do território. Servem, mais que tudo, como uma forma de desvendamento da face oculta da produção material de uma *commodity* que, via de regra, não é produzida com vistas às condições e demandas da vida local. Resta ressaltar não ser, necessariamente, o quadro conflitual a característica determinante para a escolha do lugar de produção, mas, sim, como um fator importante que, no mínimo, liga-se a outros movimentos de fundo de ordem territorial. O desvendamento e captura analítica de tais movimentos que refletem sobre outros aspectos – como processos de disponibilidade de terras no mercado – necessitam de investigações mais profundas em escalas mais locais para uma plena compreensão.

Em relação às lacunas metodológicas e possibilidades de aprimoramento analítico, alguns desafios permaneceram constantes no processo de elaboração desta dissertação. O primeiro é a inafastável questão escalar quando se assume a abordagem regional, uma vez que o agrupamento de escalas locais acaba por ignorar algumas nuances somente percebidas em nível mais detalhado no território. Além disso, os próprios bancos de dados acessados e utilizados apresentam suas peculiaridades, a exemplo da disponibilidade limitada de dados (temporal e/ou espacial) e do ocultamento de valores para o resguardo da identificação de agentes em casos onde há um ou pouquíssimos informantes. Tal procedimento é adotado nos levantamentos do IBGE.

Diante destes desafios, é importante realçar a necessidade do constante desenvolvimento de metodologias e o resgate epistêmico da questão regional ao

centro dos debates, destacando crescentemente seus pontos de interconexão com o urbano, uma vez que o espaço como totalidade não se restringe a um nem outro. Neste diapasão, conceber as regiões mais como manifestação de processos históricos e espaciais em curso e menos como produtos acabados de limites definidos, é inseri-las no movimento constante que caracteriza a sociedade e, assim, partir da compreensão das variadas agências e formas de regionalização (como fato e ferramenta) se mostra uma alternativa interessante para análises críticas de abordagem regional.

Mais do que endereçar considerações finais à discussão, esta dissertação pretendeu levantar questionamentos parciais e críticos sobre a produção de celulose de mercado a partir das ações e objetos da maior corporação do setor, tensionamentos, estes, que podem servir extensivamente a outros setores, produtos e agentes hegemônicos em suas contradições específicas. Uma vez que a produção se dá nos interstícios entre a sociedade, a economia e o território e é permeada pela técnica e pela política, sua existência será sempre condicionada por diferentes resistências, ou, mais propriamente, r-existências de grupos sociais que são silenciados ou apagados em dinâmicas de poder de uso do território. É aqui que o planejamento urbano e regional sempre esteve e deve estar ainda mais atento, prática e epistemologicamente, em relação ao desenvolvimento do espaço agrícola: se técnica, política e culturalmente o agronegócio se expande do lado de lá, que expandamos nossa crítica, compreensão e mobilização progressista do lado de cá. Incansavelmente.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. PINTO, Raquel Giffoni. A gestão empresarial do “risco social” e a neutralização da crítica. **Revista Praia Vermelha**, v. 19, n. 2, 2009, p. 51 – 64.

ACSELRAD, Henri. Capitalismo extrativo. **A Terra é Redonda**. 03 jun. 2023. 2023a. Ecologia. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/capitalismo-extrativo/>. Acesso em: 09 ago. 2024.

ACSELRAD, Henri. O neoextrativismo persistente. **A Terra é Redonda**. 26 set. 2023. 2023b. Ecologia. Disponível em: https://aterraeredonda.com.br/o-neoextrativismo-persistente/?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=novas_publicacoes&utm_term=2023-09-26. Acesso em: 09 ago. 2024.

AGUIAR, Diana; SILVA, Maurício Correia; BONFIM, Joice; BARCELOS, Eduardo. **Na Fronteira da Ilegalidade**: desmatamento e grilagem no MATOPIBA. 2024. Disponível em: <https://www.matopibagrilagem.org/matopiba>. Acesso em: 26 jul. 2024.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; ZHOURI, Andrea; IORIS, Antônio Augusto Rossotto; BRANDÃO, Carlos Antônio; BERMANN, Célio; HERNÁNDEZ, Francisco del Moral; BEZERRA, Gustavo das Neves; ACSELRAD, Henri; PAULA, João Antonio de; LASCHEFSKI, Klemens; COELHO, Maria Célia Nunes; MONTEIRO, Maurilio de Abreu; GARZON, Luís Fernando Novoa; CUNHA, Luís Henrique; WANDERLEY, Luiz Jardim. **Capitalismo Globalizado e Recursos Territoriais**: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Editora Lamparina, Rio de Janeiro, Brasil, 2010, 352 p.

ALMG – Assembleia Legislativa de Minas Gerais. **Sebastião Renato Valverde, Professor de Política e Gestão Florestal da Universidade Federal de Viçosa – UFV – Discurso**. Diário do Legislativo em 29/03/2008. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/pronunciamentos/sebastiao-renato-valverde/2008-03-11/23657>. Acesso em: 09 fev. 2024.

ALVES, Jéssica de Fátima Rossone. Para além da faixa de domínio: políticas empresariais de controle territorial na extensão da Malha Regional Sudeste. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 26, e202404, 2024 25 p. DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202404>.

ANTAS JR, Ricardo Mendes. Complexos industriais, circuitos espaciais produtivos e direito reflexivo. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 5, n. 1, p. 53 – 71, 2015.

ANTONANGELO, Alessandro; BACHA, Carlos José Caetano. As fases da silvicultura no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, n. 52, 1998, p. 207-238.

ARAUJO, Henrique José Borges de. *Caracterização do material madeira*. In: SEABRA, Giovanni. (Org.) **Educação Ambiental: o desenvolvimento sustentável na economia globalizada**. Ituiutaba, MG: Barlavento, 2020, p. 31 – 44.

BACHA, Carlos José Caetano. A expansão da silvicultura no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, n. 45, p. 145-168, 1991.

BARRIOS, Sonia. Dinâmica social e espaço. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 4, n. 2, p. 351–368, 2015.

BECKER, Berta Koiffman. Fronteira e urbanização repensadas. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 3/4, 1985, p. 357 – 371.

BERNARDES, Adriana; ZERBINI, Adriano; GOMES, Cilene; BICUDO, Edison; ALMEIDA, Eliza; CONTEL, Fabio Betioli; GRIMM, Flávia; NOBRE, Gustavo; ANTONGIOVANNI, Lúcia; PINHEIRO, Máira Bueno; XAVIER, Marcos; SILVEIRA, Maria Laura; MONTENEGRO, Marina; ROCHA, Marisa Ferreira da; SANTOS, Milton; ARROYO, Mônica; BORIN, Paula; RAMOS, Soraia; BELO, Vanir de Lima. O papel ativo da Geografia: um manifesto. **Biblio 3W Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**, n. 270, 2001, 10 p. ISSN 1138-9796

BLAZUS, André; HORA, André Barros da; LEITE, Bruno Gomes Pereira. Panorama de mercado: celulose. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 32, 2010, p. 311 – 370. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/821/browse?type=title&sort_by=3&order=DESC&pp=20&etal=-1&null=&offset=0. Acesso em: 27 jan. 2024.

BNDES – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Principais projetos financiados**. Operações diretas e indiretas não automáticas contratadas com o BNDES. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/consulta-operacoes-bndes/consulta-op-dir-ind-nao-aut>. Acesso em: 10 abr. 2024.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. Em: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa / Rio de Janeiro: DIFEL / Bertrand Brasil, 1989.

BRANDÃO, Carlos Antônio. **Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. 2ª ed., Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

BRANDÃO, Carlos Antônio. Mudanças produtivas e econômicas e reconfiguração territorial no Brasil no início do século XXI. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 258 – 279, 2019.

BRASIL. **Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996**. Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências. (LEI KANDIR). Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1996.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; GALA, Paulo. Por que a poupança externa não promove o crescimento. **Revista de Economia Política**, v. 27, n.1, p. 3-19, 2007.

BRITO José Otávio; BARRICHELO, Luiz E. G. Considerações sobre a produção de carvão vegetal com madeiras da Amazônia. **Série Técnica**, IPEF, n. 2, 1981, 25 p.

BÜHLER, Eve-Anne; OLIVEIRA, Valter Lucio de. Agricultura empresarial: novidades e desafios para a pesquisa sobre o rural. **Anais**. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Uberlândia, p. 1-21, 2012.

BÜHLER, Eve-Anne; OLIVEIRA, Valter Lucio. A neoliberalização da natureza na fronteira agrícola do Cerrado nordestino. **Revista Raízes**, Campina Grande, v. 39, n. 2, 2019.

BÜHLER, Eve-Anne; GAUTREAU, Pierre; OLIVEIRA, Valter Lúcio. (Im)Pertinências de uma abordagem teórica: a neoliberalização da natureza. **Sociedade e Natureza**, v. 32., Uberlândia, 2020, p. 551 – 564. ISSN 1982-4513.

CANO, Wilson. (Des)Industrialização e (Sub)Desenvolvimento. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, p. 139 – 174, 2014.

CASTILLO, Ricardo. Dinâmicas recentes do setor sucroenergético no Brasil: competitividade regional e expansão para o bioma Cerrado. **GEOgraphia**, ano 17, n. 35, 2015.

CASTILLO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. Espaço Geográfico, Produção e Movimento: uma reflexão sobre o conceito de Circuito Espacial Produtivo. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v. 22, n. 3, p. 461 – 474, 2010.

CASTILLO, Ricardo; ELIAS, Denise; PEIXINHO, Dimas; BÜHLER, Eve-Anne; PEQUENO, Renato; FREDERICO, Samuel. Regiões do Agronegócio, Novas Relações Campo-Cidade e Reestruturação Urbana. **Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia**, v. 12, n. 18, especial GT Anpege, p. 265 – 288, 2016.

CASTRO, Sueli Pereira; BARROZO, João Carlos; COVEZZI, Marinete; PRETI, Oreste. **A colonização oficial em Mato Grosso**: “a nata e a borra da sociedade”. Cuiabá: Editora da UFMT, 1994, 290 p.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia?** São Paulo: Editora Brasiliense, 2a ed., 9a reimpr., 2008 [1980], 119 p.

CHESNAIS, François. **Finance capital today**: corporations and banks in the lasting global slump. Boston, Brill Academic Pub., 2016. 310 p.

CPT – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Relatório Conflitos no Campo Brasil**. Goiânia: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, 2001 – 2023. Disponível em <https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil>. Acesso em 09 mai 2024.

CONAFER – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE AGRICULTORES FAMILIARES E EMPREENDEDORES FAMILIARES RURAIS. **Direito à Propriedade:** do Estatuto da Terra à Reforma Agrária, a luta permanente no campo. Disponível em: <https://conafef.org.br/direito-a-propriedade-do-estatuto-da-terra-a-reforma-agraria-a-luta-permanente-no-campo/>. Acesso em 21 dez. 2024.

CONSUFOR. **Blog**. 2023. Disponível em: <https://www.consufor.com/blog/search/ativos%20biol%C3%B3gicos>. Acesso em: 13 abr. 2024.

DELCOL, Rafaela Fabiana Ribeiro; HEIMBACH, Samuel da Silva. Reestruturação produtivo-territorial em Mato Grosso do Sul, Brasil: observações a partir da implantação da Suzano Papel e Celulose em Ribas do Rio Pardo (2021-2023). **Geografias**, Vitória, v. 4, n. 38, 2024, p. 100 – 124. e-ISSN: 2175-3709, DOI: <https://doi.org/10.47456/geo.v4i38.44802>.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do Capital Financeiro na agricultura à Economia do Agronegócio:** mudanças cíclicas em meio século (1965 – 2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DUARTE, Luciano. **Economia Política das Cidades e Circuito Espacial Produtivo:** a Baixada Santista e o Pré-Sal. Belém, PA: Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. 1a ed., 2023, 384 p.

EGLER, Claudio. A pré-Amazônia mato-grossense no contexto nacional e sul-americano. Em: MAITELLI, Gilda Tomasini; ZAMPARONI, Cleusa Aparecida Gonçalves Pereira (Org.) **Expansão da soja na pré-Amazônia mato-grossense:** impactos socioambientais. Cuiabá: Editora da UFMT, 2007, 191 p.

ELIAS, Denise. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, n. 2, p. 153-167, 2011.

ELIAS, Denise. Regiões produtivas do agronegócio: notas teóricas e metodológicas. Em: BERNARDES, Júlia Adão; SILVA, Catia Antonia da; ARRUZZO, Roberta Carvalho (Org.) **Espaço e energia:** mudanças no paradigma sucroenergético. Rio de Janeiro: Lamparina, p. 201-220, 2013.

ELIAS, Denise. Agronegócio globalizado: do campo a metrópole. Em: FERREIRA, Álvaro; RUA, João; Mattos, Regina Célia (Org.). **O espaço e a metropolização**. Rio de Janeiro: Consequência, p. 487-509, 2017.

ELIAS, Denise. Pensando a operacionalização de estudos sobre cidades do agronegócio. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, v. 18, n. 1, p. 144-164, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/tamoios.2022.63811>. Acesso em: 10 de dezembro de 2022.

FAO. **Forestry Production and Trade**. World production quantity, import quantity, import value, export quantity, export value. Chemical wood pulp. 2000, 2010 e 2021. Disponível em: < <http://www.fao.org/faostat/en/#data/FO> >. Acesso em: 17 jul. 2023.

FERNANDES, Fátima. **Klabin compra Igaras por R\$ 918 milhões**. Folha de São Paulo, 2000. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2507200002.htm>. Acesso em: 12 abr. 2024.

FLEXOR, Georges; LEITE, Sérgio. Mercado de terra, *commodities boom* e *land grabbing* no Brasil. Em: MALUF, Renato S.; FLEXOR, Georges (Org.). **Questões agrárias, agrícolas e rurais**: Conjunturas e políticas públicas. E-papers: Rio de Janeiro, 1 ed., 2017, 329 p.

FOLHA. **Japoneses ficam com 100% da Cenibra**. Folha de São Paulo, 2001. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0707200117.htm>. Acesso em: 12 abr. 2024.

FOLHA. **Suzano e VCP compram controle da Ripasa por US\$ 480 milhões**. Folha de São Paulo, 2004. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u90615.shtml>. Acesso em: 12 abr. 2024.

FONTES, Stella. Suzano compra R\$ 1,83 bi em terras em MS e eleva investimento previsto para 2024. **Valor Econômico**, São Paulo, 24 dez. 2023. Empresas. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2023/12/24/suzano-compra-r-183-bi-em-terras-em-ms-e-eleva-investimento-previsto-para-2024.ghtml>. Acesso em 23 ago. 2024.

FORBES. **Veja a lista das 100 maiores empresas do agronegócio do Brasil**. 2022. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbesagro/2022/01/veja-a-lista-forbes-as-100-maiores-empresas-do-agro/>. Acesso em: 13 abr. 2024.

FORBES. **Forbes Agro100 2022: O ano das maiores empresas do agronegócio brasileiro**. 2023. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbesagro/2023/01/lista-forbes-agro100-2022-as-maiores-empresas-do-agronegocio-brasileiro/>. Acesso em: 13 abr. 2024.

FORBES. **Forbes Agro100 2023: O ano das maiores empresas do agronegócio brasileiro**. 2024. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbesagro/2024/01/agro-100/>. Acesso em: 13 abr. 2024

FREDERICO, Samuel. Globalização, imperativo das exportações e a constituição de regiões competitivas no território brasileiro. **Anais do XIV Encontro Nacional da ANPUR**: Rio de Janeiro, 2011, 18 p.

FREIRE FILHO, Osni de Luna. Hierarquia urbana e modernização da agricultura. Em: BERNARDES, Júlia Adão; FREIRE FILHO, Osni de Luna. (Org.) **Geografias da Soja**: BR-163: Fronteiras em mutação. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2010, 175 p.

FURTADO, Celso. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983, 243 p.

HAESBAERT, Rogério. **Regional-Global: dilemas da região e da regionalização na Geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HAESBAERT, Rogério. Por uma descolonização da região em Geografia. In: LEOPOLDO, Eudes; HAESBAERT, Rogério; DA CRUZ, Rita de Cássia Ariza da; SERPA, Angelo (Org.) **Por Uma Nova Geografia Regional**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2021, 412 p.

HARVEY, David. **Social Justice and the City**. Londres: Edward Arnold Publishers, 1973.

HARVEY, David. **Os Limites do Capital**. São Paulo: Boitempo, 1ª ed., 2013.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio Pereira. Sociedade e Economia do “Agronegócio” no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n. 74, 2010.

HIRSCHMAN, Alfred. **Estratégia do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

HIRT, Carla. **Impactos dos monocultivos arbóreos na paisagem e nas atividades relacionadas ao Turismo em São Francisco de Paula / RS**. 2009. 163 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

HOFFMAN, Alexandre. Aclimação de mudas produzidas *in vitro* e *in vivo*. **Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, v. 23, n. 216, 2002, p. 21 – 24.

HORA, André Barros. Análise da formação da base florestal plantada para fins industriais no Brasil sob uma perspectiva histórica. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 42, 2015, p. 383 – 426. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/821/browse?type=title&sort_by=3&order=DESC&rpp=20&etal=-1&null=&offset=0. Acesso em: 27 jan. 2024.

IBÁ – INDÚSTRIA BRASILEIRA DE ÁRVORES. **Relatório Ibá 2014**. Disponível em: <https://www.iba.org/publicacoes/relatorios>. Acesso em: 14 abr. 2024.

IBÁ – INDÚSTRIA BRASILEIRA DE ÁRVORES. **Relatório Ibá 2023**. Disponível em: <https://www.iba.org/publicacoes/relatorios>. Acesso em: 14 abr. 2024.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2006/segunda-apuração>. Acesso em 10 jul 2024.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2017/resultados-definitivos>. Acesso em 10 jul 2024.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PEVS – Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pevs/quadros/brasil/2022>. Acesso em 25 jun 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Industrial Anual – Produto**. 2021. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pia-produto/quadros/brasil/2021>. Acesso em: 02 abr. 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Industrial Anual – Produto**. 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pia-produto/quadros/brasil/2021>. Acesso em: 23 set. 2024.

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Quilombolas**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/quilombolas>. Acesso em 02 ago 2024.

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Plataforma de Governança Territorial**. Consultar índices básicos. 2024. Disponível em: <https://pro-pgt-incra.estaleiro.serpro.gov.br/pgt/indices-basicos>. Acesso em 13 jul. 2024.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. Amazon's dead ends: Frontier-making the centre. **Political Geography**, v. 65, p. 98 – 106, 2018. <https://doi.org/10.1016/j.polgeo.2018.05.011>.

JUVENAL, Thais Linhares; MATTOS, René Luiz Grion L. G. O setor florestal no Brasil e a importância do reflorestamento. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 16, 2002, p. 3 – 30. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/821/browse?type=title&sort_by=3&order=DESC&rpp=20&etal=-1&null=&offset=0. Acesso em: 27 jan. 2024.

KLOCK, Umberto; ANDRADE, Alan Sulato de; HERNANDEZ, José Anzaldo. **Manual didático Polpa e Papel**. 3ª ed, Curitiba, 2013, 118 p. Disponível em: <http://www.madeira.ufpr.br/disciplinasklock/polpaepapel/manualpolpa2013.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2024.

KUDLAVICZ, Mieczslau. **Dinâmica agrária e a territorialização do complexo celulose/ papel na microrregião de Três Lagoas/MS**. 2011. Dissertação de Mestrado em Geografia - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2011.

LEÃO, Regina Machado. **A indústria florestal no Brasil – a floresta e o homem**. São Paulo: Edusp, Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais, 2000, 448 p.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política**. ANDRADE, Margarida Maria de; MARTINS, Sérgio (Trad.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, 192 p.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing Libros, 2013, 464 p.

LELIS, Leandro Reginaldo M.; LOCATEL, Celso Donizete. A expansão do circuito espacial produtivo de celulose e seus efeitos no mundo do trabalho no leste de Mato Grosso do Sul. **Revista Pegada**, v. 22, n. 1, 2021, p. 135 – 159.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. 1ª ed., 3ª reimpr., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014, 214 p.

LEPAGE, Ennio Silva. **Manual de preservação de madeiras**. São Paulo: IPT, 2ª ed., 1986, 708 p.

LESSA, Carlos. **Quinze anos de política econômica**. Campinas: Unicamp, 1978.

MABOGUNJE, Akin. **The Development Process: A Spatial Perspective**. Londres: Editora Hutchinson, 1980, 383 p.

MACEDO, Ângela Regina Pires; VALENÇA, Antônio Carlos de Vasconcelos. A indústria do papel no Brasil e no mundo: uma visão geral. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 2, 1995, p. 149 – 162. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/821/browse?type=title&sort_by=3&order=DESC&rpp=20&etal=-1&null=&offset=0. Acesso em: 27 jan. 2024.

MACEDO, Ângela Regina Pires; VALENÇA, Antônio Carlos de Vasconcelos; LEITE, Elizabete Tojal. Celulose de Mercado. **BNDES Setorial**, n. 1, 1995, p. 68 - 79. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/821/browse?type=title&sort_by=3&order=DESC&rpp=20&etal=-1&null=&offset=0. Acesso em: 27 jan. 2024.

MACEDO, Ângela Regina Pires; MATTOS, René Luiz Grion. A trajetória de crescimento dos principais produtores brasileiros de papel e celulose – 1970/94. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 3, 1996, p. 47–72. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/821/browse?type=title&sort_by=3&order=DESC&rpp=20&etal=-1&null=&offset=0. Acesso em: 27 jan. 2024.

MACEDO, Ângela Regina Pires; VALENÇA, Antônio Carlos de Vasconcelos. O Terceiro Ciclo de Investimentos da indústria brasileira de papel e celulose. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 4, 1996, p. 113 – 128. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/821/browse?type=title&sort_by=3&order=DESC&rpp=20&etal=-1&null=&offset=0. Acesso em: 27 jan. 2024.

MACEDO, Ângela Regina Pires; VALENÇA, Antônio Carlos de Vasconcelos; LEITE, Elizabete Tojal; MATTOS, René Luiz Grion. Papel e Celulose. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, ed. esp., 1997, p. 87 – 104. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/821/browse?type=title&sort_by=3&order=DESC&rpp=20&etal=-1&null=&offset=0. Acesso em: 27 jan. 2024.

MACHADO, Lia Osorio. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a ideia de ordem (1870 – 1930). Em: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.) **Geografia: Conceitos e Temas**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 309 – 352, 2000.

MANZONI, Leandro Penedo; BARROS, Talita Delgrossi. **Carvão Vegetal**. Embrapa: Agroenergia, 2021. Disponível em: <https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/tematicas/agroenergia/socioeconomia/florestas/carvao-vegetal#:~:text=O%20destino%20do%20carv%C3%A3o%20vegetal,exporta%C3%A7%C3%B5es%20s%C3%A3o%20nulas%20desde%202007>. Acesso em: 15 abr. 2024.

MASSEY, Doreen. In What Sense a Regional Problem? **Regional Studies**, v. 13, n. 2, p. 233 – 243, 1979.

MASSEY, Doreen. A global sense of place. Em: MASSEY, Doreen. **Space, Place and Gender**. Oxford: Polity, p. 146 – 156, 1994.

MASSEY, Doreen. **Spatial Divisions of Labour: Social Structures and the Geography of Production**. 2ª ed., Londres, Inglaterra: Macmillan Press Ltd., 1995 [1984], 393 p.

MASSEY, Doreen. **For Space**. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2005, 222 p.

MATIAS, Moisés. **A implantação da indústria de celulose no Maranhão**: Celmar na região tocanina. Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos: Belém, 1994, 22 p. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/implantacao-da-industria-de-celulose-no-maranhao-celmar-na-regiao-tocantina>. Acesso em: 11 mar. 2024.

MATTOS, René Luiz Grion; VALENÇA, Antônio Carlos de Vasconcelos. A reestruturação do setor de papel e celulose. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 10, 1999, p. 253 – 267. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/821/browse?type=title&sort_by=3&order=DESC&rpp=20&etal=-1&null=&offset=0. Acesso em: 27 jan. 2024.

MATTOS, René Luiz Grion; VALENÇA, Antônio Carlos de Vasconcelos. Celulose de mercado: novo ciclo de expansão. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 12, 2000, p. 93 – 104. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/821/browse?type=title&sort_by=3&order=DESC&rpp=20&etal=-1&null=&offset=0. Acesso em: 27 jan. 2024.

MDIC – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS. **Estatísticas de Comércio Exterior**. 2024. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>. Acesso em: 26 abr. 2024.

MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/semar/>. Acesso em: 18 abr. 2024

MICHELOTTI, Fernando; SIQUEIRA, Hipolita. Financeirização das *commodities* e padrões espaciais de acumulação e dominação: implicações para apropriação e conflitos pela terra no Brasil. **Semestre Econômico**, v. 22, n. 50, Medellín, 2019, p. 87 – 106. DOI: <https://doi.org/10.22395/seec.v22n50a5>.

MISRA, Rameshwar Prasad; BECKER, Bertha; MABOGUNJE, Akin. **Rural Development Capitalist and Socialist Paths (Brazil and Nigeria)**. New Dehli, Índia: Concept Publishing Company Pvt. Ltd., 1985, 447 p.

MONTEIRO, Daniel Macedo Lopes Vasques; PACHECO, Gleice Kelly de Souza. A cidade do agronegócio como “terra de oportunidades”: contradições, segregação urbana e estigmatização da força de trabalho em Lucas do Rio Verde (MT). Em: BERNARDES, Júlia Adão; MONTEIRO, Daniel Macedo Lopes Vasques; PEIXINHO, Dimas Moraes; MONTEIRO, Jorge Luiz Gomes; ARACRI, Luís Angelo dos Santos; ARRUIZZO, Roberta Carvalho (Org.) **O setor carne-grãos no Centro-oeste: Circuitos produtivos, dinâmicas territoriais e contradições**. 1ª ed, Rio de Janeiro: Lamparina, 2021, 320 p.

MOREIRA, Ruy. **A Formação Espacial Brasileira**: contribuição crítica aos fundamentos espaciais da Geografia brasileira. 3ª ed., Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2020, 428 p.

MORESCHI, João Carlos. **Propriedades da Madeira**. Curitiba: Departamento de Engenharia e Tecnologia Florestal da UFPR, 1a ed., 2014 [2005], 194 p. Disponível em: <http://www.madeira.ufpr.br/disciplinasmoreschi/PROPRIEDADES%20DA%20MADEIRA.pdf>. Acesso em: 07 set. 2024.

MORCEIRO, Paulo César. **Desindustrialização na economia brasileira no período 2000 - 2011**: abordagens e indicadores. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, 301 p.

MORCEIRO, Paulo César; GUILHOTO, Joaquim José Martins. Desindustrialização setorial e estagnação de longo prazo da manufatura brasileira. **TD NEREUS**, n. 1, 2019, 33 p.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Saga, 1957.

NASCIMENTO, Rodrigo Cavalcanti do; FREDERICO, Samuel. Imobiliárias agrícolas financeirizadas e *land grabbing*: a atuação de empresas agrícolas controladas pelo capital financeiro no mercado fundiário brasileiro. **Geosp**, v. 26, n. 1, e-188587, 2022. ISSN 2179-0892. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2022.188587>.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. Fronteiras e Regiões: Entre descontinuidades, partições e rupturas. Em: LEOPOLDO, Ester; HAESBAERT, Rogério; CRUZ, Rita de Cássia Ariza; SERPA, Angelo (Org.) **Por Uma Nova Geografia Regional**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2021, p. 147 – 162, .

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para um re(li)gião**: Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 4ª ed, 1985, 132 p.

OLIVEIRA, Alisson Bezerra. Indústria de celulose e o avanço da silvicultura do eucalipto na fronteira agrícola da Amazônia maranhense. **Geosul**, Florianópolis, v. 34, n. 71-Dossiê Agronegócios no Brasil, 2019, p. 301-327. <http://doi.org/10.5007/1982-5153.2019v34n71p301>.

OLIVEIRA, Kaiza. **Análise da dinâmica e do funcionamento da Cadeia Global de Valor da Indústria de Papel e Celulose**: um foco sobre a decomposição do valor adicionado e das parcerias bilaterais do Brasil. 2019. 413 f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

PAULANI, Leda Maria. A dependência revisitada: relações de troca, a fase 4.0 e o caso Brasil. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**. n. 64, 2022, p. 68 - 106.

PECK, Jamie. Uneven Regional Development. **International Encyclopedia of Geography: People, the Earth, Environment and Technology**, 2017, p. 1 – 13. DOI: <https://doi.org/10.1002/9781118786352.wbieg0721>

PERPETUA, Guilherme Marini. **A mobilidade espacial do capital e da força de trabalho na produção de celulose e papel**: um estudo a partir de Três Lagoas (MS). Dissertação (Mestrado em Geografia), Faculdade de Ciências Humanas, UFGD, Dourados/MS, 2012, 251 p.

PERROUX, François. **A Economia do Século XX**. São Paulo: Editora Livraria Moraes, 1967, 755 p.

PERROUX, François. O conceito de pólo de crescimento. Em: SCWARTZMANN, J. (Org.) **Economia Regional e Urbana**: Textos Escolhidos. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977. p. 145-156.

PERROUX, François. **Dialogue Des Monopoles Et Des Nations**: équilibre ou dynamique des unités actives? Grenoble Presses Universitaires de Grenoble, 1982, 491 p.

POMPEIA, Caio. Concertação e Poder: O agronegócio como fenômeno político no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 35, n. 104, 2020. <https://orcid.org/0000-0002-1692-1985>. DOI: 10.1590/3510410/2020.

POMPEIA, Caio. **Formação Política do Agronegócio**. São Paulo: Elefante, 1ª ed., 2021, 385 p.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; CUIN, Danilo Pereira. Geografia dos Conflitos por Terra no Brasil (2013): Expropriação, Violência e R-Existência. Em: FLORES, Pavel C. López; GUERREIRO, Luciana García (coord.) **Pueblos Originarios em lucha por las Autonomías**: Experiencias y desafíos en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, p. 241 – 273. <https://doi.org/10.2307/j.ctvtxw1v1>.

RABELO, Ricardo Fonseca. Plano de Metas e consolidação do capitalismo industrial no Brasil. **Economia e Gestão**, Belo Horizonte, v. 2 e 3, n. 4 e 5, 2003 p. 44-55.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Matéria e Espírito: O Poder (Des)Organizador dos Meios de Comunicação*. Em: PIQUET, R.; RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Brasil, Território da Desigualdade**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1991, p. 44 – 55.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Regionalização: Fato e Ferramenta*. In: LIMONAD, Ester; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy (Org.) **Brasil Século XXI: Por Uma Nova Regionalização? Agentes, Processos e Escalas**. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2015, p. 194 – 212.

RIPARDO, Sérgio. **Klabin vende Riocell para Aracruz por US\$ 610,5 mi**. Folha de São Paulo, 2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u67974.shtml>. Acesso em: 12 abr. 2024.

RODRIGUES, Eduardo Magalhães; DOWBOR, Ladislau. **Quem controla a economia brasileira**. Outras Palavras. 2023. Disponível em: <https://outraspalavras.net/mercadovsdemocracia/quem-controla-economia-brasileira/>. Acesso em: 20 abr. 2024.

ROFMAN, Alejandro. *Notas sobre subsistemas espaciais e circuitos de acumulação regional*. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 6, n. 1, 2016, p. 247–274.

SAE – SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Diretrizes para a estruturação de uma política nacional de florestas plantadas**. Brasília, 2011.

SANDRINI, João. **Suzano compra participação da Vale na Bahia Sul por US\$ 320 mi**. Folha de São Paulo, 2001. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u15597.shtml>. Acesso em: 12 abr. 2024.

SANTOS, Milton. **O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo**. 5ª ed., 1ª reimpr., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013b [1978], 136 p.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio-Técnico-Científico-Informacional**. 5ª ed., 1ª reimpr., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013a [1994], 176 p.

SANTOS, Milton. *Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método*. In: **Da Totalidade ao Lugar**. 1ª ed., 3ª reimpr., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014a [2005], p. 21 – 41.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia**. 6ª ed., 2ª reimpr., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014b [1988], 136 p.

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos**. 2ª ed., 2ª reimpr., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018 [1979], 440 p.

SANTOS, Milton. **Metrópole Corporativa Fragmentada**: O caso de São Paulo. 2ª ed., 1ª reimpr., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019 [1990], 136 p.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4ª ed., 10ª reimpr., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020a [1996], 384 p.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5ª ed., 3ª reimpr., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020b [1985], 120 p.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. 7ª ed., 3ª reimpr., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020c [1987], 176 p.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5ª ed., 5ª reimpr., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020d [1993], 176 p.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**: Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 6ª ed., 3ª reimpr., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021a [1978], 285 p.

SANTOS, Milton. **Por uma Outra Globalização**: Do Pensamento Único à Consciência Universal. 32ª ed., Rio de Janeiro: Record, 2021b [2001], 194 p.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maríia Laura. **O Brasil**: Território e Sociedade no início do século XXI. 22ª ed., Rio de Janeiro: Record, 2021 [2001], 489 p.

SASSEN, Saskia. The Global City: Enabling Economic Intermediation and Bearing Its Costs. **City & Community**, v. 15, n. 2, 2016, p. 97 – 108.

SAUER, Sérgio; LEITE, Sérgio Pereira. Expansão Agrícola, Preços e Apropriação de Terra por Estrangeiros no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, n. 3, Piracicaba, 2012, p. 503-524.

SHEPPARD, Eric. Globalizing Capitalism's Raggedy Fringes: thinking through Jakarta. **Area Development and Policy**, 2018, p. 1 – 27. DOI: 10.1080/23792949.2018.1523682.

SILVA, Édima Aranha da. **O processo produtivo do carvão vegetal: um estudo em Mato Grosso do Sul**. 2002. Tese [Doutorado em Geografia]. Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho". Presidente Prudente.

SIQUEIRA, Hipolita. Novo desenvolvimentismo e dinâmica urbano-regional no Brasil (2004 – 2012). **EURE**, v. 41, n. 122, 2015, p. 261 – 277.

SUZANO. **Nossa história**. 2024a. Disponível em: <https://www.suzano.com.br/suzano/historia>. Acesso em 18 jun 2024.

SUZANO. **Onde estamos**. 2024b. Disponível em: <https://www.suzano.com.br/suzano/onde-estamos>. Acesso em: 19 jun 2024.

SUZANO. **Documentos e Políticas**. 2024c. Disponível em: <https://www.suzano.com.br/suzano/transparencia/documentos-e-politicas>. Acesso em 19 jun 2024.

TEIXEIRA, Tiago Roberto Alves. Redes de Produção Globais: uma revisão bibliográfica e exemplo empírico. **Geoingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá**, v. 13, n. 2, 2021, p. 160-185. ISSN 2175-862X.

VALE DA CELULOSE. **Sobre**. 2024. Disponível em: <https://www.valedacelulose.com.br/about>. Acesso em: 25 jul 2024.

VALVERDE, Sebastião Renato; AFRA, Josiane Wendt Antunes; MIRANDA, Marcos Antônio da; SOUZA, Cássia Silva; VASCONCELOS, Diego Campos. **Silvicultura brasileira: oportunidades e desafios da economia verde**. Rio de Janeiro: Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável, 2012, 40 p.

VIDAL, A. C. F.; HORA, A. B. A atuação do BNDES nos setores de florestas plantadas, painéis de madeira, celulose e papéis: o período 2001 – 2010. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 34, 2011, p. 133 – 172. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/821/browse?type=title&sort_by=3&order=DESC&rpp=20&etal=-1&null=&offset=0. Acesso em: 27 jan. 2024.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004 [1921], 586 p.

WENDLING, Ivar. **Propagação Vegetativa**. I Semana do Estudante Universitário – 2003: Florestas e Meio Ambiente, Embrapa Florestas, 2003, 6 p.

WENDLING, Ivar. Propagação vegetativa de erva-mate (*Ilex paraguariensis* Saint Hilaire): estado da arte e tendências futuras. **Documentos 91**, Colombo: Embrapa Florestas, 2004, 46 p.

APÊNDICE A - Listagem de municípios por região produtiva e unidade federativa.

REGIÃO	UF	MUNICÍPIOS	
UNF MA	MA	Açailândia	Milagres do Maranhão
		Anapurus	Parnarama
		Bom Jardim	Porto Franco
		Bom Jesus das Selvas	Riachão
		Buritirana	Ribamar Fiquene
		Chapadinha	Santa Luzia
		Cidelândia	Santa Quitéria do Maranhão
		Davinópolis	São Benedito do Rio Preto
		Estreito	São Francisco do Brejão
		Feira Nova do Maranhão	São Francisco do Maranhão
		Governador Edison Lobão	São João do Paraíso
		Grajaú	São Pedro da Água Branca
		Imperatriz (indústria)	São Pedro dos Crentes
		Itinga do Maranhão	Senador La Rocque
		João Lisboa	Sítio Novo
		Lagoa do Mato	Timon
		Mata Roma	Urbano Santos
		Matões	Vila Nova dos Martírios
		Sub-total: 36	
	TO	Ananás	Palmeiras do Tocantins
		Angico	Riachinho
		Araguatins	Santa Terezinha do Tocantins
		Darcinópolis	São Bento do Tocantins
	Sub-total: 8		
	PA	Abel Figueiredo	Rondon do Pará
		Dom Eliseu	São João do Araguaia
		Paragominas	Ulianópolis
	Sub-total: 6		
	Total		50
UNF MS	MS	Água Clara	Jaraguari
		Aparecida do Taboado	Ribas do Rio Pardo
		Bataguassu	Santa Rita do Pardo
		Brasilândia	Selvícia
		Campo Grande	Três Lagoas (indústria)
		Inocência	
	Sub-total: 11		
Total		11	

Continua...

Continuação.

REGIÃO	UF	MUNICÍPIOS		
UNF ES	ES	Aracruz (indústria)	Pedro Canário	
		Boa Esperança	Pinheiros	
		Conceição da Barra	Rio Bananal	
		Fundão	Santa Leopoldina	
		Jaguaré	Santa Teresa	
		Linhares	São Mateus	
		Montanha	Serra	
		Mucurici	Sooretama	
		Nova Venécia	Vila Valério	
	Sub-total: 18			
Total		18		
UNF BA	BA	Alcoçaba	Mucuri (indústria)	
		Caravelas	Nova Viçosa	
		Ibirapuã	Prado	
		Lajedão	Teixeira de Freitas	
		Medeiros Neto	Vereda	
	Sub-total: 10			
	MG	Carlos Chagas	Sen Modestino Gonçalves	
		Diamantina	Turmalina	
		Nanuque	Umburatiba	
		Pavão	Virgem da Lapa	
Sub-total: 8				
Total		18		
UNF SP	MG	Andrelândia	Luminárias	
		Carrancas	Sapucaí-Mirim	
		Cruzília		
	Sub-total: 5			
	RJ	Barra Mansa	Resende	
		Sub-total: 2		
	SP	SP	Agudos	Lagoinha
			Alambari	Lavrinhas
			Alumínio	Leme
			Amparo	Lençóis Paulistas
			Analândia	Limeira (indústria)
			Angatuba	Lorena
			Anhembi	Mairinque
			Aparecida	Mogi das Cruzes
			Araraquara	Mombuca
Araras			Monte Mor	

Continua...

Continuação.

REGIÃO	UF	MUNICÍPIOS	
UNF SP	SP	Arealva	Monteiro Lobato
		Areias	Morungaba
		Avaí	Natividade da Serra
		Avaré	Nova Campina
		Bertioga	Paraibuna
		Biritiba-Mirim	Pardinho
		Boa Esperança do Sul	Paulistânia
		Bocaina	Pederneiras
		Bofete	Piedade
		Borebi	Pilar do Sul
		Botucatu	Pindamonhangaba
		Brotas	Piquete
		Buri	Piracaia
		Caçapava	Piracicaba
		Cachoeira Paulista	Porangaba
		Campina do Monte Alegre	Porto Feliz
		Canas	Pratânia
		Capão Bonito	Queluz
		Cerqueira César	Redenção da Serra
		Charqueada	Ribeirão Branco
		Conchas	Roseira
		Corumbataí	Salesópolis
		Cruzeiro	Salto de Pirapora
		Cunha	Santa Branca
		Espírito Santo do Pinhal	Santa Cruz da Conceição
		Guapiara	Santa Maria da Serra
		Guararema	Santo André
		Guaratinguetá	São Carlos
		Guareí	São José do Barreiro
		Iaras	São José dos Campos
		Igaratá	São Luís do Paraitinga
		Ipeúna	São Miguel Arcanjo
		Itaí	São Pedro
		Itapetininga	Sarapuí
		Itapeva	Silveiras
		Itapira	Sorocaba
		Itaquaquetuba	Suzano (indústria)
		Itararé	Taquarivaí
		Itatinga	Taubaté
		Itirapina	Torrinha
		Itu	Tremembé
		Jacareí (indústria)	Votorantim
		Jambeiro	

Continua...

Continuação.

REGIÃO	UF	MUNICÍPIOS
UNF SP	SP	Sub-total: 105
	Total	112
TOTAL	TOTAL	209